

Luiz Eduardo Meneses de Oliveira

**A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA DA LITERATURA
INGLESA:**
uma história do ensino de inglês no Brasil (1809-1951)

Dissertação apresentada ao curso de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Teoria Literária.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marisa Philbert Lajolo

Unicamp
Instituto de Estudos da Linguagem
1999



15.00002

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
V. Ex.	
TOMBO BC/	39440
PREÇO	229/99
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	12/11/99
N.º CPD	

CM-00136903-0

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

OL4h

Oliveira, Luiz Eduardo Meneses de

A historiografia brasileira da literatura inglesa: uma história do ensino de inglês no Brasil (1809-1951) / Luiz Eduardo Meneses de Oliveira. – Campinas, SP: [s.n.], 1999.

Orientador: Marisa Lajolo

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Literatura – história e crítica. 2. Literatura Inglesa – história e crítica. 3. Língua Inglesa – estudo e ensino. 4. Educação – Brasil – história – 1809-1951. I. Lajolo, Marisa. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. II. Título.

*Não é pequeno o serviço de
ajuntar o disperso, abreviar o longo, e
afastar o seieto.*

MACEDO – *Eva e Ave*^{*}

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por Luiz Eduardo
Frederico de Oliveira
e aprovada pela Comissão Julgadora em
31 / 08 / 99.
Dea Marisa Philbert Tajolo

^{*} Epígrafe utilizada pelo Cônego Fernandes Pinheiro no seu *Resumo de História Literária* (1872).

Esta dissertação é dedicada a minha tia, também professora, **Avani Andrade Almeida**, sem a qual não teria sido possível a sua realização.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a todos os meus professores de literatura do curso de Letras da Universidade Federal de Sergipe, durante o período em que estudei na referida instituição: **Socorro de Maria Rufino Oliveira** (Português Básico, Teoria da Literatura II e Literatura Brasileira II); **Maria Matildes dos Santos** (Teoria da Literatura I e Literatura Brasileira I), **Rina Azariah B. Nunes** (Literatura Inglesa I e II), **Clodoaldo de Alencar Filho** (Literatura Norte-Americana I e II), **Maria Giovanni dos Santos Mendonça** (Literatura Portuguesa I e II), **Antonio Carlos Mangureira Viana** (Literatura Brasileira V), **José Costa Almeida** (Literatura Brasileira IV) e **Francisco José Costa Dantas** (Literatura Brasileira III).

À professora **Socorro de Maria Rufino Oliveira**, especialmente, minha principal interlocutora sobre assuntos literários nos meus tempos de estudante.

Ao professor **José Costa Almeida**, especialmente, por ter me incentivado a prestar o concurso para a cadeira de Literatura Inglesa da Universidade Federal de Sergipe, em 1994.

À professora **Maria Lúcia Dal Farra** (Letras-UFS), por ter sido a primeira leitora-orientadora do meu projeto de pesquisa, idéia inicial da presente dissertação.

Ao Professor **Antonio Ponciano Bezerra** (Letras-UFS), por ter me incentivado a fazer o curso de mestrado da Unicamp.

Aos meus professores de literatura do curso de mestrado da Unicamp: **Marisa Lajolo** (Problemas de História Literária), **Alcides Villaça** (Crítica I), **Vilma Sant'Anna Arêas** (Movimento Literário I), **Maria Eugênia da Gama**

Alves Boaventura Dias (Seminários de Pesquisa I) e **Paulo Elias Allane Franchetti** (Movimento Literário II).

Ao Professor **Francisco José Alves dos Santos** (História-UFS), pelas preciosas dicas a respeito das normas acadêmicas.

À bibliotecária-chefe da Biblioteca Municipal Mário de Andrade (São Paulo) **Muriel Scott**, por ter me auxiliado em minha pesquisa no acervo de obras raras da referida instituição.

Ao professor **Carlos Daghlian** (Letras-Unesp-São José do Rio Preto), presidente da ABRAPUI (Associação Brasileira dos Professores Universitários de Inglês), por ter me incentivado a participar do Senapulli (Seminário Nacional dos Professores Universitários de Literaturas de Língua Inglesa) no início da minha carreira docente na Universidade Federal de Sergipe.

À professora **Munira H. Mutran** (Letras-USP), por ter conversado muito gentilmente comigo a respeito do meu projeto, antes mesmo de ser convidada a compor a banca examinadora da presente dissertação.

À professora **Maria Thetis Nunes** (História-UFS), por ter me esclarecido muitas coisas a respeito da história da educação brasileira e sergipana, nos seus livros e numa entrevista concedida em sua residência.

E, “last but not least”, à minha professora e orientadora **Marisa Lajolo**, por ter se interessado pelo meu projeto e aceitado me orientar, me emprestando um pouco de sua enorme experiência como escritora e pesquisadora.

SUMÁRIO

Agradecimentos	5
Sumário	7
Resumo	10
I. Introdução	
1. História Literária e Ensino da Literatura	11
2. O Ensino da Literatura Inglesa	15
3. A Delimitação do Período	17
4. A Delimitação do Córpus	19
II. O Ensino de Inglês no Brasil (1809-1951)	
1. A Inclusão da Língua Inglesa no Currículo dos Estudos Secundários	
1.1. A Reforma Pombalina.....	21
1.2. A Criação das Cadeiras de Francês e Inglês.....	23
1.3. A Primeira <i>Gramática Inglesa</i>	27
1.4. A Instrução Pública sob o Reinado de D. Pedro I.....	30
1.5. O Ato Adicional de 1834 e a Fundação do Imperial Colégio de Pedro II.....	35
2. O Ensino de Inglês e Literatura no Império	
2.1. A Reforma do Ministro Antonio Carlos.....	39
2.2. A Reforma do Ministro Couto Ferraz.....	43
2.3. A Reforma do Marquês de Olinda.....	46
2.4. A Reforma do Ministro Souza Ramos.....	48
2.5. A Reforma do Conselheiro Paulino de Souza.....	49
2.6. A Reforma do Ministro Cunha Figueiredo.....	53
2.7. A Reforma do Ministro Leôncio de Carvalho.....	54
2.8. A Reforma do Barão Homem de Mello.....	56
3. As Reformas da 1.ª República	
3.1. A Reforma do Ministro Benjamim Constant.....	58
3.2. A Reforma do Ministro Amaral Cavalcanti.....	63
3.3. A Reforma do Ministro Epitácio Pessoa.....	65

3.4. A Reforma do Ministro Rivadávia Correia.....	66
3.5. A Reforma do Ministro Carlos Maximiliano.....	69
3.6. A Lei Rocha Vaz.....	71
4. A Reforma Francisco Campos.....	74
4.1. O Método Oficial de Ensino das Línguas Vivas Estrangeiras.....	76
4.2. A Sistematização do Ensino da Literatura.....	78
5. A Lei Orgânica do Ensino Secundário.....	82
5.1. A Supressão do Estudo da Literatura Inglesa.....	85

III. A História da Literatura Inglesa no Brasil (1872-1940)

1. A História da Literatura Inglesa em Francês.....	88
2. A Periodização da Literatura Inglesa.....	93
3. O Período Elisabetano.....	96
4. A Historiografia Brasileira da Literatura Inglesa	
4.1. <i>Resumo de História Literária (1872)</i> – Cônego Fernandes Pinheiro.....	102
4.2. <i>Lições de Literatura (1909)</i> – Leopoldo de Freitas.....	110
4.3. <i>Origens da Língua Inglesa: sua literatura (1920)</i> – Oscar Przewodowski.....	115
4.4. <i>Literaturas Estrangeiras (1931)</i> – F.T.D.....	122
4.5. <i>Noções de História de Literatura Geral (1932)</i> – Afranio Peixoto.....	128
4.6. <i>História Universal da Literatura (1936)</i> – Estevão Cruz.....	136
4.7. <i>Literaturas Estrangeiras (1936)</i> – A. Velloso Rebello.....	142
4.8. <i>English Literature (1937)</i> – M.S. Hull e Machado da Silva.....	146
4.9. <i>An Outline of English Literature (1938)</i> – Neif Antonio Alem.....	150
4.10. <i>História da Literatura Universal (1939)</i> – Walter Fontenelle Ribeiro.....	152
4.11. <i>História da Literatura (1940)</i> – José Mesquita de Carvalho.....	154
4.12. <i>Noções de História das Literaturas (1940)</i> – Manuel Bandeira.....	160

IV. Considerações Gerais

1. O Ensino de Inglês no Brasil.....	167
2. A História da Literatura Inglesa no Brasil.....	172
3. Conclusão.....	176

V. Apêndices

1. Apêndice 1: quadros referentes às reformas educacionais

1.1. Quadro 1: As Reformas do Império.....	179
1.2. Quadro 2: As Reformas da Primeira República.....	180
1.3. Quadro 3: Reforma Francisco Campos.....	180-181
1.4. Quadro 4: Lei Orgânica do Ensino Secundário.....	181

2. Apêndice 2: quadros referentes à historiografia brasileira da literatura inglesa

2.1. Quadro 1: dados gerais de cada obra.....	184
2.2. Quadro 2: dados de cada obra referentes a Shakespeare.....	186

VI. Bibliografia Temática

1. História Literária.....	189
2. Literatura Inglesa.....	190
3. História da Educação Brasileira.....	192
4. Historiografia Brasileira da Literatura Inglesa.....	194

RESUMO

“A Historiografia Brasileira da Literatura Inglesa” consiste no levantamento, seleção e descrição crítica dos livros de história da literatura inglesa produzidos e publicados no Brasil, relacionando-os com o processo de institucionalização e desenvolvimento do ensino de inglês no país, através de sua legislação, de 1809 a 1951.

“The Brazilian Historiography of English Literature” consists of a survey, selection and critical description of the books of History of English Literature produced and published in Brazil, associating them with the institutional process of settlement and development of the teaching of English in the country, through its legislation, from 1809 to 1951.

1. INTRODUÇÃO

1.1. História Literária e Ensino da Literatura

A História Literária, desde os seus primórdios, sempre esteve relacionada com o ensino da literatura. Das rudimentares bibliografias comentadas às mais recentes produções do gênero, tais empreendimentos parecem ter como motivação e público-alvo a classe estudantil. Para Otto Maria Carpeaux, na “Introdução” à sua *História da Literatura Ocidental* (1959-64), o interesse em organizar os fatos literários do passado em função do ensino teria começado apenas em nossa era, com Marcus Fabius Quintilianus (c.35-95), num momento em que a cultura greco-latina, representada pelos antigos manuscritos, se via ameaçada pela destruição dos bárbaros.¹

Embora não fosse um professor de literatura, mas de língua e retórica, Quintiliano havia inserido no Décimo Livro da sua *Institutio Oratoria* “uma apreciação sumária dos autores gregos e latinos, menos como resumo bibliográfico do que como esboço de uma ‘bibliografia mínima’ do aluno de retórica”, iniciativa que acabou por fixar para a posteridade o cânone definitivo da literatura clássica:

Até hoje [o autor fala em 1959], os programas de letras clássicas para as nossas escolas secundárias organizam-se conforme os conselhos daquele professor romano; e nós outros, falando da trindade “Ésquilo, Sófocles e Eurípedes”, ou do binômio “Virgílio e Horácio”, mal nos lembramos que a bibliografia de Quintiliano nos rege como um código milenar e imutável.²

¹ CARPEAUX, Otto Maria – *História da Literatura Ocidental*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1959, 1. v., p. 16.

² Idem, *ibid.*

Da mesma forma, quando pensamos nas primeiras histórias da literatura organizadas conforme o critério cronológico³, resultantes dos vários projetos de afirmação da identidade nacional do séc. XIX – invenção, portanto, do Romantismo –, podemos associá-las ao processo de autonomia do ensino da literatura em relação ao ensino de retórica, em nível secundário e superior, bem como à institucionalização do ensino das literaturas nacionais⁴. No Brasil, é ao longo dos anos 30 que as atividades culturais e as instituições que lhes dão suporte vão criar a base de sustentação intelectual e ideológica necessária ao projeto nacional em curso:

*Dentro deste projeto, no que o expressam instituições e revistas, a história da literatura ocupa um grande espaço. À semelhança do papel cumprido pela história literária numa Europa a braços com a legitimação da cultura burguesa, também por aqui a literatura e sua história faziam parte do cardápio a ser providenciado.*⁵

Como a primeira Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do país apareceu somente em 1934⁶, o ensino da literatura brasileira durante o século XIX – assim como nas primeiras décadas do século XX – era dado apenas em escolas secundárias, iniciando-se oficialmente quando o “quadro da literatura

³ Para Carpeaux, os precursores teriam sido o inglês Thomas Warton, cuja *History of English Poetry from the Close of the Eleventh Century to the Commencement of the Eighteenth Century* (1774-81) é a primeira obra que trata a história literária como história política, e o alemão Johann Gottfried Herder, cujas *Idéias para a Filosofia da Humanidade* (1784-91) sugerem a noção de uma história literária autônoma. (Ibid., p. 20-21).

⁴ A respeito da institucionalização do ensino de literatura inglesa, cf. Terry Eagleton, no ensaio “A Ascensão do Inglês” (EAGLETON, Terry – *Teoria da Literatura: uma introdução*. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, s/d, p. 19-58), bem como GRAFF, Gerald – *Professing Literature: an institutional history*. 10. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1996. Sobre o caso brasileiro, cf. SOUZA, Roberto Acizelo de – *O Império da Eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 1999.

⁵ LAJOLO, Marisa. O Cônego Fernandes Pinheiro, Sobrinho do Visconde, Vai à Escola. In: *Anais do IX Encontro Nacional da Anpoll* (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística). João Pessoa: 1995, I. v., p. 252-253.

⁶ Esta fazia parte da Universidade de São Paulo, criada no governo de Armando Sales de Oliveira pelo Decreto de 25 de janeiro do mesmo ano. (Cf. AZEVEDO, Fernando de – *A Cultura Brasileira*. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos / Edusp, 1971, p. 687).

nacional” foi introduzido no programa de retórica do Imperial Colégio de Pedro II – instituição de estudos secundários criada na corte em 1837 para servir de modelo às demais províncias do Império –, através de um regulamento de 17 de fevereiro de 1855, assinado pelo Ministro do Império Luís Pedreira do Couto Ferraz⁷.

No entanto, apesar de tal medida ter exigido a produção de um manual de história da literatura nacional – algo aliás previsto pela Portaria de 24 de janeiro de 1856, que, regulamentando o conteúdo e a bibliografia das matérias estudadas no Colégio de Pedro II, indicava, para o estudo de retórica, os *Quadros da Literatura Nacional* (?), de autoria do professor Francisco de Paula Menezes, livro sobre o qual não encontramos qualquer registro⁸ –, a obra geralmente tida como pioneira sobre o conjunto de nossa história literária é o *Curso de Literatura Nacional* (1862), do Cônego Fernandes Pinheiro⁹, composto, como o próprio título sugere, para ser adotado no curso de literatura da mesma instituição, onde o autor era professor de retórica e poética desde 1857.¹⁰

Outro exemplo dessa relação entre história literária e ensino da literatura, no Brasil, é o fato de a *História da Literatura Brasileira* (1888), obra tida como divisor de águas de nossa historiografia literária, por estabelecer a primeira grande periodização da literatura brasileira¹¹, ter sido

⁷ Cf. MOACYR, Primitivo – *A Instrução e o Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, 3. v., p. 16.

⁸ Idem, p. 34-35. Segundo Márcia Razzini, em tese de doutorado ainda inédita da Unicamp, tal obra era provavelmente uma apostila do professor, suposição reforçada por Joaquim Manuel de Macedo, também professor do Colégio de Pedro II, que no seu livro *Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro* (?) faz referência às obras manuscritas de Francisco de Paula Menezes. (RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio – *Antologia Nacional: o panteão nacional do Brasil escolar*. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Estadual de Campinas, 1999, inédito, p. 23).

⁹ Cf. CANDIDO, Antonio – *Formação da Literatura Brasileira*. 5. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, 2. v., p. 353.

¹⁰ Cf. Marisa Lajolo, op. cit., p. 255.

¹¹ Cf. LAJOLO, Marisa. Literatura e História da Literatura: senhoras muito intrigantes. In: *História da Literatura: ensaios*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 24-25.

indicada, em 1892, para o sexto ano do Ginásio Nacional – nome que passou a ter o Colégio de Pedro II depois da reforma do ministro Benjamim Constant, que se deu pelo Decreto n.º 1.075, de 22 de novembro de 1890¹² – e adaptada, numa parceria entre o autor e João Ribeiro, em 1906, ao curso secundário, ganhando o título de *Compêndio de História da Literatura Brasileira*.¹³

Até a década de 1940, quando se deu o movimento de expansão do regime universitário – instituído pelo Decreto n.º 19.851, de 11 de abril de 1931, assinado pelo chefe do governo provisório Getúlio Vargas e referendado pelo Ministro da Educação Francisco Campos¹⁴ –, com o aparecimento das faculdades de filosofia e letras, grande foi o número de manuais de história da literatura brasileira produzidos para o curso secundário: *Pequena História da Literatura Brasileira* (1919), de Ronald de Carvalho; *Lições de Literatura Brasileira* (1919), de José Ventura Boscoli; *História da Literatura Nacional* (1930), de Jorge Abreu; *Noções de História da Literatura Brasileira* (1931), de Afranio Peixoto; *História da Literatura Brasileira para o curso complementar* (1939), de Bezerra de Freitas, entre outros.¹⁵

A partir de então, as histórias literárias tornaram-se mais especializadas, seja em projetos coletivos nos quais cada autor cobre determinado gênero – como o da editora José Olympio, sob a direção de Álvaro Lins, do qual um dos volumes era a *História da Literatura Brasileira: prosa de ficção* (1890-1920), de Lúcia Miguel Pereira, publicado pela primeira vez em 1950 – ou período – como o da editora Cultrix, que publicou, entre outros, *O Realismo*

¹² Cf. MOACYR, Primitivo – *A Instrução e a República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, 1. v., p. 96-97.

¹³ Diz Marisa Lajolo, no ensaio “Literatura e História da Literatura”: “A aliança escola/história literária manifesta-se, por exemplo, no expressivo número de obras que incluem, em seu título, a expressão ‘compêndio’ ou ‘manual’”. (Op. cit., p. 28).

¹⁴ Cf. Fernando de Azevedo, op. cit., p. 687-688.

¹⁵ O argumento de que tais obras eram destinadas ao ensino secundário nos é autorizado pelas datas de sua publicação, bem como pelos subtítulos.

(1870-1900), de João Pacheco, em 1963 –, seja em interpretações críticas de sua formação e seu cânone, num período cronológico previamente estabelecido – com em *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos* (1959), de Antonio Candido –, o que sugere que tais obras passaram a ser produzidas para um público mais seletivo: os estudantes universitários de letras.

Hoje em dia, a relação história literária/ensino da literatura pode ser exemplificada pela *História Concisa da Literatura Brasileira* (1970), de Alfredo Bosi, obra que talvez deva suas constantes reedições – em 1994, estava na 32.^a –, em grande parte, à demanda acadêmica, uma vez que tem presença constante nas bibliografias dos programas de literatura brasileira dos cursos de letras.

Assim, o ensino da literatura – pelo menos no caso brasileiro –, na medida em que legitima a produção ou reedição de histórias literárias, tem a sua estrutura condicionada, em grande parte, pelos padrões dos livros de história da literatura indicados – ou adotados –, mantendo-se pautado pela periodização e pela cronologia, apesar da multiplicidade de abordagens e correntes teóricas, ideológicas ou metodológicas.

1.2. O Ensino da Literatura Inglesa

Esse predomínio da abordagem cronológica também se verifica no ensino da literatura inglesa. Nos programas e ementas das universidades brasileiras, não é difícil constatar, pelos conteúdos programáticos e bibliografias, que a maioria dos cursos de graduação adota a perspectiva

histórica, reproduzindo, por conseguinte, a periodização e a cronologia oficial da história da literatura inglesa, tal como foram fixadas pela maioria das obras do gênero.¹⁶

Um exemplo clássico é oferecido pelo currículo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujas ementas de literatura inglesa – de I a V, precedidas dos “Fundamentos da Cultura Literária Inglesa” – são divididas conforme o critério adotado pela *Cambridge History of English Literature* (1907-16), dirigida por A.W. Ward e A.R. Waller: das invasões germânicas do séc. V à poesia do pós-guerra, as épocas se encontram dispostas cronologicamente, estudando-se as obras ou autores mais representativos de cada gênero de forma monográfica.¹⁷

Há, no entanto, uma peculiaridade que diferencia o ensino de literatura de língua inglesa do ensino de literatura brasileira – ou de língua portuguesa – no país: a falta de proficiência lingüística dos alunos, que muitas vezes não estão suficientemente capacitados para a leitura, compreensão e interpretação dos textos originais, bem como das histórias literárias escritas em inglês. Essa falta, provável conseqüência dos problemas enfrentados com o ensino e aprendizagem da língua no 1.º e 2.º graus, é suprida na universidade com a

¹⁶ Cf., em ordem cronológica, TAINÉ, Hippolyte – *History of English Literature*. Tradução de H. Van Laun. New York: Grosset & Dunlap, 1908. 2. v.; PAINTER, F.V.N. – *English Literature*. Boston: Leach, Shewell & Sanborn, 1894; ABERNETHY, Julian W. – *English Literature*. New York: Charles E. Merrill, 1916; WARD, A.W. e WALLER, A.R. – *The Cambridge History of English Literature*. Cambridge: The University Press, 1933, 15 v.; SAMPSON, George – *The Concise Cambridge History of English Literature*. London: Cambridge University Press, 1940; EVANS, Ifor B. – *A Short History of English Literature*. Harmondsworth: Penguin Books, 1940; FORD, Boris – *The Pelican Guide to English Literature*. Baltimore: Penguin Books, 1954, 6. v.; DAICHES, David – *A Critical History of English Literature*. London: Secker, 1960; PRIESTLEY, J.B. – *Adventures in English Literature*. 8. ed. New York: Mary Rives Bowman, 1963; BURGESS, Anthony – *English Literature*. 18. ed. London: Longman, 1991, dentre outros.

¹⁷ Sobre os primórdios do curso de Letras Anglo-Germânicas da Universidade de São Paulo – primeiro do país, fundado em 1940 –, cf. MUTRAN, Munira. Tempo de Colheita. In: *Estudos Avançados*. São Paulo: Edusp, set/dez 1994, 8. v., n.º 22, p. 457-461.

adoção e utilização de traduções ou obras em português que tratam do assunto.¹⁸

Foi justamente essa busca de publicações nacionais, em dois anos de magistério (1995-96) na Universidade Federal de Sergipe, que despertou nosso interesse em traçar uma historiografia brasileira da literatura inglesa, no intuito de estabelecer a sua relação com o processo de implantação e desenvolvimento do ensino dessa disciplina no Brasil.

1.3. A Delimitação do Período

A intenção inicial do trabalho era utilizar os livros brasileiros de história da literatura inglesa para fazer um mapeamento completo do ensino da literatura inglesa no país, do nível secundário ao superior. Seria assim esboçado um panorama histórico da disciplina, desde a sua instituição no currículo dos estudos secundários – que se deu através do Decreto n.º 4.468, de 1.º de fevereiro de 1870, assinado pelo ministro Paulino de Souza, responsável pela introdução do ensino das literaturas estrangeiras modernas no sétimo ano do Colégio de Pedro II¹⁹ – até o seu atual estágio, nas universidades.

No entanto, com o desenvolvimento da pesquisa, o acúmulo de dados e informações – dispersos pelos vários livros de história da educação brasileira consultados²⁰ –, mostrou ser necessária a organização de duas outras histórias particulares: a do ensino de inglês e a do ensino de literatura, que se

¹⁸ Tal argumento pode ser corroborado pelas reedições de *Rumos da Literatura Inglesa* (1985), de Maria Elisa Cevasco, professora de inglês da Universidade de São Paulo, e Valter Lellis Siqueira, professor de literaturas de língua inglesa do ensino superior da mesma capital, resumido panorama histórico indicado nas bibliografias de muitos programas de literatura inglesa do país – inclusive o da Usp. (CEVASCO, Maria Elisa e SIQUEIRA, Valter Lellis – *Rumos da Literatura Inglesa*. São Paulo: Ática, 1985, 96 p.).

¹⁹ Cf. Primitivo Moacyr, *A Instrução e o Império*, 3. v., p. 48-49.

²⁰ Cf. a “Bibliografia Temática” referente à história da educação brasileira, no final do presente trabalho.

desenvolveram paralelamente – embora com alguns pontos de contato – durante o Império e a Primeira República, nos estudos secundários, até que se conciliassem no programa expedido pela Portaria n.º 148, de 15 de fevereiro de 1943, assinada pelo ministro Gustavo Capanema, que incorporava ao conteúdo programático de inglês do “curso clássico” as “noções de história da literatura inglesa”.²¹

Diante de tais circunstâncias, optamos por uma nova delimitação do período a ser coberto pela dissertação, bem como do grau de ensino abordado, abrangendo desde a criação da primeira cadeira de inglês – pelo Decreto de 22 de junho de 1809, assinado por D. João VI²² –, passando pelas reformas do Império – quando foi fundado o primeiro estabelecimento oficial de estudos secundários (O Colégio de Pedro II, em 1837) e instituído o ensino de literatura (nacional e estrangeiras) – e da Primeira República, até a supressão definitiva do ensino da literatura inglesa do currículo dos estudos secundários brasileiros, em 1951, pela Portaria n.º 614, de 10 de maio, assinada pelo Ministro Simões Filho.²³

Como a narrativa se baseia nos dados fornecidos pela legislação federal referente às disciplinas em questão (inglês, literatura e literatura inglesa), decidimos inserir algumas informações a respeito do contexto educacional em Sergipe, com o fim de exemplificar o modo pelo qual as normas eram absorvidas – ou rejeitadas – pela legislação estadual, nesse caso particular. Para tanto, utilizamos os dados fornecidos por Maria Thetis Nunes, na sua *História da Educação em Sergipe* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984).

²¹ Cf. *Ensino Secundário no Brasil: organização, legislação vigente, programas*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1952, p. 488.

²² Cf. Primitivo Moacyr. *A Instrução e o Império*, 1. v., p. 61.

²³ Cf. *Ensino Secundário no Brasil*, p. 515.

É importante frisar que para o relato de tais trajetórias muito concorreram os livros escolhidos para compor a “historiografia brasileira da literatura inglesa”, a grande maioria “descoberta” em sebos de São Paulo, uma vez que não se encontravam listados em qualquer catálogo ou ficha de biblioteca – pelo menos nas entradas mais convencionais, tais como “história literária”, “história da literatura inglesa” ou “história da literatura universal”.

1.4. A Delimitação do Córpus

Quatro foram os critérios estabelecidos para delimitar o c3rpus do presente trabalho:

- 1) o da **nacionalidade**, segundo o qual s3o admitidas apenas as obras produzidas no Brasil e dirigidas ao p3blico brasileiro;
- 2) o do **meio de publica33o**, que faz com que sejam selecionados apenas os textos publicados em livro, excluindo-se os artigos e ensaios de jornais ou peri3dicos, bem como teses e demais trabalhos acad3micos n3o publicados;
- 3) o do **g4nero historiogr3fico**, que restringe nosso interesse 3s narrativas panor3micas, em contraposi33o aos textos monogr3ficos que tratam de uma obra ou autor espec3fico;
- 4) e o da **data de publica33o**, conforme o qual s3o considerados apenas os livros publicados durante o per3odo coberto pela disserta33o (1809-1951).

Assim, ser3o utilizadas as obras que, obedecendo aos pr3-requisitos anteriores, se enquadram nas seguintes categorias:

- a) **hist3ria da literatura universal**, representada pelos panoramas completos de v3rias literaturas, mesmo quando n3o d3o conta de todo o “universo”, a

exemplo do *Resumo de História Literária* (1872), do Cônego Fernandes Pinheiro; *Lições de Literatura* (1909), de Leopoldo de Freitas; *Literaturas Estrangeiras* (1931?), de F.T.D.; *Noções de História de Literatura Geral* (1932), de Afranio Peixoto; *História Universal da Literatura* (1936), de Estevão Cruz; *Literaturas Estrangeiras* (1936), de A. Velloso Rebello; *História da Literatura Universal* (1939), de Walter Fontenelle Ribeiro; *História da Literatura* (1940), de José Mesquita de Carvalho; e *Noções de História das Literaturas* (1940), de Manuel Bandeira;

- b) **história da literatura inglesa**, representada pelos livros que historicam a literatura inglesa das origens até o momento da publicação da obra, sendo também incluídos nesta categoria prefácios de antologias panorâmicas e narrativas que incluem a literatura norte-americana como apêndice, como *Origens da Língua Inglesa – sua literatura* (1920), de Oscar Przewodowski; *English Literature* (1937) de M.S. Hull e Machado da Silva; e *An Outline of English Literature* (1938), de Neif Antonio Alem.²⁴

²⁴ Cf., no Apêndice 2 do presente trabalho, os quadros referentes às obras que compõem a Historiografia Brasileira da Literatura Inglesa.

II. O ENSINO DE INGLÊS NO BRASIL (1809-1951)

1. A Inclusão da Língua Inglesa no Currículo dos Estudos Secundários

1.1 A Reforma Pombalina

O monopólio exercido pelos jesuítas na educação brasileira, iniciado em 1549 com a chegada dos primeiros missionários da Companhia de Jesus²⁵, encerrou-se apenas dois séculos e uma década depois, com o Alvará de 28 de junho de 1759, assinado pelo rei D. José I e idealizado pelo seu ministro, o Marquês de Pombal. A pretexto de reformar o ensino de humanidades, o documento mandava expulsar os discípulos de Inácio de Loiola de Portugal e de seus domínios²⁶, criando, dentre outras medidas, o sistema de “aulas régias”²⁷ e o cargo de Diretor de Estudos:

*Pela primeira vez, na Europa, o Estado avocava a si a responsabilidade da educação secundária, ao organizar um sistema centralizado tendo à frente o diretor de estudos, cargo então criado. Tinha esta autoridade a atribuição de pôr em prática as determinações do Alvará, e lhe estavam subordinados todos os professores. De sua aprovação dependia poder alguém lecionar fora das Aulas Régias, após o exame das qualidades morais e intelectuais do candidato.*²⁸

²⁵ Segundo Fernando de Azevedo, naquele ano seis jesuítas aportaram à Bahia com o 1.º governador-geral Tomé de Sousa. (Op. cit., p. 509).

²⁶ Dizia o Alvará: “Tendo em consideração, outrossim, que sendo o estudo das letras humanas a base de todas as ciências se vêem, neste Reino, extraordinariamente decaídas daquele auge em que se achavam quando as Aulas se confiaram aos religiosos jesuítas, em razão de que estes, com o escuro e fastidioso método que introduziram nas escolas destes Reinos e domínios; (...)” (Apud ALMEIDA, José Ricardo Pires de – *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*. Tradução de Antonio Chizzotti. São Paulo: Inep / Puc-SP, 1989, p. 31).

²⁷ Estas eram aulas de disciplinas isoladas (cf. Fernando de Azevedo, op. cit., p. 551).

²⁸ NUNES, Maria Thetis – *História da Educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 18.

No entanto, a chamada Reforma Pombalina – apesar das várias tentativas, através de sucessivos alvarás e cartas régias²⁹ –, só logrou desarranjar a sólida estrutura educacional construída pelos jesuítas, confiscando-lhes os bens e fechando todos os seus colégios³⁰. Assim, em lugar de um sistema mais ou menos unificado, baseado na seriação dos estudos³¹, o ensino passou a ser disperso e fragmentário, baseado em aulas isoladas que eram dadas por professores leigos e mal preparados: “a freqüência nas escolas baixou enormemente, os professores ignorantes, escolhidos sem norma nem sistema, sem autoridade, pessimamente pagos e o pagamento sempre em atraso”.³²

Ademais, a base da pedagogia jesuítica permaneceu a mesma, pois os padres missionários, além de terem cuidado da manutenção dos colégios destinados à formação dos seus sacerdotes, criaram seminários para um clero secular, constituído por “tios-padres” e “capelães de engenho”³³. Estes, dando

²⁹ Em 6 de novembro de 1772, foi expedido outro alvará, mandando estabelecer aulas de primeiras letras e criando o “subsídio literário”, imposto criado para a manutenção do ensino médio; no de 10 de novembro do mesmo ano, são criados os fundos escolares; no de 11 de julho de 1776, é reconhecido um curso de estudos literários e teológicos fundado pelos padres franciscanos do Rio de Janeiro, nos moldes da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra; em 1784, é criada a primeira cadeira de retórica da Colônia, também no Rio de Janeiro; em 1786, através de um documento oficial do vice-rei Luiz de Vasconcelos, é constituída uma Sociedade Literária; em 1793, o vice-rei Conde de Rezende cria aulas para soldados do regimento das milícias e de linha do Rio de Janeiro, submetendo o ensino particular a formalidades. (Apud Primitivo Moacyr, *A Instrução e o Império*, I. v., p. 21-32).

³⁰ Diz Fernando de Azevedo: “No momento de sua expulsão, possuíam os jesuítas só no Reino 24 colégios, além de 17 casas de residência, e na Colônia, 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, sem contar os seminários menores e as escolas de ler e escrever, instaladas em quase todas as aldeias e povoações onde existiam casas da Companhia.” (Op. cit., p. 547).

³¹ Estes, já no séc. XVIII, eram divididos em sete classes. Na primeira, estudava-se a gramática portuguesa; na segunda, rudimentos de língua latina; na terceira, sintaxe e sílaba; na quarta, construção da língua latina – retórica; na quinta, matemática; na sexta, filosofia; e na sétima, teologia e moral. (Cf. FIALHO, Branca. *Evolução do Ensino Secundário no Brasil*. In: *Um Grande Problema Nacional: estudos sobre o ensino secundário*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1937, p. 265).

³² Idem, p. 271.

³³ Cf. Fernando de Azevedo, op. cit., p. 534; 552.

continuidade à sua ação pedagógica, mantiveram sua metodologia e seu programa de estudos, que deixava de fora, além das ciências naturais, as línguas e literaturas modernas:

*No fundo, e através das formas mais variadas da paisagem escolar, recorta-se ainda nitidamente, com seus traços característicos, a tradição pedagógica e cultural deixada pelos jesuítas e continuada pelos padres-mestres, e resultante de uma educação exclusivamente literária, baseada nos estudos de gramática, retórica e latim e em cujos planos não figuravam nem as ciências naturais nem as línguas e literaturas modernas.*³⁴

Ainda assim, nos anos de em 1788-89 foram concedidas, pelo “Juiz Presidente, Vereadores e Procurador do Senado da Câmara do Rio de Janeiro”, duas provisões de Mestre de Escola de Língua Francesa, autorizando os professores José da Luz (23 de julho de 1788) e João José Tascio (18 de Março de 1789) a estabelecerem Aulas Públicas de francês naquela cidade pelo período de um ano.³⁵

1.2. A Criação das Cadeiras de Francês e Inglês

O panorama educacional da época só iria se alterar com a vinda de D. João VI e de sua corte para o Rio de Janeiro, já no início do século seguinte, em 22 de janeiro de 1808. Embora fosse obrigado a sair de sua nação de origem com o auxílio de navios ingleses, acossado que estava pelas tropas de Napoleão Bonaparte, o então Príncipe Regente de Portugal trouxe consigo as

³⁴ Idem, p. 556.

³⁵ Cf. José Ricardo Pires de Almeida, op. cit., p. 328.

idéias francesas do liberalismo enciclopedista, encontrando na Colônia um campo fértil e ainda virgem para aplicá-las.³⁶

Dentre suas iniciativas referentes à instrução pública, a principal foi a criação dos primeiros cursos superiores não-teológicos, instituídos com vistas à formação de profissionais qualificados, tais como oficiais e engenheiros, civis e militares (a Academia de Ensino da Marinha, em 5 de maio de 1808, e a Academia Real Militar, em 1810); médicos (os cursos médico-cirúrgicos da Bahia e do Rio de Janeiro, em 1808) e arquitetos (a Escola Real de Artes, Ciências e Ofícios, em 1816). No plano cultural, grandes instituições foram fundadas: a Imprensa Régia (13 de maio de 1808); a Biblioteca Pública (Decreto de 27 de junho de 1810); o Teatro Real de São João (inaugurado em 12 de outubro de 1813) e o Museu Nacional (Decreto de 6 de junho de 1818).³⁷

Tais empreendimentos, entretanto, pouco modificaram a situação do ensino primário e secundário no Brasil³⁸, uma vez que o monarca português, ao cuidar exclusivamente dos cursos superiores, apenas atendia às necessidades do “mercado de trabalho”³⁹ do seu novo Reino – título dado à Colônia em 16 de dezembro de 1815⁴⁰ –, que para desenvolver-se precisava de profissionais qualificados.

³⁶ Cf. CHAGAS, Valnir – *O Ensino de 1.º e 2.º Graus: antes, agora, e depois?* 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1980, p. 12.

³⁷ Os dados do parágrafo acima foram recolhidos de José Ricardo Pires de Almeida (op. cit., p. 41-49) e de Primitivo Moacyr. (Op. cit., p. 46-51; 67-69).

³⁸ Conforme Valnir Chagas, as denominações “primário” e “secundário” são oriundas da Revolução Francesa (1789). (Op. cit., p. 13).

³⁹ A expressão “mercado de trabalho” é usada por LIMA, Lauro de Oliveira – *Estórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Brasília, [197-], p. 104.

⁴⁰ Cf. José Ricardo Pires de Almeida, op. cit., p. 43.

Como eram as escolas secundárias, representadas pelas “aulas avulsas” ou “aulas menores”, que davam acesso àqueles cursos – que por sua vez eram freqüentados pelos componentes da minoria latifundiária, ou da elite da Corte –, manteve-se na educação brasileira uma tradição aristocrática que vinha desde os tempos dos jesuítas:

A preocupação exclusiva com a criação de ensino superior e o abandono total em que ficaram os demais níveis de ensino demonstram claramente esse objetivo [proporcionar educação para uma elite], com o que se acentuou uma tradição – que vinha da Colônia – a tradição da educação aristocrática.⁴¹

Por outro lado, o Decreto de 22 de junho de 1809, assinado pelo próprio Príncipe Regente, que mandava criar uma cadeira de língua francesa e outra de inglesa “para aumento e prosperidade da instrução pública”⁴², é um indicador da feição pragmática que os estudos primários e secundários passariam a assumir, uma vez que seu conteúdo, apesar de ainda literário e humanista, começava a ser formulado para atender a fins práticos – sobretudo depois da abertura dos portos para o comércio estrangeiro, em 28 de janeiro de 1808 –, ao contrário da pedagogia eminentemente “espiritual” dos jesuítas: “o estudo das línguas vivas, o inglês, o francês, passa a ter finalidade prática, como se vê pela carta régia de janeiro de 1811, criando o lugar de intérprete de línguas na Secretaria do Governo da Bahia”.⁴³

Contudo, não se pode esquecer a influência exercida em toda a Europa pelo enciclopedismo francês, assim como pelo empirismo inglês, seu

⁴¹ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira – *História da Educação no Brasil (1930-1973)*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 38-39.

⁴² Cf. Primitivo Moacyr, op. cit., p. 61.

⁴³ NUNES, Maria Thetis – *Ensino Secundário e Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro, ISEB [Instituto Superior de Estudos Brasileiros], 1962, p. 67.

anterior, que haviam alcançado voga universal depois da independência dos Estados Unidos (1776) e da Revolução Francesa (1789)⁴⁴, fato que justificava a oficialização do ensino de ambas as línguas na Corte do Brasil, como parece sugerir o texto da lei de 22 de junho de 1809:

*E, sendo outrossim, tão geral e notoriamente conhecida a necessidade de utilizar das línguas francesa e inglesa, como aquelas que entre as vivas têm mais distinto lugar [grifo nosso], e é de muita utilidade ao estado, para aumento e prosperidade da instrução pública, que se crie na Corte uma cadeira de língua francesa e outra de inglesa.*⁴⁵

Ademais, conforme o decreto acima citado, os alunos deveriam não apenas falar e escrever as respectivas línguas, mas também conhecer o seu “gênio”, “elegância” e “estilo”, servindo-se para tanto “dos melhores modelos do século de Luís XIV”, o que mostra que o interesse pelas novas disciplinas revestia-se de um caráter cultural e literário, ultrapassando sua utilidade prática⁴⁶:

*E pelo que toca à matéria do ensino, ditarão [os professores] as suas lições pela gramática que for mais conceituada, enquanto não formalizem alguma de sua composição; habilitando os discípulos na pronúncia das expressões e das vozes das respectivas línguas, adestrando-os em bem falar e escrever, servindo-se dos melhores modelos do século de Luís XIV e fazendo que nas tradições dos lugares conheçam o gênio e o idiotismo da língua, e as belezas e elegâncias dela, e do estilo e gosto mais apurado e seguido.*⁴⁷

⁴⁴ Cf. Fernando de Azevedo, op. cit., p. 563; 569-570.

⁴⁵ Apud Primitivo Moacyr, op. cit., p. 61.

⁴⁶ Segundo Carpeaux, a relação entre as estruturas das línguas e a índole de suas literaturas foi pela primeira vez sugerida por Johann Gottfried Herder, nas *Idéias para a Filosofia da História da Humanidade* (1784-91). (Op. cit., p. 21).

⁴⁷ Apud Primitivo Moacyr, op. cit., p. 61.

No mesmo ano de 1809 foram feitas – e assinadas diretamente por D. João VI – as cartas de nomeação dos professores de francês e inglês⁴⁸. A primeira, datada de 26 de agosto, nomeava o Pe. René Boiret como professor de língua francesa, mediante o ordenado de 400.000 réis por ano. O padre francês, segundo Pires de Almeida, vinha de Portugal, onde ensinava a mesma matéria no Colégio Real dos Nobres com soldo de 200.000 réis: “a língua francesa sendo a mais difundida e, por assim dizer, universal, a criação de uma cadeira desta língua é muito necessária para o desenvolvimento e prosperidade da instrução pública”.⁴⁹

A segunda carta real, de 9 de setembro, nomeava, nos mesmos termos e com o mesmo ordenado, o primeiro professor de inglês do Brasil: o padre irlandês Jean Joyce⁵⁰: “era necessário criar nesta capital uma cadeira de língua inglesa, porque, pela sua difusão e riqueza e o número de assuntos escritos nesta língua, a mesma convinha ao incremento e à prosperidade da instrução pública”.⁵¹

1.3. A Primeira *Gramática Inglesa*

Muito embora a criação de ambas as cadeiras tenha atendido a um mesmo propósito – o de “incrementar e dar prosperidade à instrução pública” –, as intenções culturais e literárias do decreto e das nomeações parecem ter atingido apenas o ensino do francês, língua então considerada “universal”,

⁴⁸ Os professores de latim eram geralmente escolhidos e indicados pelo clero. (Cf. José Ricardo Pires de Almeida, op. cit., p. 41-42).

⁴⁹ Idem, p. 42.

⁵⁰ Trata-se na verdade do primeiro professor “oficial” da matéria, levando-se em conta a seguinte informação de José Ricardo Pires de Almeida: “Uma escola de Educação, fundada no Rio de Janeiro, por volta de 1808, pelo Pe. Felisberto Antônio de Figueiredo e Moura, na qual se ensinavam o Português, o Latim, o Francês, o Inglês [grifo nosso], a Retórica, a Aritmética, o Desenho e a Pintura obteve a proteção do governo e, neste sentido, foi determinado que os alunos deste estabelecimento fossem isentos da prisão e do recrutamento (aviso de 8 de julho de 1811).” (Ibid., p. 47).

⁵¹ Ibid., p. 42.

cujo conhecimento era requisito obrigatório para o ingresso nos cursos superiores, como deixa transparecer o comentário de Pires de Almeida sobre a Academia Militar do Rio de Janeiro, fundada em 1810:

*O curso era de sete anos e todos os livros escolares eram em francês. Os professores e alunos estavam muito familiarizados com a língua francesa e com o conhecimento dos nomes notáveis de então: Lacroix, Legendre, Monge, Francoeur, Bossuet, Lalande, Biot, Lacille, Puissant, Haüy, Guy de Vernon, Chaptal, Flourcroy, de la Merillière, Cuvier e outros.*⁵²

Outro indício da importância assumida pelo estudo da língua francesa se encontra na célebre *Memória sobre a Reforma dos Estudos na Capitania de São Paulo*, escrita por Martim Francisco em 1816 e usada como “modelo ideal” pela Comissão de Instrução da Assembléia Constituinte, em sessão de 7 de junho de 1823, ano seguinte à fundação do Império do Brasil (12 de outubro de 1822)⁵³. Nesse extenso documento de feição enciclopedista, ganham destaque, além das disciplinas tradicionais do currículo de humanidades – gramática portuguesa; latim; retórica; teologia e moral –, “as ciências físicas fundadas na observação e experiência”⁵⁴. É curioso notar que, ao tecer comentários sobre cada uma das matérias, o autor do projeto pedagógico impõe restrições até mesmo ao ensino da língua latina, sinônimo de erudição e cultura na época, sugerindo a inclusão do francês no “1.º grau de instrução”:

Se o soberano, na instrução de seus vassallos só deve fazer crer o que é provado, e nunca as opiniões de sábios de outros países; se em toda conduta da vida, a razão e a observação deve ser o único fanal das ações humanas e nunca o exemplo de outros povos; e finalmente se o conhecimento da Língua Latina só contribui fazer admitir alguns homens de gênio da Antigüidade, como Cícero,

⁵² Ibid., p. 47.

⁵³ Cf. Primitivo Moacyr, op. cit., p. 72-73.

⁵⁴ MOACYR, Primitivo – *A Instrução Pública no Estado de São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, 1. v., p. 33.

*Virgílio, Tácito, Plínio; então o ensino desta língua, 'estudo verdadeiramente de luxo', não pode ter lugar em um plano de instrução geral. (...) Mas atendendo à necessidade de melhor desenvolver os primeiros rudimentos da gramática, dados no 1º grau de educação; (...), admito uma aula de Língua Latina contanto que nela se ajunte o estudo da Língua Francesa.*⁵⁵

O ensino de inglês, por seu turno, restringiu-se aos seus objetivos mais imediatos, já que o seu conhecimento, não sendo exigido para o ingresso nas academias – portanto desnecessário ao currículo dos estudos secundários –, justificava-se apenas pelo aumento do tráfico e das relações comerciais da nação portuguesa com a inglesa, constituindo assim uma disciplina complementar aos estudos primários, ou de “primeiras letras”. É o que nos revela o prefácio do *Compêndio da Gramática Inglesa e Portuguesa para Uso da Mocidade Adiantada nas Primeiras Letras*, primeira obra brasileira do gênero, de autoria de Manuel José de Freitas e publicada em 1820 pela Imprensa Régia⁵⁶:

*Animado pois por um coração liberal, resolvi preparar este Compêndio, considerando o tráfico e as relações comerciais da Nação Portuguesa com a Inglesa, e a falta de um Compêndio da Gramática de ambas, para iniciar e facilitar a Mocidade ao uso das suas Línguas, com a clareza, justeza e simplicidade possível; e penso que os pais de família, desejosos de melhor conhecimento, e, em parte, de mais civil e moral Educação para seus filhos, aprovarão este meu designio.*⁵⁷

Dessa forma, ao contrário da língua latina, tida pelo autor do referido *Compêndio* como “condutora aos princípios literários e familiares”, e da

⁵⁵ Idem, *ibid.*

⁵⁶ Cf. CAMARGO, Ana Maria de Almeida e MORAES, Rubens Barbosa de – *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro (1808-1822)*. São Paulo, Kosmos, 1993, t. v., p. 231.

⁵⁷ Apud ZILBERMAN, Regina. Práticas de Ensino de Inglês – Língua e Literatura – no Brasil: questões históricas e atualidade. Comunicação apresentada no XXIX SENAPULLI (Seminário Nacional de Professores Universitários de Literaturas de Língua Inglesa). Atibaia, 27-31 de jan. de 1997, inédito, p. 2.

língua francesa, que pela sua “universalidade” já possuía status cultural, sendo “parte integrante da Educação”, o inglês, durante os anos correspondentes ao reinado de D. João VI no Brasil (1808-1821), teve utilidade exclusivamente prática, oferecendo à “mocidade adiantada nas primeiras letras” apenas uma opção profissional no incipiente mercado de trabalho da época⁵⁸:

*Se a Língua Latina tem servido até hoje, pelo menos, de condutora aos princípios literários e familiares; se a Língua Francesa tem sido universal, e por este motivo, já recebida como parte integrante da Educação, e semelhantemente a Música e Dança, etc; com quanta razão devemos nós julgar ser a Língua Inglesa necessária à Mocidade, quando nos vemos entrelaçados em negociações com esta nação, e ouvindo diariamente o som vocal de seu idioma, que também facilita e convida os novos alunos a entrar com desejo no conhecimento dos seus termos e frases.*⁵⁹

1.4. A Instrução Pública sob o Reinado de D. Pedro I

Nos anos que se seguiram à partida do Rei D. João VI, em 26 de abril de 1821, e ao grito de Independência proclamado pelo Príncipe Regente D. Pedro, em 7 de setembro de 1822, o recém-fundado Império brasileiro passou por um conturbado período de crises político-econômicas, tanto de ordem interna, com o crescente fortalecimento das oligarquias locais, que se consolidaria com o Ato Adicional de 1834, quanto externa, devido aos constantes atritos com a antiga metrópole portuguesa.⁶⁰

Não é de estranhar, portanto, que no reinado do primeiro imperador do Brasil – e mesmo durante os primeiros anos da Regência, instaurada após a sua abdicação, em 7 de abril de 1831, e encerrada com o advento da

⁵⁸ Tal é o argumento de Regina Zilberman. (Op. cit., p.3).

⁵⁹ Manuel José de Freitas, apud Regina Zilberman. (Ibid.).

⁶⁰ Cf. Valmir Chagas, op. cit., p. 13.

maioridade de Pedro II, em 23 de julho de 1840 –, muito pouco se tenha feito em proveito da instrução pública:

As lutas de independência absorveram, pois, quase todo o tempo do segundo reinado e ainda que, por um tratado solene, Portugal tivesse reconhecido, desde 1825, a separação do Brasil, nos ressentimos disso até durante o período de regência que se seguiu à nobre e generosa abdicação de D. Pedro I.⁶¹

No entanto, podemos destacar, nesse mesmo período, duas leis que, independentemente de seus efeitos funestos ou benévolos, são determinantes para a compreensão dos rumos que tomariam os estudos primários e secundários no Brasil. A primeira delas, apresentada pela Assembléia Constituinte em 20 de outubro de 1823, instituía a liberdade de ensino sem restrições, abolindo o privilégio do Estado para dar educação. Tal princípio consagrou-se no artigo 179, n.º XXXII, da Constituição outorgada pelo imperador, em 11 de dezembro do mesmo ano – logo depois da dissolução daquela casa legislativa –, que também garantia “a instrução primária gratuita a todos os cidadãos”.⁶²

Assim, todos passaram a ter o direito de abrir uma escola elementar no Império, sem qualquer exigência de exame, autorização ou licença⁶³. O dispositivo legal que facultava essa liberdade, por sua vez, havia sido estimulado pela propagação do famoso sistema de ensino mútuo, introduzido no país pelo próprio governo e transformado em “método oficial” pela Lei de 15 de outubro de 1827:

O sistema de ensino mútuo, devido ao célebre Joseph Lancaster, tinha sido trazido da Índia para a Inglaterra pelo Dr. André Bell. Este método era conhecido

⁶¹ É interessante observar, neste parágrafo de José Ricardo Pires de Almeida (op. cit., p. 55), a aderência monarquista do autor, que escreve em 1889, mesmo ano da Proclamação da República.

⁶² Cf. Fernando de Azevedo, op. cit., p. 572.

⁶³ Cf. José Ricardo Pires de Almeida, op. cit., p. 57.

na Europa desde o século XVI e recomendado por Erasmo; a aplicação dele foi feita com grande sucesso em São Ciro pela Sr.^a Maintenon. No século XVII, a cidade de Orleans e as escolas anexas ao Hospício da Piedade adotaram-no; a partir de 1814, o ensino mútuo se estendeu rapidamente na França, Suíça, Rússia e Estados Unidos, onde o próprio Lancaster o propagou.⁶⁴

A preferência do governo por tal sistema de ensino justificava-se pela sua economia, uma vez que o novo método possibilitava que em escolas primárias de até 500 alunos não fosse necessário mais do que um professor, encarregado apenas de instruir os monitores – os alunos mais avançados –, que exerciam a sua função, evitando com isso as despesas da Coroa com a contratação e nomeação de novos profissionais:

*A introdução do método de Lancaster ou de ensino mútuo e as esperanças que suscitou constituem um dos episódios mais curiosos e significativos dessa facilidade, que nos é característica, em admitir soluções simplistas e primárias para problemas extremamente complexos. Segundo esse método, cada grupo de alunos (*decúria*) era dirigido por um deles (*decurião*), mestre da turma, por menos ignorante ou, se quiserem, por mais habilitado. Por essa forma em que o professor explicava aos meninos e estes, divididos em turmas, mutuamente se ensinavam, bastaria um só mestre para uma escola de grande número de alunos.⁶⁵*

Os resultados da lei, como atestam os relatórios de 1834, do ministro Chichorro da Gama, e de 1838, do regente interino Bernardo Pereira de Vasconcelos⁶⁶, contrariaram todas as expectativas dos liberais brasileiros, propugnadores do método, pois o Estado – assim como as municipalidades – mostrou-se incapaz de reunir as condições necessárias para a administração e manutenção das escolas de ensino mútuo:

O bem do serviço, Senhores, reclama imperiosamente a criação de um Inspetor de Estudos, ao menos na capital do Império. É uma coisa impraticável, em um país nascente, onde tudo está para ser criado, e com o péssimo sistema de

⁶⁴ Idem, *ibid.*

⁶⁵ Fernando de Azevedo, *op. cit.*, p. 572.

⁶⁶ Cf. José Ricardo Pires de Almeida, *op. cit.*, p. 58.

*administração que herdamos, que um ministro presida ele próprio aos exames, supervisione as escolas e entre em todos os detalhes. É bom dizer que as Câmaras Municipais tomam parte na vigilância das escolas, mas estas corporações, sobretudo fora das grandes cidades, não são as mais aptas para este serviço.*⁶⁷

A segunda lei, de 11 de agosto de 1827, ao determinar a criação dos dois primeiros cursos jurídicos do Império – um em São Paulo e outro em Olinda –, exigiu, por seu turno, o estabelecimento de novas cadeiras em todas as províncias, criadas com o objetivo de preparar candidatos às vagas das recém-fundadas instituições, uma vez que estas passaram a desempenhar o papel de fornecedoras do pessoal qualificado para preencher seus quadros administrativos e políticos⁶⁸:

Na legislação desta época pode-se citar: (...) a resolução legislativa de 25 de junho de 1831, criando em Fortaleza de Nova Bragança, capital do Ceará, as cadeiras de Filosofia, de Retórica, de Geometria e de Francês, atribuindo aos professores salários de 600.000 réis por ano.

*Esta resolução foi estendida a todas as províncias pelos decretos de 11 de novembro de 1831 e de 16 de junho de 1832 e dever-se-ia adaptar, para o estabelecimento de novas cadeiras, às disposições da lei de 15 de outubro de 1827.*⁶⁹

Assim, a fundação das primeiras faculdades de direito⁷⁰ está diretamente relacionada com o processo de organização do ensino de nível secundário, cujo conteúdo passou a ser condicionado pela estrutura curricular dos novos

⁶⁷ Trecho do relatório de 1834, assinado pelo ministro Chichorro da Gama. (Apud José Ricardo Pires de Almeida, *ibid.*).

⁶⁸ Cf. Otaíza de Oliveira Romanelli, *op. cit.*, p. 39.

⁶⁹ José Ricardo Pires de Almeida, *op. cit.*, p. 62-63. Vale a pena observar também o seguinte parágrafo de Maria Thetis Nunes: “Em 1.º de dezembro de 1829 instalou-se, na Capital sergipana, com atribuições legislativas, o Conselho Geral da Província, instituído pelos artigos 72 e 73 da Constituição do Império e regulamentado pela Lei Geral de 27 de agosto de 1828. A este órgão podem ser creditadas algumas medidas importantes para a educação sergipana. Destaca-se a criação em 1830, em São Cristóvão, das cadeiras de Retórica, Filosofia, Geometria e Francês, percebendo cada professor 600\$000 anuais.” (*História da Educação em Sergipe*, p. 47).

⁷⁰ Depois do Decreto 1.386, de 28 de abril de 1854 – ano em que o curso de Olinda transferiu-se para o Recife –, de autoria do ministro Couto Ferraz, os cursos jurídicos passaram a denominar-se faculdades de direito. (Cf. Fernando de Azevedo, *op. cit.*, p. 584).

curros, que logo alcançaram supremacia na formação dos quadros superiores do Império⁷¹. Tal relação pode ser comprovada pelo relatório de 1833, do ministro Nicolau Pereira de Campos, no qual se encontra a idéia germinal do Colégio de Pedro II:

*Conviria que as doze cadeiras isoladas que existem no Rio de Janeiro fossem reunidas em um só colégio no mesmo edifício, o que permitiria um controle e uma vigilância mais eficazes. A criação deste colégio, com um diretor, incumbe ao Corpo Legislativo que deve autorizar o governo a fazer despesas de construção de um edifício ou a reforma de um daqueles que já existe.*⁷²

O relatório do ano seguinte, assinado pelo ministro Chichorro da Gama, retoma a idéia do seu predecessor, indicando o número de alunos de cada uma das cadeiras existentes no Rio de Janeiro, num total de 155: filosofia (34); retórica (11); grego (03); francês (24); inglês (05); comércio (78) e geometria (vacante).⁷³

Como se percebe pelos dados do parágrafo acima, que indicam a reduzida demanda para as aulas de inglês – apenas cinco –, o ensino desta língua não se desenvolveu no reinado de D. Pedro I – e mesmo durante os primeiros anos da Regência –, já que seu conhecimento ainda não era exigido para o ingresso nas academias⁷⁴. Ademais, a implantação do método de Lancaster tornava ainda mais difícil o seu aprendizado nas escolas de primeiras letras.

⁷¹ Em 1832, o famoso Seminário de Olinda, de Azeredo Coutinho, foi transformado – através do Decreto de 7 de agosto do mesmo ano – em colégio preparatório das artes do curso jurídico. Anos mais tarde, os colégios particulares se anunciava como cursos de preparatórios avulsos para as faculdades de direito. (Idem, p. 596).

⁷² Apud José Ricardo Pires de Almeida, op. cit., p. 63.

⁷³ Idem, p. 64.

⁷⁴ A língua inglesa começou a ser exigida nos exames de admissão para os cursos de direito a partir de 7 de novembro de 1831, quando os novos Estatutos das Academias de Ciências Jurídicas do Império incorporaram a estas instituições seis cadeiras para ministrarem os conhecimentos então exigidos: latim; francês; **inglês** [grifo nosso]; retórica; filosofia racional e moral e geometria. No ano seguinte, o inglês passou também a ser exigido – de maneira opcional em relação ao francês – nos cursos de medicina. (Cf. Maria Thetis Nunes, *História da Educação em Sergipe*, p. 54).

De acordo com os quadros de Pires de Almeida, referentes às escolas e cadeiras existentes nas províncias do Império, desde a época dos jesuítas até 1840, o inglês, fora do Município Neutro – a cidade do Rio de Janeiro –, era ensinado somente no Liceu de Pernambuco, fundado em 1826, e no do Maranhão, que data de 24 de julho de 1838.⁷⁵

1.5. O Ato Adicional e a Fundação do Imperial Colégio de Pedro II

As tendências regionalistas que vinham se manifestando durante o reinado de D. Pedro I alcançaram seu ponto culminante com a promulgação da Lei de Reformas Constitucionais, mais conhecida como Ato Adicional, em 12 de agosto de 1834. Tal legislação, estimulada pela “corrente liberal que caracterizou todo o período da Regência”⁷⁶, afetou profundamente a educação brasileira, transferindo às assembleias provinciais, através do seu artigo 10, n.º 2, o direito de legislar sobre a instrução primária e secundária. Ao governo da União competia apenas administrar as instituições de ensino superior e a organização escolar do Município Neutro.⁷⁷

Dentre as conseqüências desse “indiferente lavar de mãos”⁷⁸ do poder executivo, a mais grave foi a completa desarticulação dos dois primeiros graus de ensino, que, condicionados às diferenças regionais, fragmentavam-se de

⁷⁵ Vale a pena acrescentar que o relatório ministerial de 1841 menciona, na província de Minas Gerais, a existência de duas cadeiras de inglês, talvez apenas criadas por decreto (op. cit., p. 66-79), podendo ser este o caso do primeiro liceu sergipano – o Colégio Patriótico de São Cristóvão, fundado em 1831 pelo Cônego Doutral José Marcelino de Carvalho, Vigário-Geral da província –, que no seu plano previa o ensino da língua inglesa, disciplina que já era lecionada no curso particular do professor Euzébio Vanério, na mesma localidade. (Cf. Maria Thetis Nunes, *História da Educação em Sergipe*, p. 48-49).

⁷⁶ Trecho de Azevedo Amaral – em *Evolução da Política Imperial* –, apud Fernando de Azevedo, op. cit., p. 574.

⁷⁷ Cf. Fernando de Azevedo, *ibid.*

⁷⁸ Expressão usada por Valmir Chagas. (Op. cit., p. 16).

maneira incoerente, sem qualquer plano ou método, constituindo-se cada vez mais num “trânsito incômodo”⁷⁹ para o ensino superior:

*Entre o ensino primário e o secundário não há pontes ou articulações: são dois mundos que se orientam, cada um na sua direção. As escolas de primeiras letras, como as instituições de ensino médio, em geral ancoradas na rotina, Nenhuma ligação não somente no sentido vertical, entre os diversos graus de hierarquia, mas também horizontalmente entre as unidades escolares do mesmo nível que funcionavam lado a lado.*⁸⁰

Por outro lado, o ensino de humanidades, embora ainda representado pelas “aulas régias” e restrito a uma insignificante porção da população brasileira, ganhou certo fôlego com o “movimento dos liceus”⁸¹, instituições criadas por iniciativa do governo central e das administrações provinciais, expressamente designadas, a partir do Ato Adicional, como estabelecimentos de instrução secundária⁸²:

*O próprio nome que lhes servia de título mais comum já traía uma clara influência francesa; a sua origem pública nada tinha de popular, voltados como estavam para o mesmo polimento de classe que a tudo resistia; e a sua estrutura, muito débil, cifrava-se à justaposição de algumas aulas-régias; mas apenas algumas, porque as demais continuavam a funcionar em caráter avulso.*⁸³

Com efeito, apesar de reunidas ainda sem o critério hierárquico da seriação, as aulas públicas de instrução secundária começaram a apresentar, nesses novos colégios e liceus, públicos como particulares, seus primeiros

⁷⁹ Idem. *ibid.*

⁸⁰ Fernando de Azevedo, *op. cit.*, p. 576.

⁸¹ Outra expressão de Valnir Chagas, *op. cit.*, p. 14.

⁸² Cf. HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto – *O Ensino Secundário no Império Brasileiro*. São Paulo: Grijalbo, 1972, p. 255.

⁸³ Valnir Chagas, *op. cit.*, p. 15.

indícios de organização, assumindo o papel de cursos de preparação para o ensino superior⁸⁴:

*De fato, com a absorção das aulas públicas em colégios; com a transformação progressiva, para o curso em série, do ensino pulverizado das aulas avulsas e do regime de estudos fragmentários, sem ligações de fundamentos, e com a criação de novos colégios não só particulares mas oficiais, (...) as escolas secundárias, em que se mantém o predomínio tradicional do ensino das letras, entram francamente em organização e com fisionomia própria, (...).*⁸⁵

O inglês passou a fazer parte do currículo obrigatório das escolas consagradas a esse tipo de instrução apenas quando o regente interino Bernardo Pereira de Vasconcelos decretou, em 2 de dezembro de 1837, a conversão do Seminário de São Joaquim – antigo Seminário dos Órfãos de São Pedro, criado pela provisão de 8 de junho de 1739, que havia mudado de nome ao ser transferido para um novo edifício⁸⁶ – em Colégio de Pedro II, primeira instituição de “ensino secundário”⁸⁷ criada na Corte e mantida pelo governo para servir de modelo às demais:

*Neste colégio serão ensinadas as línguas latina, grega, francesa e inglesa [grifo nosso], retórica e os princípios elementares de geografia, história, filosofia, zoologia, mineralogia, botânica, química, física, aritmética, álgebra, geometria, e astronomia.*⁸⁸

⁸⁴ De acordo com Maria de Lourdes Mariotto Haidar, essa tendência à organização manifestou-se primeiramente nos liceus de Pernambuco (1826) e da Bahia (1836). (Op. cit., p. 255).

⁸⁵ Fernando de Azevedo, op. cit., p. 596.

⁸⁶ Idem, p. 578.

⁸⁷ A respeito desta terminologia, diz Geraldo Bastos Silva: “‘Ensino secundário’, (...), não tem a acepção de um simples nível, mas de um tipo de ensino, aquele tipo ministrado em instituições que, entre nós, têm sido chamadas de colégios, liceus, ginásios, institutos, ateneus, e cujo currículo tem concretizado uma conciliação, mais ou menos bem sucedida, entre a tradição pedagógica anterior ao século XIX e as novas condições e necessidades do mundo moderno.” (SILVA, Geraldo Bastos – *A Educação Secundária: perspectiva histórica e teoria*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, p. 198).

⁸⁸ Apud Primitivo Moacyr, *A Instrução e o Império*, 1. v., p. 276.

Conforme o programa estabelecido pelo Decreto n.º 8, de 31 de janeiro de 1838, segundo o qual o título de Bacharel em Letras conferido ao final do curso dispensaria o aluno de exames para entrar nas academias – concessão que só foi reconhecida em 1843, com o Decreto n.º 296, de 30 de setembro –, a disciplina em questão era ensinado da quinta à terceira série – que equivaliam, respectivamente, ao quarto, quinto e sexto ano, num total de oito anos de curso⁸⁹:

Em virtude da disposição do art. 126 Cap. II dos Estatutos, poderia, entretanto, o aluno que o desejasse, promover-se para a série seguinte no 5.º mês do ano letivo, se aprovado nos exames especialmente constituídos para tal fim em cada uma das séries. Com esta disposição poderia, pois, o aluno talentoso, fazer o curso completo em 6 e até mesmo em 4 anos.⁹⁰

2. O Ensino de Inglês e Literatura no Império

Segundo Maria de Lourdes Mariotto Haidar, a história do ensino público secundário, durante o período correspondente ao Segundo Império (1840-89), se restringe à história das reformas curriculares do Colégio de Pedro II, única instituição do gênero que era supervisionada pelo Ministério do Império, órgão destinado a cuidar dos interesses da instrução pública na Corte e nas províncias:

Em tais condições, o conhecimento das intenções que nortearam as inúmeras reformas sofridas pelo Colégio criado por Vasconcelos equivale, de certo modo, ao conhecimento do pensamento oficial acerca da natureza e dos objetivos do ensino secundário.⁹¹

⁸⁹ Idem, *ibid.*

⁹⁰ Maria de Lourdes Mariotto Haidar. *op. cit.*, p. 101.

⁹¹ *Ibid.*, p. 95.

Assim, a consulta dos planos de estudo instituídos pelos sucessivos decretos que reformaram o Colégio de Pedro II nesse período nos permite verificar de que maneira o ensino de inglês e literatura era programado, uma vez que tais regulamentos, além de indicarem a distribuição e seriação das disciplinas do curso, versavam sobre o conteúdo a ser desenvolvido em cada matéria, assim como os compêndios que deveriam ser adotados – ou elaborados – pelos professores.

2.1. A Reforma do Ministro Antônio Carlos

A primeira reforma curricular sofrida pela escola-modelo do Império brasileiro foi proposta pelo reitor e professor de retórica e poética Joaquim Caetano da Silva e aprovada pelo ministro Antônio Carlos, através do Decreto n.º 62, de 1.º de fevereiro de 1841. O novo plano de estudos, do ponto de vista pedagógico, vinha de encontro ao programa estabelecido em 1838 – que havia representado uma vitória dos estudos científicos sobre os literários –, acentuando a predominância do ensino de humanidades.⁹²

O curso completo da instituição foi fixado em sete anos, passando as línguas antigas e modernas (latim, grego, francês, inglês e agora alemão – cadeira criada no ano anterior⁹³) a figurar em quase todos os seus estágios⁹⁴. A

⁹² Cf. Fernando de Azevedo, *op. cit.*, p. 579.

⁹³ Cf. José Ricardo Pires de Almeida, *op. cit.*, p. 80.

⁹⁴ As aulas de latim e francês eram dadas em todos os anos do curso; as de inglês a partir do segundo ano; e as de grego e alemão a partir do terceiro. (Cf. Maria de Lourdes Mariotto Haidar, *op. cit.*, p. 141-143).

cadeira ocupada pelo reitor manteve a mesma seriação do decreto anterior, sendo ensinada nos dois últimos anos⁹⁵:

*(...); as matemáticas e as ciências físicas, químicas e naturais amontoavam-se nos três últimos [anos], enquanto o grego é ensinado em quatro, e o latim, o francês e o inglês se estendem pelos sete anos, apresentando o latim maior número de lições do que o de quaisquer outras disciplinas. Esse plano de estudos consagra no Colégio Pedro II um ensino secundário de tipo clássico, com predominância dos estudos literários e adaptado menos às condições especiais do meio do que às tradições morais e intelectuais do país.*⁹⁶

Tal regulamento, entretanto, não foi utilizado como modelo pelos estabelecimentos de ensino secundário das demais províncias, uma vez que a concessão do grau de Bacharel em Letras⁹⁷, que a partir de 1843 habilitava os alunos para a matrícula em qualquer um dos cursos superiores do Império, era privilégio do colégio oficial da Corte. Os candidatos provinciais, mesmo concluindo o curso completo dos liceus, eram submetidos aos chamados “exames parcelados de preparatórios”, que, segundo os Estatutos, deveriam ser feitos perante as bancas organizadas junto às Faculdades⁹⁸:

*Na Câmara dos Deputados do Império, debatiam-se, constantemente, Planos de Instrução, procurando estimular a centralização das Aulas Públicas. Acenava-se aos estabelecimentos que as Assembléias Provinciais fundassem, que, “se fossem semelhantes e conforme em todas as suas partes ao plano de organização do Liceu Nacional”, poderiam conferir o título de Bacharel em Letras aos seus discípulos, “os quais gozarão da mesma isenção estabelecida para o instituto oficial” [a autora cita Primitivo Moacyr, in *A Instrução e o Império*, 1.º vol., p. 247-248]. Mas, apesar dessas promessas de estender às províncias a*

⁹⁵ Cf. Maria de Lourdes Mariotto Haidar, op. cit., p. 141-143.

⁹⁶ Fernando de Azevedo, op. cit., p. 579-580.

⁹⁷ Segundo Fernando de Azevedo, o artigo 7.º do Decreto de 20 de dezembro de 1843 imprimia à cerimônia de colação de grau de bacharel uma pomposa solenidade, na qual os estudantes, depois de prestarem juramento perante o Ministro do Império, recebiam deste o barrete branco da Faculdade de Letras. (Ibid., p. 578).

⁹⁸ A partir de 1854 tais exames passaram a ser feitos também junto à Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. (Cf. Maria de Lourdes Mariotto Haidar, op. cit., p. 255-256).

*prerrogativa dos que concluíam o curso no Colégio Pedro II de terem o ingresso assegurado nas Academias, nunca o Império as cumpriu.*⁹⁹

Dessa forma, os estudos seriados – que cobravam do aluno o conhecimento de matérias não exigidas nos exames parcelados, tais como o grego e as ciências físicas e naturais –, assim como os graus conferidos pelos liceus locais, eram desnecessários para quem pretendia ingressar nas Academias, optando os alunos pelo “adestramento fragmentário”¹⁰⁰ dos estabelecimentos particulares, onde eram lecionadas apenas as disciplinas “preparatórias”:

*Cedendo à pressão dos alunos que abandonavam os liceus buscando alhures, em estabelecimentos particulares, o adestramento fragmentário que os habilitaria a vencer mais rapidamente a frágil barreira dos exames, os liceus provinciais da Bahia e de Pernambuco, cuja frequência caía sensivelmente, acabaram por limitar seu plano e por fazer concessões progressivas ao velho sistema de estudos parcelados.*¹⁰¹

De acordo com o relatório do Dr. Antônio Gonçalves Dias, de 1852¹⁰², no qual o ilustre poeta maranhense lamenta o estado “desgraçado” em que se encontrava a instrução pública nas instituições provinciais por ele visitadas – seminários, liceus, estabelecimentos de caridade, escolas normais e escolas primárias –, dentre as matérias de ensino lecionadas nos liceus, o inglês deixava de figurar em apenas um deles – o do Rio Grande do Norte, que também prescindia das cadeiras de história e geografia –, enquanto as demais disciplinas de humanidades exigidas nos preparatórios – latim; francês;

⁹⁹ Maria Thetis Nunes, *História da Educação em Sergipe*, p. 68.

¹⁰⁰ Expressão de Maria de Lourdes Mariotto Haidar. (Op. cit., p. 256).

¹⁰¹ Idem, *ibid.*

¹⁰² Em 1849, o governo imperial o havia encarregado de visitar os estabelecimentos de instrução pública de algumas províncias do Norte do Brasil (Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia), resultando seu relatório, que data de 29 de julho de 1852, no primeiro levantamento regional do ensino brasileiro. (Cf. José Ricardo Pires de Almeida, op. cit., p. 86; 335-365).

história e geografia; filosofia e retórica – eram dadas regularmente nos demais:

*A instrução secundária consiste nas matérias de ensino dos Liceus, dos quais há um em cada uma destas Províncias, e em alguns preparatórios, de que há cadeiras espalhadas pelo interior, mas tão pouco freqüentadas que no Maranhão e Pará havia idéia de as suprimir.*¹⁰³

Em Sergipe, no segundo Liceu de São Cristóvão, autorizado a funcionar pela Lei Provincial de 31 de julho de 1847 – o primeiro, fundado em 1831, durou apenas até 1835, quando uma lei de 25 de janeiro suspendeu seu funcionamento¹⁰⁴ –, as cadeiras de geografia e história e de inglês – esta ministrada pelo professor Luís Alves dos Santos – foram criadas em 1848 pelo presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos.¹⁰⁵

Pelo relatório encaminhado ao presidente Luís Antônio Pereira Franco em 2 de novembro de 1853 pelo diretor do Liceu Antônio Nobre de Almeida, nota-se que na província em questão ocorria o mesmo problema das demais: o baixíssimo número dos alunos que freqüentavam as aulas, conseqüência do não reconhecimento dos estudos ali realizados para a matrícula nos cursos superiores. Em inglês, por exemplo, dos seis estudantes matriculados, cinco perderam o ano por falta.¹⁰⁶

No Município da Corte, por sua vez, a demanda de alunos para a cadeira de inglês existente fora do Colégio de Pedro II começou a aumentar depois de 1851, apesar de ter apresentado um baixo número de estudantes inscritos até então. É o que relata José Ricardo Pires de Almeida, ao comentar o decréscimo, nesta mesma época, dos discípulos que freqüentavam a cadeira de

¹⁰³ Idem, p. 347.

¹⁰⁴ Cf. Maria Thetis Nunes, *História da Educação em Sergipe*, p. 51.

¹⁰⁵ Idem, p. 69.

¹⁰⁶ Ibid., p. 73-74.

francês: “a cadeira de Inglês, ao contrário, parece que progrediu, menos até 1851, porque em 1843 e 1844, sob o magistério de José Luiz Alves, tinha apenas 5 ou 6 alunos, enquanto que, em 1851, regida pelo Pe. Guilherme Tilbury chegou a 28.”¹⁰⁷

2.2. A Reforma do Ministro Couto Ferraz

Os estatutos do Colégio de Pedro II foram pela segunda vez reformulados por um regulamento baixado em 17 de fevereiro de 1855, de autoria do ministro Luís Pedreira do Couto Ferraz, criador da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária (Decreto n.º 1.331 A, de 17 de janeiro de 1854) – órgão do Ministério do Império incumbido de fiscalizar e orientar o ensino público e particular no Município da Corte e destinado a acabar com o “sistema da mal entendida liberdade de instrução”¹⁰⁸ firmado na Carta de 1824 – e responsável pela implantação dos Exames Gerais de Preparatórios, que passaram a ser feitos também junto ao novo órgão ministerial.¹⁰⁹

Tomando como modelo os liceus franceses¹¹⁰, o novo regulamento dividia os estudos em duas “classes”, sendo o título de Bacharel em Letras

¹⁰⁷ Op. cit., p. 97.

¹⁰⁸ Conforme Valnir Chagas, estas são palavras do próprio ministro. (Op. cit., p. 18).

¹⁰⁹ Até então, como já foi dito, tais exames – que tinham o nome de Exames Parcelados de Preparatórios – eram realizados apenas perante “mesas” instaladas nas Academias. (Cf. Maria de Lourdes Mariotto Haidar, op. cit., p.109).

¹¹⁰ A respeito da influência francesa na educação brasileira, diz Maria Thetis Nunes: “No Brasil, na década de 1850, os problemas educacionais receberam as atenções dos poderes públicos. Muita influência passou a exercer entre nós a Lei Francesa de 1850, de Luís Napoleão Bonaparte, abrindo caminhos novos à educação, substituindo o prestígio que gozara a Lei Guizot, de 1833, matriz de toda a legislação das nossas províncias até 1854” [a autora cita Primitivo Moacyr, *A Instrução e as Províncias*, 2.º vol, p. 546]. Neste ano, seria feita a Reforma da Educação do Município Neutro, com reflexo em todo o país.” (*História da Educação em Sergipe*, p. 95).

apenas obtido pelo estudante que completasse os dois estágios¹¹¹. Na primeira classe, de quatro anos, estudava-se inglês a partir do segundo ano, devendo basear-se o programa da disciplina na seguinte seriação: 2.º ano – “leitura, gramática e versão fácil”; 3.º ano – “versão mais difícil e temas”; 4.º ano – “aperfeiçoamento no estudo da língua e conversa”¹¹².

Na segunda classe, de três anos, uma novidade: em retórica, além das regras de eloquência e de composição, dadas no sexto ano, o programa previa, no estágio seguinte, ao lado da “composição de discursos e narrações em português”, o “quadro da literatura nacional”¹¹³, introduzindo assim – a nosso ver, pela primeira vez – o estudo da literatura brasileira no currículo do curso secundário.

A Portaria de 24 de janeiro de 1856 estabeleceu o conteúdo e a bibliografia das matérias estudadas na instituição. Na cadeira de inglês, os “rudimentos da língua” (2.º ano) seriam lecionados com a utilização de uma *Gramática Inglesa* – cujo autor não é indicado – e da *History of Rome* (1838), de Oliver Goldsmith; para a “tradução e composição de temas fáceis” (3.º ano), os livros indicados eram os dois anteriormente citados e mais o *Class Book* (?) de Hugh Blair¹¹⁴; no último estágio, dedicado ao “aperfeiçoamento da língua” (4.º ano), a bibliografia era composta pelo mesmo *Class Book* e por

¹¹¹ Aos que não desejassem chegar até o Bacharelado, cursando apenas os primeiros quatro anos, seria conferido um certificado especial. (Cf. Primitivo Moacyr, *A Instrução e o Império*, 3. v., p. 15-16).

¹¹² A terminologia aqui adotada é a da lei. (Idem, *ibid.*).

¹¹³ *Ibid.*, p. 16.

¹¹⁴ Segundo Antonio Candido, os escritores brasileiros do séc. XIX que cultivaram a chamada “crítica retórica” – gênero conservador que, segundo o autor, desenvolveu-se nas escolas, entre os professores de retórica e poética, e caracterizava-se por manter as noções clássicas de literatura – pautaram-se, em geral, pelas *Lições de Retórica e Belas Letras* (1783), de Hugh Blair. “diretamente ou através do mau imitador português Francisco Freire de Carvalho.” (Op. cit., p. 344-347).

“Trechos Escolhidos” de Milton. Quanto à cadeira de retórica, os dois livros utilizados seriam de Francisco de Paula Menezes, professor da instituição¹¹⁵: *Lições de Literatura (?)* – sexto ano – e *Quadros da Literatura Nacional (?)* – sétimo ano –, talvez as primeiras obras brasileiras do gênero.¹¹⁶

A reforma do ministro Couto Ferraz – juntamente com o Regulamento das Aulas Preparatórias da Faculdade de Direito, baixado em 1856¹¹⁷ –, acabou por estabelecer identidade entre os exames de preparatórios e os programas e compêndios adotados no Município da Corte, resumindo em pequenos livros especiais – chamados “pontos” – as respostas das questões feitas aos estudantes pela “mesa” sobre as disciplinas lecionadas no Colégio de Pedro II.¹¹⁸

No seu relatório apresentado à Assembléia Legislativa, na segunda sessão da quinta legislatura, ainda em 1856, o ministro estimulava os presidentes a chamarem a atenção das Assembléias Provinciais para as reformas da Capital do Império, no intuito de impor uniformidade ao ensino de nível secundário:

*O zelo de grande parte daqueles funcionários e o patriotismo de muitas destas corporações têm vindo em auxílio dos desejos do governo, e já são hoje poucas as Províncias onde com mais ou menos extensão, com mais ou menos alterações, não tenham sido abraçadas as idéias cardinais das reformas aqui iniciadas.*¹¹⁹

¹¹⁵ A respeito deste professor, diz José Ricardo Pires de Almeida: “Dr. Francisco de Paula Menezes, professor de Retórica, era um homem de grande talento e completa instrução literária; homem notável por mais de um título, ocupou um lugar distinto no corpo médico e nas letras.” (Op. cit., p. 87).

¹¹⁶ Não encontramos registro acerca de tais livros, se é que eles chegaram a ser publicados. De qualquer modo, para Antonio Candido, a primeira obra de brasileiro sobre o conjunto da nossa história literária é o *Curso de Literatura Nacional* (1862), do Cônego Fernandes Pinheiro. (Op. cit., p. 353). A respeito da Portaria em questão, cf. Primitivo Moacyr, *A Instrução e o Império*, 3. v., p. 34-35.

¹¹⁷ Cf. Maria Thetis Nunes, *História da Educação em Sergipe*, p. 96.

¹¹⁸ Cf. José Ricardo Pires de Almeida, op. cit., p. 109.

¹¹⁹ Apud Maria Thetis Nunes, *História da Educação em Sergipe*, p. 98-99.

Com efeito, pelo menos na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu um significativo declínio de frequência nas Aulas Públicas Avulsas, uma vez que estas não compreendiam todas as disciplinas exigidas nos Preparatórios, obrigando os alunos a procurar em outros estabelecimentos de ensino secundário o complemento da instrução necessária ao seu ingresso nas Academias. É o que nos mostra o relatório de 17 de fevereiro de 1856, assinado por Eusébio de Queiroz Coutinho Mattoso Câmara, inspetor geral da instrução primária e secundária do Município Neutro:

*As causas da pouca frequência que se observa nestas aulas parecem fáceis de assinalar. O ensino que se dava nas cadeiras avulsas de instrução secundária, ainda quando não se achavam elas reduzidas ao limitado número das que estão atualmente em exercício, não compreendiam todas as matérias que se exigem como preparatórios para matrícula nas academias, nem formava um curso completo de humanidades ou belas-letas, de sorte que os alunos que estudavam algumas dessas matérias tinham de procurar em outros estabelecimentos o complemento da instrução que lhes era necessária para prosseguirem na carreira para que se destinavam.*¹²⁰

2.3. A Reforma do Marquês de Olinda

A próxima reforma se deu sob o ministério do Marquês de Olinda, que através do Decreto n.º 2.006, de 24 de Outubro de 1857, dividiu o Colégio de Pedro II em dois estabelecimentos de ensino secundário – internato e externato¹²¹ –, e ampliou a duração do curso especial para cinco anos, criando novas cadeiras: as de história nacional e geografia do Brasil – matérias que até então faziam parte da cadeira de história moderna e contemporânea –; a de

¹²⁰ Apud Maria de Lourdes Mariotto Haidar, op. cit., p. 152.

¹²¹ A respeito destes estabelecimentos, diz Pires de Almeida: “Os dois estabelecimentos, internato e externato, foram regidos pelo mesmo programa e as cadeiras ocupadas pelos mesmos professores. O ensino tornou-se, pois, uniforme e os professores não tiveram mais tempo para dar aulas nas instituições particulares; em compensação, recebiam dois vencimentos, um pelo internato e outro pelo externato. Naquele ano, o número de alunos do Colégio D. Pedro II foi 293.” (Op. cit., p. 98).

geografia geral – disciplina antes anexa ao ensino da história antiga, medieval e moderna – e a de doutrina cristã e história sagrada, a cargo do capelão do colégio.¹²²

O inglês foi incluído no quinto ano, no qual se estudava “composição, conversa e aperfeiçoamento da língua”. A retórica continuou sendo dada nos dois últimos anos, inserindo-se no seu programa do sétimo ano a “história da literatura portuguesa, análise e crítica dos clássicos portugueses, comparando-os, e declamação”.¹²³

A nova seriação das línguas vivas estrangeiras – que incluíam, além do francês e do inglês, o alemão (a partir de 1840) e o italiano (esta uma cadeira que passou a fazer parte do currículo com a reforma de 1855) –, ao que parece, causou uma certa controvérsia entre os educadores da época, que passaram a questionar sua metodologia de ensino, a julgar pelo comentário de José Ricardo Pires de Almeida sobre o relatório de 1860 do inspetor geral Eusébio de Queiroz:

O inspetor geral acha que é útil consagrar um ano mais ao estudo do francês; ele baseia sua opinião na dificuldade gramatical desta língua, maior que a da língua inglesa à qual se dedicam quatro anos e somente três para a língua francesa.

Esta apreciação não é de todo exata, isto é, a dificuldade gramatical só existe para quem não estuda o latim, porque, com a ajuda desta última língua, as regras gramaticais de todas as línguas neolatinas são facilmente compreendidas e aprendidas. O latim, indispensável para o estudo do português, o é igualmente para o estudo do francês. Entretanto, o estudo destas duas línguas deve ser feito pelo método histórico.¹²⁴

¹²² Idem, *ibid.*

¹²³ Cf Primitivo Moacyr, *A Instrução e o Império*, 3. v., p. 41-42.

¹²⁴ Op. cit., p. 103.

2.4. A Reforma do Ministro Souza Ramos

Com o Decreto n.º 2.883, de 1.º de fevereiro de 1862, assinado pelo ministro Souza Ramos, o curso especial da “primeira classe”, instituído por Couto Ferraz em 55 e até então ignorado, foi extinto¹²⁵. O alemão e o italiano tornaram-se disciplinas optativas, sendo estudadas “em feriados ou às horas do recreio”, juntamente com desenho, música, ginástica e dança. O inglês passou a ser ensinado somente a partir do terceiro ano, e a retórica, restrita ao sexto ano, cedeu lugar, no sétimo, à “poética” e à “literatura nacional”¹²⁶.

Os compêndios indicados para a cadeira de retórica e poética – incluindo o estudo da literatura nacional¹²⁷ – eram as *Lições Elementares de Poética Nacional* (1860), do português Francisco Freire de Carvalho, e a *Nova Retórica Brasileira* (?), de A. Marciano da Silva Pontes¹²⁸, além do *Curso de Literatura Nacional* (1862), do Cônego Fernandes Pinheiro, professor da instituição desde 1857.¹²⁹

Estas obras, que pelos próprios títulos sugerem uma tomada de consciência nacional por parte dos autores – apesar de uma delas ter sido escrita por um português –, independentemente de seus critérios de

¹²⁵ O desinteresse dos alunos pelo curso especial, de acordo com Maria de Lourdes Mariotto Haidar, se dava por causa do “desprestígio das funções manuais e mecânicas exercidas até então por humildes artesãos e por escravos”, o que fazia com que o ingresso nas academias, “canais de acesso à nova aristocracia de bacharéis e doutores”, se tornasse o principal objetivo almejado pelos jovens que se dedicavam aos estudos secundários. (Op. cit., p. 119).

¹²⁶ Cf. Primitivo Moacyr, *A Instrução e o Império*, 3. v., p. 46.

¹²⁷ Tal denominação abrangia também a literatura portuguesa, fruto de uma concepção segundo a qual, ao que tudo indica, a individuação literária depende da lingüística. (Cf. Antonio Candido, op. cit., p. 341-342).

¹²⁸ Cf. Maria de Lourdes Mariotto Haidar, op. cit., p. 156-157.

¹²⁹ Cf. Marisa Lajolo em “O Cônego Fernandes Pinheiro, Sobrinho do Visconde, Vai à Escola”. (Op., cit., p. 251; 271).

nacionalidade¹³⁰, não chegaram a ser adotadas por todas escolas secundárias provinciais, como comprova o regimento do Liceu Sergipense¹³¹, que indicava, para as aulas de retórica, livros estrangeiros “como modelos de crítica”: “os cursos de literatura de Villemain e de Jean-François de La Harpe”.¹³²

2.5. A Reforma do Conselheiro Paulino de Souza

Em 1868, com o afastamento dos liberais da direção dos assuntos públicos, assumiu o cargo de Ministro do Império o conselheiro Paulino José Soares de Souza, membro do partido conservador que celebrizou-se tanto por sua visão idealista sobre educação – conforme a qual “a distribuição da instrução em todos os seus ramos” é “uma das bases do desenvolvimento da nação”¹³³ –, quanto pelas suas tentativas de uniformização do ensino no Brasil – por ele vista como “uma condição social e de integridade nacional”¹³⁴:

*Em 1870, a Fala do Trono continha esta memorável passagem onde se percebe a influência do Conselheiro Paulino José Soares de Souza: É necessário ocupar-se do desenvolvimento intelectual e a instrução deve ser difundida entre todas as classes da sociedade.*¹³⁵

¹³⁰ Cf. Antonio Candido, op. cit., p. 328-343.

¹³¹ Tal estabelecimento – cujo currículo abrangia latim; francês; inglês; italiano; filosofia; gramática filosófica; retórica; história e geografia; aritmética; álgebra; geometria e trigonometria; partidas dobradas e aritmética comercial; noções gerais de botânica e agricultura; noções gerais de química; noções gerais de física; direito mercantil com aplicações do Código Civil Brasileiro; desenho: moral e instrução religiosa –, como os dois anteriormente fundados na província, teve curta duração, sendo instalado em 6 de outubro de 1862, pelo Dr. Guilherme Rabelo, e extinto pela Resolução n.º 713, de 20 de julho de 1864. (Cf. Maria Thetis Nunes, *História da Educação em Sergipe*, p. 102-103).

¹³² apud MOACYR, Primitivo – *A Instrução e as Províncias (1835-1889)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, 2. v., p. 31.

¹³³ Estas são suas palavras no relatório de 1869. (Apud José Ricardo Pires de Almeida, op. cit., p. 116).

¹³⁴ Cf. Maria Thetis Nunes, *História da Educação em Sergipe*, p. 105.

¹³⁵ José Ricardo Pires de Almeida, op. cit., p. 119.

Em relatório desse mesmo ano, o ministro apresentou às Câmaras um levantamento estatístico – segundo Pires de Almeida, o primeiro do gênero – dos estabelecimentos de ensino de todo o Império, indicando o número de escolas – primárias e secundárias, públicas e particulares –, de alunos, e o montante de despesas com a instrução pública de cada província¹³⁶. Expôs ainda Paulino de Souza a necessidade da criação de um Conselho Superior de Instrução Pública, sugerindo também a reunião das faculdades então existentes numa Universidade¹³⁷. Os estudos secundários, no seu entender, eram muito mais do que uma mera ponte de acesso às academias:

*O ensino secundário exerce maior influência na sociedade, concorrendo eficazmente para o desenvolvimento intelectual dos que o recebem. Além de essencial para os estudos superiores, pode-se dizer que, sem ele, não tem recebido a conveniente educação o homem que se destina a qualquer carreira, ainda diversas das letras, como o comércio e a indústria.*¹³⁸

No entanto, com o objetivo de competir com os estabelecimentos particulares no aliciamento de candidatos para os “estudos superiores”, admitiu o conselheiro as chamadas “matrículas avulsas” – através das quais os alunos podiam cursar apenas as disciplinas que lhes fossem necessárias –, assim como os “exames vagos”, ou parcelados, que podiam ser realizados a qualquer momento do curso – desde que estivesse concluído o estudo de cada matéria –, mantendo assim, inalterada, a “influência desagregadora do nefasto sistema de exames”.¹³⁹

O novo plano de estudos do Colégio de Pedro II, instituído pelo Decreto n.º 4.468, de 1.º de fevereiro de 1870, tornou as lições de desenho e música

¹³⁶ Os dados são transcritos por José Ricardo Pires de Almeida, op. cit., p. 120.

¹³⁷ Idem, p. 119.

¹³⁸ Apud Primitivo Moacyr, *A Instrução e o Império*, 2. v., p. 118.

¹³⁹ Cf. Maria de Lourdes Mariotto Haidar, op. cit., p. 259-260.

vocal – juntamente com os exercícios ginásticos – obrigatórias, destinando o primeiro ano do curso a suprir as lacunas do ensino elementar. O inglês, agora ensinado do quarto ao sétimo ano, parecia deixar de servir exclusivamente a fins práticos para adquirir ingredientes culturais, incluindo em seu programa “leitura, análise, composição e recitação”, no sexto ano, e “história da língua, leitura, tradução e apreciação literária dos clássicos”, no sétimo. A cadeira de retórica, dedicada à “leitura, apreciação literária dos clássicos e exercícios de estilo” no sexto ano, passou a chamar-se, no sétimo, “história da literatura geral especialmente portuguesa e nacional”, disciplina que também abrangia “composição de discursos, narrações e declamações”.¹⁴⁰

Com tal alteração do programa de retórica, instituiu-se, pela primeira vez no Brasil, o ensino das literaturas estrangeiras – e, conseqüentemente, da literatura inglesa –, que se consolidou com a publicação – dois anos depois da promulgação do decreto, pelo editor francês Louis Baptiste Garnier¹⁴¹ – do *Resumo de História Literária*, primeiro compêndio brasileiro de “literatura universal”¹⁴², de autoria do Doutor Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, professor de retórica, poética e literatura nacional do Imperial Colégio de Pedro II, Comendador da Ordem de Cristo e membro dos Institutos Históricos do Brasil e da França, da Academia das Ciências de Lisboa e Madri e da Sociedade Geográfica de Nova Iorque, além de “outras associações nacionais e estrangeiras”.¹⁴³

¹⁴⁰ Cf. Primitivo Moacyr, *A Instrução e o Império*, 3. v., p. 48-49

¹⁴¹ Sobre a importância de Garnier no mercado editorial brasileiro da época, cf. LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina – *A Formação da Leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996. p. 60-117.

¹⁴² Comentando a concepção de “tempo” adotada na *História da Literatura Antiga e Moderna* (1815), de Friedrich Schlegel, diz Carpeaux: “Foi o romantismo que criou a ‘história literária’ conforme o critério cronológico, como nós a conhecemos, e foi o romantismo que criou a noção de ‘história da literatura universal’.” (Op. cit., p. 22).

¹⁴³ São dados da folha de rosto do livro. (PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes – *Resumo de História Literária*. Rio de Janeiro: Garnier, 1872, 1. v.).

No fim de setembro desse mesmo ano de 1870, formou-se um novo gabinete ministerial, também conservador, tornando-se Ministro do Império o conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, defensor do ensino obrigatório, da idéia da criação de uma Universidade brasileira e responsável, dentre suas inúmeras iniciativas em prol da instrução pública, pelo estabelecimento de uma cadeira de gramática e língua nacional – disciplina que se tornou obrigatória para os exames de preparatórios a partir de então – em cada uma das faculdades de São Paulo e do Recife (Decreto de 11 de fevereiro de 1871).¹⁴⁴

Sua realização mais significativa, contudo, se deu através de um decreto de 1873, autorizando os jovens a realizar os exames de preparatórios nas suas respectivas províncias – excetuada a do Rio de Janeiro –, nos mesmos moldes em que eram feitos no Município Neutro e nos cursos anexos às faculdades:

*Seria alvissareiro para a vida provinciana o Decreto Imperial n.º 5.529, de 2/11/1873, que instituiu, nas Capitais, mesas examinadoras de Preparatórios para as Academias. Tornava-se realidade a antiga aspiração dos jovens da pequena burguesia, carentes de recursos, e que, com esse degrau que o decreto imperial lhes oferecia, tentariam chegar aos cursos superiores.*¹⁴⁵

Se, por um lado, tal medida fez com que aumentasse a quantidade e a frequência dos cursos ministrados nos estabelecimentos provinciais, públicos como particulares¹⁴⁶, por outro impossibilitou o desenvolvimento do ensino secundário seriado, transformando as escolas que se destinavam a esse tipo de

¹⁴⁴ Sobre os projetos e iniciativas do conselheiro João Alfredo, cf. José Ricardo Pires de Almeida, op. cit., p. 128-177.

¹⁴⁵ Maria Thetis Nunes, *História da Educação em Sergipe*, p. 125.

¹⁴⁶ Cf. os quadros de José Ricardo Pires de Almeida, op. cit., p. 149; 167-169.

instrução em mero “trampolim de acesso às academias do Império”¹⁴⁷. Foi o que ocorreu com o curso de humanidades do Ateneu Sergipense¹⁴⁸, cujo currículo, de acordo com um regulamento baixado pelo presidente Passos Miranda em 12 de janeiro de 1875 – ano seguinte ao da realização dos primeiros exames de preparatórios na província, os quais versaram sobre português, latim, francês, inglês, aritmética, álgebra, geometria, geografia, história e filosofia¹⁴⁹ – restringiu-se às matérias exigidas para a matrícula nas faculdades:

*A partir de 1875, idêntico ao que sucedia no Brasil, em Sergipe cresce o número de colégios particulares. A iniciativa privada passava a oferecer um ensino melhor que o ministrado nos estabelecimentos públicos, “a fim de acelerar o preparo dos filhos da classe dominante” [a autora cita Otaíza de Oliveira Romanelli, in *História da Educação no Brasil*, p. 40].¹⁵⁰*

2.6. A Reforma do Ministro Cunha Figueiredo

O conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo, sucessor do ministro João Alfredo, baseado nos projetos do seu antecessor e nas reclamações repetidas dos reitores¹⁵¹, reformulou mais uma vez o plano de estudos do Colégio de Pedro II, extinguindo as matrículas avulsas e instituindo um novo currículo através do Decreto n.º 613, de 1.º de maio de 1876.¹⁵²

¹⁴⁷ Expressão de Maria Thetis Nunes. (*História da Educação em Sergipe*, p. 114).

¹⁴⁸ Tendo sua criação prevista pelos artigos 16 e 17 do regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província, assinado em 24 de outubro de 1870 pelo presidente Francisco José Carlos Júnior, o Ateneu Sergipense, que inicialmente era composto de dois cursos diferentes – o de humanidades e a escola normal –, foi instalado em Aracaju – nova capital da província desde 1855 – no dia 3 de fevereiro de 1871. (Idem, p. 108: 113-114).

¹⁴⁹ Não houve exames de retórica por falta de examinadores habilitados. (Ibid., p. 126).

¹⁵⁰ Ibid., p. 128.

¹⁵¹ Tal é a opinião de José Ricardo Pires de Almeida, op. cit., p. 177.

¹⁵² Cf. Primitivo Moacyr, *A Instrução e o Império*, 3. v., p. 56-57.

O inglês, apesar de ter o número de aulas consideravelmente reduzido, sendo ensinado apenas no quinto ano, manteve o caráter humanista que lhe foi conferido pela reforma anterior, abrangendo o seu programa “gramática, temas, versão de prosadores e poetas ingleses e portugueses gradualmente difíceis e conversação”. A cadeira de retórica, da mesma forma, continuava abraçando, no sétimo ano, os princípios do decreto de 1870 – “noções sobre as literaturas estrangeiras que mais influíram para a formação e aperfeiçoamento da portuguesa, estudo detido das diferentes fases desta e da luso-brasileira, juízos críticos e paralelos dos principais prosadores e poetas, por escrito” –, muito embora tivesse passado a se chamar “literatura nacional”.¹⁵³

O decreto de Cunha Figueiredo também versava sobre a “acomodação” dos compêndios utilizados aos programas das disciplinas do colégio, dispondo sobre o procedimento a ser tomado para a adoção de obras de autoria dos professores:

*Os compêndios serão acomodados ao programa para sua plena execução. (...) Quando não houver nas circunstâncias de ser adotado para o ensino, os reitores incumbirão um dos professores da matéria a compor o compêndio, que será submetido, por intermédio da Inspeção Geral da Instrução, à aprovação do ministro, ouvido o Conselho Geral de Instrução e o Bispo (ensino religioso).*¹⁵⁴

2.7. A Reforma do Ministro Leôncio de Carvalho

A Reforma do conselheiro Leôncio de Carvalho, tida como a mais revolucionária do Império, mais uma vez viria a afetar a estrutura educacional brasileira em todos os seus níveis, transplantando para o país o regime de

¹⁵³ Idem, *ibid.*

¹⁵⁴ *Ibid.*, p. 57-58.

liberdade de ensino norte-americano, que tornava livre a freqüência aos estabelecimentos de instrução (Decreto n.º 7.247, de 19 de abril de 1879).¹⁵⁵

Quanto aos estudos secundários (Decreto n.º 6.884, de 20 de abril de 1878), Leôncio de Carvalho consagrou definitivamente a fragmentação das matérias de ensino, introduzindo a freqüência livre no Externato do Colégio de Pedro II e restabelecendo as matrículas avulsas, extintas dois anos antes por Cunha Figueiredo. O novo ministro suprimiu ainda o primeiro ano elementar instituído pelo decreto de Paulino de Souza e ampliou os preparatórios exigidos para as matrículas nas faculdades de direito e medicina, que passaram a incluir as línguas alemã e italiana¹⁵⁶:

*Apesar dos aspectos inovadores que trouxe, a Reforma Leôncio de Carvalho acentuou a desorganização do ensino secundário brasileiro, refletida, de imediato, no Colégio Pedro II com a diminuição sensível da matrícula, o que também sucederia nos liceus da Província.*¹⁵⁷

Não obstante, foi elaborado um novo currículo para a escola-modelo da Corte, ganhando as disciplinas uma nova distribuição. O inglês, mantendo o mesmo programa da reforma anterior, aumentou um pouco a sua carga horária, passando a ser lecionado no terceiro e quarto anos. A “literatura geral”, desvencilhando-se da “nacional” – que ficou incluída no programa de retórica (6.º ano) –, transformou-se em disciplina autônoma, lecionada no sétimo ano, em nada modificando, porém, o plano de estudos adotado pela legislação precedente.¹⁵⁸

¹⁵⁵ Cf. Fernando de Azevedo (op. cit., p. 579; 584; 586-587; 595; 606-607; 628).

¹⁵⁶ O mesmo decreto estabelecia a liberdade de crença, dispensando os estudantes não-católicos do exame de religião. (Cf. Maria de Lourdes Mariotto Haidar, op. cit., p. 127-128).

¹⁵⁷ Maria Thetis Nunes, *História da Educação em Sergipe*, p. 141.

¹⁵⁸ Cf. Primitivo Moacyr, *A Instrução e o Império*, 3. v., p. 62-64.

2.8. A Reforma do Barão Homem de Mello

A última reforma por que passou o Colégio de Pedro II durante o Império, patrocinada pelo Barão Homem de Mello, através do Decreto n.º 8.051, de 24 de março de 1881, restringindo-se a colocar o inglês no quarto e quinto anos e a alterar o nome da cadeira de literatura geral, que passou a chamar-se “história da literatura”, deixou a primeira instituição oficial de ensino secundário do Brasil na mesma situação em que se encontrava com a Reforma Leôncio de Carvalho, mantendo as matrículas avulsas, a frequência livre e os exames vagos.¹⁵⁹

Ainda uma vez, podemos notar que o novo programa não teve repercussão nacional, ficando circunscrito ao colégio oficial da Corte e aos outros – talvez os das províncias mais próximas da capital do Império – que o tomavam como modelo. No caso da província de Sergipe, onde tinha assumido a presidência o escritor paraense Herculano Inglês de Souza, em 18 de maio de 1881, o ensino secundário foi reformulado com o Regulamento de 4 de julho do mesmo ano, convertendo o Ateneu em Liceu Sergipense e estruturando um curso seriado de seis anos, no qual o inglês, ensinado apenas no quinto ano – juntamente com o latim, o francês, o alemão e a “escrituração mercantil” –, recebia, assim como as demais línguas, um tratamento literário, pois ao estudo da “gramática”, “tradução” e “versão” associavam-se os “elementos de literatura”. A cadeira de “gramática geral e filosófica” passou a abranger, no terceiro ano, a retórica e a poética e, no quarto, os “elementos de literatura nacional”.¹⁶⁰

¹⁵⁹ Tais institutos foram abolidos somente por um decreto de 9 de março de 1888, assinado pelo Barão de Cotegipe, Presidente do Conselho e Ministro Interino do Império. (Cf. Maria de Lourdes Mariotto Haidar, op. cit., p. 130; 136; 160-161).

¹⁶⁰ Cf. Maria Thetis Nunes, *História da Educação em Sergipe*, p. 144-146.

Tal plano de estudos, todavia, teve curta duração, já que a Assembléia Legislativa Provincial, ao rejeitar a reforma de 1881, através do Parecer das Comissões de Instrução e Justiça Civil, autorizou o vice-presidente em exercício – o Bacharel José Joaquim Ribeiro Campos –, em 3 de março de 1882, a reformar a instrução pública segundo as novas bases estabelecidas – que atendiam à pressão, por parte da imprensa e da congregação do Liceu, em favor dos preparatórios¹⁶¹:

A reforma educacional tentada por Inglês de Souza estava muito além da realidade sergipana. Desafiando uma tradição secular, contrariando interesses, não a suportava a arcaica estrutura social reinante. Ele mesmo foi obrigado, sob pressão da imprensa e da Congregação do Liceu, a fazer concessão ao plano original do curso secundário seriado, permitindo que, ao lado do bacharelato, funcionassem cadeiras só visando aos Preparatórios.¹⁶²

Como se vê, durante todo o Império, o Colégio de Pedro II foi apenas um padrão ideal para os estabelecimentos de ensino secundário do país, uma vez que o padrão real era fornecido pelas “aulas avulsas” e pelos exames de preparatórios, através dos quais, “com todo o seu séquito de irregularidades”, podia-se ter acesso às academias de maneira abreviada e sem maiores esforços¹⁶³. Não faltaram, porém, por iniciativa de alguns parlamentares e ministros¹⁶⁴, críticas e projetos a respeito desse “nefasto sistema de exames”, que acabou por resistir a todas as tentativas de reforma:

Em 1889, nos momentos finais do Império, propunha Rui Barbosa ao governo a substituição dos exames parcelados pelo exame único de madureza. A

¹⁶¹ Com o novo regulamento, as disciplinas exigidas para a matrícula nas faculdades do Império estavam compreendidas, sem qualquer seriação, na chamada “segunda série”. (Idem, p. 153).

¹⁶² Ibid., p. 151.

¹⁶³ Cf. Maria de Lourdes Mariotto Haidar, op. cit., p. 95; 262.

¹⁶⁴ Cf. o comentário de Fernando de Azevedo sobre o relatório do conselheiro Rodolfo Dantas, de 1882, bem como do célebre Parecer n.º 64, de Rui Barbosa (op. cit., p. 608-609), e o trecho do relatório de 1888, do conselheiro Costa Pereira, citado por Maria Thetis Nunes (*História da Educação em Sergipe*, p. 163).

*providência que, sem o concurso das Câmaras, poderia ser decretada pelo executivo a quem competia regulamentar a forma de realização dos exames de preparatórios, permitiria atenuar de imediato os males decorrentes do sistema parcelado, incentivando estudos regulares e orgânicos.*¹⁶⁵

3. As Reformas da 1.^a República

3.1. A Reforma do Ministro Benjamim Constant

Um ano depois da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, o governo provisório, sob a presidência do marechal Deodoro da Fonseca, criou o Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos (19 de abril de 1890), órgão entregue ao general Benjamim Constant Botelho de Magalhães. Ao assumir seu posto, o novo ministro procurou modificar todo o sistema educacional do país, instaurando, pela primeira vez após a expulsão dos jesuítas, uma reforma completa, abrangendo todos os graus de ensino e dentro de uma filosofia pedagógica definida.¹⁶⁶

No intuito de substituir o tradicional currículo humanista dos estudos secundários por um outro de caráter científico, mais aos moldes do positivismo comtiano – escola filosófica da qual o ministro era adepto¹⁶⁷ –, foi elaborado um novo plano de estudos para Colégio de Pedro II, que passou a chamar-se, pelo Decreto n.º 1.075, de 22 de novembro de 1890, Ginásio Nacional. O regulamento previa ainda a criação de um “Pedagogium”, espécie de centro de treinamento e aperfeiçoamento de professores, e a realização de três diferentes tipos de exames: os de “suficiência”, para as matérias que seriam continuadas no ano seguinte; os “finais”, para as matérias concluídas; e

¹⁶⁵ Maria de Lourdes Mariotto Haidar, op. cit., p. 262.

¹⁶⁶ É o que afirma Maria Thetis Nunes, *História da Educação em Sergipe*, p. 173.

¹⁶⁷ Cf. Fernando de Azevedo, op. cit., p. 620-626.

os de “madureza”, obrigatórios para a obtenção do título de Bacharel em Ciências e Letras, que habilitava os alunos a matricular-se nas faculdades federais da República.¹⁶⁸

O inglês, juntamente com o alemão, foi excluído do currículo obrigatório do Ginásio, sendo oferecido do terceiro ao quinto ano do curso, nos quais os alunos podiam optar por uma das duas disciplinas. Seu programa de estudos – válido também para a língua alemã –, voltava a adquirir o caráter prático que tivera antes da Reforma Paulino de Souza, de 1870, abrangendo “gramática elementar, leitura, tradução e versão fáceis e exercício de conversação” no terceiro ano, “revisão da gramática, leitura, tradução de prosadores fáceis e exercícios de versão e conversação” no quarto ano, e “tradução de autores mais difíceis”, além de “leitura, versão e conversação”, no quinto. Foram também extintas as cadeiras de italiano, filosofia e retórica, assim como o estudo das literaturas estrangeiras, antes representado pela “história literária”, disciplina então substituída pela “história da literatura nacional”, dada no sétimo ano.¹⁶⁹

A madureza, avaliação de final de curso criada para suplantar os antigos exames gerais de preparatórios, nos permite verificar o teor enciclopédico da reforma de Benjamim Constant, ao mesmo tempo em que demonstra o descaso para com o estudo das línguas vivas estrangeiras e suas respectivas literaturas. Constando de provas escritas e orais, feitas em dias alternados, os exames versavam sobre “línguas vivas, especialmente a portuguesa”, “literatura nacional”, “línguas clássicas”, “matemática e astronomia”, “ciências físicas e suas aplicações”, “meteorologia, mineralogia e geologia”, “biologia, zoologia e botânica”, “sociologia e moral”, “noções de economia

¹⁶⁸ Cf. Primitivo Moacyr, *A Instrução e a República*, 1. v., p. 96-97.

¹⁶⁹ *Idem*, p. 93-95; 98.

política e direito pátrio”, “geografia e história, especialmente do Brasil” – isso sem contar as provas práticas sobre ciências físicas, biologia, zoologia, botânica, geografia e história¹⁷⁰:

*Introduzindo no ensino normal e secundário toda a série hierárquica das ciências abstratas, segundo a classificação de Comte, e sobrecarregando com a matemática, elementar e superior, a astronomia, a física, a química, a biologia, a sociologia e a moral, rompeu o reformador com a tradição do ensino literário e clássico e, pretendendo estabelecer o primado dos estudos científicos, não fez mais do que instalar um ensino enciclopédico nos cursos secundários, com o sacrifício dos estudos de línguas e literaturas antigas e modernas.*¹⁷¹

No entanto, a reforma idealizada por Benjamin Constant não chegou a se concretizar. Com o seu afastamento do Ministério, em 21 de janeiro de 1891, seguindo-se da sua morte, um dia depois, e da supressão daquele órgão, em 22 de fevereiro do ano seguinte, o setor educacional foi transferido para o Ministério da Justiça e Negócios do Interior, sendo a sua reforma aos poucos rejeitada como inviável para a realidade nacional, que no dizer dos educadores e parlamentares da época não fornecia condições para sua implantação. A esse respeito, relata Maria Thetis Nunes:

*O exame de madureza, talvez o ponto mais interessante da reforma de Benjamin Constant, pois tirava ao ensino secundário o aspecto de mera via de acesso aos cursos superiores, foi o mais combatido, e a execução, protelada. Só há notícias de sua realização em 1899. Daí em diante, são feitas sucessivas prorrogações no prazo de obrigatoriedade, em favor dos exames preparatórios. Retornam em 1909 e em 1910, nivelados, porém, aos preparatórios.*¹⁷²

Assim, os preparatórios logo foram restabelecidos, sendo admitidos para matrícula nos cursos superiores a partir de 1891, através do Decreto n.º

¹⁷⁰ Ibid., p. 97.

¹⁷¹ Fernando de Azevedo, op. cit., p. 616.

¹⁷² *Ensino Secundário e Sociedade Brasileira*, p. 91.

386, de 21 de fevereiro. As línguas vivas estrangeiras, por sua vez, voltaram a ser obrigatórias com o Decreto n.º 1.041, de 11 de setembro de 1892, regulamentando os exames nos institutos oficiais de ensino secundário dos estados:

*As provas escritas em francês, inglês, alemão constarão de duas partes: versão de um trecho sorteado de prosa portuguesa, corrente e fácil, e tradução de um trecho poético, francês, inglês ou alemão, tirado à sorte nunca menor de 15 linhas. As orais: leitura, tradução e análise de um trecho de prosador fácil sem auxílio de dicionário.*¹⁷³

O mesmo documento legal determinava os livros e dicionários que deveriam ser utilizados nos exames de língua¹⁷⁴: a *Seleção Literária* (1891), de Fausto Barreto e Vicente de Souza, e os *Estudinhos da Língua Pátria* (?), de Silva Túlio, para os de português, e a tradução da mesma “Seleção Literária”, *The Graduated English Reader* (1887), de James E. Hewitt, e *The British Classical Authors* (?), de L. Herrig, para os de inglês.¹⁷⁵

Ademais, os planos do reformador de transformar o currículo do Ginásio Nacional em modelo efetivo a ser seguido pelos estabelecimentos estaduais de estudos secundários encontraram obstáculo mesmo na Constituição Republicana de 24 de fevereiro de 1891, cujo artigo 35, no seu item 30, sobre a responsabilidade do governo federal na educação, deixava ambíguos os papéis da União e dos Estados na organização dos seus “sistemas

¹⁷³ Apud Primitivo Moacyr, *A Instrução e a República*, 1. v., p. 118.

¹⁷⁴ É importante observar que a história da literatura nacional não se encontrava na relação das mesas examinadoras, que eram as seguintes: português; francês; inglês; alemão; aritmética e álgebra; geometria e trigonometria; geografia especialmente do Brasil; história especialmente do Brasil; física e química e história natural, sendo a aprovação em português condição indispensável para que o candidato prestasse exame de qualquer outra matéria. (Idem, *ibid.*).

¹⁷⁵ Os exames da Capital foram regulamentados em 1895, com o Decreto n.º 2.172, de 21 de novembro, que indicava, para os exames de português, a *Antologia Nacional* (1895), de Fausto Barreto e Carlos de Laet, e *Autores Contemporâneos* (?), de João Ribeiro, e para os de inglês o já citado *Graduated Reader*, de Hewitt, e a *History of England* (1819-30), de John Lingard, além da versão das *Máximas* (?), do Marquês de Maricá. (*Ibid.*, p. 119:125-126).

escolares completos”, atribuindo a estes a instrução primária e a ambos o ensino secundário e superior.¹⁷⁶

Foi motivado por tal ambigüidade constitucional que o primeiro presidente de Sergipe republicano, o capitão do exército José Calazans, sancionou a Lei n.º 35, de 18 de agosto de 1892, regulamentada pelo Decreto n.º 45, de 19 de janeiro do ano seguinte, reorganizando o ensino público. O Atheneu, que a partir da reforma de 12 de março de 1890 abrangia apenas “as matérias preparatórias para os cursos superiores da República”, passou a ser constituído de um curso de humanidades de seis anos, seguindo plano e horário formulados pela Congregação.¹⁶¹¹⁷⁷

Mas a legitimação dos preparatórios estaduais, regulamentados um mês depois pelo Decreto Federal n.º 1.041, fez com que o velho sistema instituído nos tempos do Império recobrasse todo seu prestígio, tornando impossível qualquer tentativa de seriação do ensino secundário:

*A importância conferida aos Preparatórios fez que, em Sergipe, não funcionasse, praticamente, a estrutura do ensino secundário estabelecida pela legislação do Presidente José Calazans. Baixou a matrícula do Atheneu, os alunos não chegavam ao fim do curso, não os importava a freqüência, pois os exames parcelados lhes garantiam os certificados exigidos para o ingresso nos cursos superiores. Em 1892 realizaram esses exames 78 candidatos, sendo aprovados 68, enquanto a matrícula no Atheneu registrava apenas 45 inscrições nas diversas disciplinas.*¹⁷⁸

¹⁷⁶ Cf. Maria Thetis Nunes, *História da Educação em Sergipe*, p. 183-184.

¹⁷⁷ As disciplinas eram as seguintes: português e literatura nacional; latim; francês; inglês; alemão; aritmética e álgebra; “contabilidade e escrituração mercantil extensiva Às repartições da Fazenda”, geometria e trigonometria; ciências físicas e naturais; geografia e cosmografia; história universal e do Brasil; e “sociologia, moral, noções de economia política e direito pátrio”. (Ibid., p.185-186).

¹⁷⁸ O ensino secundário sergipano foi reformulado ainda pela Lei n.º 107, de cinco de fevereiro de 1895, assinada pelo presidente Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão, que determinava que a instrução secundária ministrada no Atheneu passasse “a ser regulamentada pelo programa do Ginásio Nacional”, e por um regulamento de 9 de julho de 1897, baixado pelo presidente Martinho Garcez, substituindo a cadeira de “contabilidade e escrituração mercantil” por uma de grego. (Ibid., p. 189-191).

Em relatório de 1896, José Veríssimo, então diretor do Externato do Ginásio Nacional, ao apresentar as estatísticas da instituição, enfatizava os resultados desastrosos de tais exames, responsáveis, a seu ver, pelo elevado número de candidatos – em sua grande maioria, despreparados – à matrícula nos cursos superiores:

*A inscrição foi de 1.603 candidatos, número avultadíssimo... Essa extraordinária concorrência de candidatos explica-se pela facilidade dos exames, facilidade determinada não só pela nossa natural e, como quer que seja, criminosa condescendência, mas pela mesma ruim preparação da grande maioria dos candidatos, tal que se as mesas examinadoras fossem menos benévolas as reprovações seriam forçosamente em número muito maior que as aprovações.*¹⁷⁹

3.2. A Reforma do Ministro Amaro Cavalcanti

O currículo de caráter científico proposto por Benjamim Constant como modelo para as instituições de ensino secundário da República foi alterado pelo Decreto n.º 2.857, de 30 de março de 1898, assinado pelo ministro Amaro Cavalcanti. O novo regulamento, dividindo os estudos do Ginásio Nacional em dois cursos simultâneos – um de seis anos (“curso propedêutico ou realista”), e outro de sete (“curso clássico ou humanista”) –, voltou a dar primazia às disciplinas humanísticas, reintroduzindo, como cadeiras privativas do “curso clássico”, a história da filosofia, o latim e o grego.¹⁸⁰

As línguas vivas estrangeiras, oferecidas, de forma optativa, em quase todos os anos dos dois cursos – com exceção do segundo ano, onde somente o inglês era ensinado, e do terceiro, no qual o aluno podia optar entre as línguas alemã e francesa – ganharam novamente um tratamento literário, e a literatura

¹⁷⁹ Apud Primitivo Moacyr, *A Instrução e a República*. 1. v., p. 130.

¹⁸⁰ *Ibid.*, p. 103-104.

nacional, mais uma vez anexada à literatura universal, passou a fazer parte do programa de “história da literatura geral e nacional”, disciplina que se estudava, como de costume, no sétimo ano¹⁸¹:

*(...) d) nas outras línguas vivas os programas terão em vista a que o aluno se torne apto no manejo das obras principais da literatura francesa e inglesa dos séculos 17 e 18 e atual, e da alemã de Goethe em diante, e que adquira alguma prática no uso da língua corrente, quer oral quer escrita; (...)*¹⁸²

O exame de madureza¹⁸³, do qual estava excluída a “história da literatura geral e nacional”, exigia do aluno, na prova oral de inglês ou de alemão, as mesmas habilidades exigidas para o francês: “tradução de trechos fáceis de autores clássicos e contemporâneos sem dicionário, entendimento, fluência e aplicação das regras gramaticais”¹⁸⁴. Contudo, não devemos esquecer a primazia da língua francesa, muito bem expressa pelo legislador no seu parecer sobre os pontos de dissertação:

*Os exames de francês, inglês, alemão, nas provas escritas, constarão de versão para essas línguas de trechos fáceis da linguagem corrente. Na versão para o inglês e alemão o tema será dado em língua francesa e servirá para esse fim qualquer passagem fácil de autor francês do século atual; (...)*¹⁸⁵

De acordo com Maria Thetis Nunes, o decreto de Amaro Cavalcanti teve como principal consequência, em Sergipe, as várias tentativas do governo de equiparar o Atheneu ao Ginásio Nacional, no intuito de fazer valer, para ingresso nos cursos superiores da República, os títulos de Bacharel conferidos

¹⁸¹ Ibid.

¹⁸² Ibid., p. 106.

¹⁸³ De acordo com o decreto de Amaro Cavalcanti, a madureza poderia ser feita em outros estados ou povoados da República, desde que nas regiões existissem cursos superiores – públicos ou particulares – e as instituições de ensino secundário fossem equiparadas ao Ginásio Nacional. (Ibid., p. 114).

¹⁸⁴ Ibid., p. 109.

¹⁸⁵ Ibid., p. 110-111.

pela instituição estadual¹⁸⁶. Assim, em 1899, através do Decreto n.º 351, de 9 de junho, o presidente Martinho Garcez regulamentou novamente o ensino secundário, estabelecendo, no artigo 6.º:

*O ensino secundário será regulado pelos mesmos programas adotados no Ginásio Nacional, empregando o corpo docente do Atheneu Sergipense todos os meios a seu alcance para que não deixe de ser fielmente observado o mais insignificante dos detalhes dos referidos programas.*¹⁸⁷

3.3. A Reforma do Ministro Epitácio Pessoa

Em 1901, quando da promulgação do Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário (Decreto n.º 3.890, de 1.º de janeiro), posto em vigor pelo ministro Epitácio Pessoa, o curso do Ginásio Nacional foi reduzido para seis anos. Regulamentou-se também, com tal lei, o regime de equiparação dos colégios particulares, que deveriam se ajustar ao padrão federal para que pudessem habilitar candidatos às academias.¹⁸⁸

O estudo das literaturas estrangeiras – sendo suprimida a “história da literatura geral e nacional” –, incorporou-se ao programa de português, agora dedicado, nos dois últimos anos, à literatura. As demais línguas vivas¹⁸⁹, especialmente o inglês e o alemão, que haviam adquirido um tratamento literário com a reforma anterior, voltaram a ter o aspecto pragmático que as caracterizava desde a sua implantação no país:

¹⁸⁶ *História da Educação em Sergipe*, p. 193.

¹⁸⁷ Todavia, quando assumiu o governo de Sergipe o Monsenhor Olímpio Campos, em 24 de outubro do mesmo ano de 1899, voltou a vigorar o regulamento de 1897, uma vez que não fora conseguida a almejada equiparação. (Ibid., p. 194).

¹⁸⁸ Cf. Primitivo Moacyr, *A Instrução e a República*, 3. v., p. 81-82.

¹⁸⁹ Com o novo Código, o francês passou a ser ensinado em todos os anos do curso: o inglês, do segundo ao sexto ano; e o alemão, do terceiro em diante, onde também se estudava latim e grego – esta última língua a partir do quarto ano. (Ibid., p. 82).

*(...) O estudo da literatura será precedido de noções de história literária, particularmente das literaturas que mais diretamente influíram na formação e desenvolvimento da língua portuguesa. (...) Ao estudo das outras línguas vivas será dado (sic) feição eminentemente prática. Os exercícios de conversação, de composição e as dissertações sobre temas literários, científicos, artísticos e históricos reclamarão especial cuidado dos respectivos professores. No final do curso os alunos deverão mostrar-se habilitados a falar ou pelos menos entender as línguas estrangeiras.*¹⁹⁰

Com a Lei Estadual n.º 492, de novembro de 1905, tentou-se mais uma vez, em Sergipe, alcançar a equiparação ao Ginásio Nacional¹⁹¹, criando o presidente Guilherme de Souza Campos, no Atheneu, as cadeiras de literatura; elementos de mecânica e astronomia; lógica; desenho e restaurando as de alemão e grego – estas com o Decreto n.º 1.389, de 21 de novembro.¹⁹²

3.4. A Reforma do Ministro Rivadávia Correia

A Lei Orgânica do Ensino, instituída por Rivadávia Correia com o Decreto n.º 8.659, de 5 de abril de 1911, entrou para a história da educação brasileira como uma tentativa frustrada de rompimento com o sistema então vigente. Sob a influência das doutrinas liberais, que tinham – segundo o ministro, na sua Exposição de Motivos – como “princípio fundamental” a “liberdade profissional”, Rivadávia Correia regulamentou uma série de medidas no intuito de modificar radicalmente a estrutura educacional em todos os seus níveis, buscando com isso acabar com a “situação periclitante” a que tinha chegado a instrução no país.¹⁹³

¹⁹⁰ Ibid., p. 83.

¹⁹¹ Esta se concretizou com o Decreto Federal n.º 7.129, de 26 de novembro de 1908. (Cf. Maria Thetis Nunes. *História da Educação em Sergipe*, p. 199).

¹⁹² Ibid., p. 198.

¹⁹³ Apud Primitivo Moacyr, *A Instrução e a República*, 4. v., p. 14.

A mais revolucionária dessas medidas foi a desoficialização do ensino, através da qual era restabelecida no país a doutrina da liberdade de instrução, que faria com que as escolas – fundamentais, secundárias e superiores – não mais se subordinassem ao Ministério do Interior para transformarem-se em corporações autônomas, didática como administrativamente. Em substituição à função fiscalizadora do Estado, foi criado o Conselho Superior de Educação, cujo presidente teria, entre outros, o vago objetivo de “entender-se diretamente com o governo sobre as necessidades do ensino”.¹⁹⁴

Ao Ginásio Nacional, que voltou a chamar-se Colégio Pedro II – agora sem o “de” – (Decreto n.º 8.660, de 5 de abril de 1911), era dado um caráter profissionalizante, na tentativa de libertá-lo “da condição subalterna de mero preparatório para o assalto às academias”. Dessa forma, foi instituído o “exame vestibular” – exames de entrada às faculdades, “independente de qualquer certificado de estudo secundário” –, passando a ter o colégio a finalidade de “proporcionar uma cultura geral de caráter essencialmente prático, aplicável a todas as exigências da vida”.¹⁹⁵

Para alcançar tal meta, Rivadávia simplificou o currículo da instituição, dividindo-o em seis “séries”. As aulas de português eram dadas apenas da primeira à quarta série, o que fez com que o espaço de tempo dedicado ao ensino da literatura – assunto restrito à quarta série – diminuísse sensivelmente. Por outro lado, as línguas vivas, assim como as clássicas¹⁹⁶, passaram a abranger as suas respectivas “evoluções literárias”:

b) ao estudo das línguas vivas será dado (sic) feição prática; (...); no fim do curso deverão [os alunos] estar habilitados a falar e escrever duas línguas

¹⁹⁴ Ibid., p. 16-17.

¹⁹⁵ Ibid., p. 33.

¹⁹⁶ Com a reforma, estudava-se francês da primeira à terceira série. Inglês (ou alemão) da segunda à quarta; latim na quinta e na sexta; e grego apenas na sexta. (Ibid., p. 34-35).

*estrangeiras e familiarizados com a evolução literária delas... c) o latim e o grego encarados do ponto de vista literário e filológico; a compreensão e tradução dos clássicos mais comuns, os principais períodos literários, as íntimas relações que ligam as duas línguas ao nosso vernáculo e às outras línguas vivas oferecerão o assunto das aulas.*¹⁹⁷

Procurando adaptar o ensino secundário sergipano às alterações impostas pela reforma, o Dr. José Rodrigues da Costa Dória, que na época governava o estado, baixou o Decreto n.º 563, de 12 de agosto de 1911¹⁹⁸. O currículo do Atheneu, embora não estivesse mais “equiparado” ao do Colégio Pedro II, continuou sob sua influência, “ênfatizando-se as disciplinas a serem exigidas pelos exames vestibulares que a Reforma Rivadávia fixara”.¹⁹⁹

Todavia, as pretensões revolucionárias do autor da reforma não chegaram a se efetivar. A liberdade do ensino, ao invés de democratizá-lo, representou um obstáculo no seu processo de organização e unificação, fazendo com que diminuísse consideravelmente a matrícula do Colégio Pedro II²⁰⁰ e quase desaparecessem as instituições de ensino secundário dos Estados:

*(...) como resultado das facilidades da Lei Rivadávia Correia, ainda mais baixou a matrícula do Atheneu, atingindo em 1913 apenas 43 alunos, concentrando-se a maioria na 1.ª série. No anterior a penas um aluno concluíra a 6.ª série, sendo uma mulher, Sílvia de Oliveira Ribeiro.*²⁰¹

¹⁹⁷ Ibid., p. 34.

¹⁹⁸ Cf. Maria Thetis Nunes, *História da Educação em Sergipe*, p. 212.

¹⁹⁹ Em 19 de outubro de 1912, através de um regulamento expedido pelo presidente Siqueira Menezes, o Atheneu sofreria nova alteração, sendo supressas as cadeiras de alemão e grego e criada uma de esperanto, em caráter facultativo. (Ibid., p. 213: 217-218).

²⁰⁰ Cf. Maria Thetis Nunes, *Ensino Secundário e Sociedade Brasileira*, p. 98.

²⁰¹ Idem, *História da Educação em Sergipe*, p. 218.

3.5. A Reforma do Ministro Carlos Maximiliano

O Decreto n.º 11.530, de 18 de março de 1915, assinado pelo ministro Carlos Maximiliano, procurou corrigir “as falhas e senões” das mudanças promovidas por Rivadávia Correia, reoficializando o ensino, elaborando um novo regimento interno para o Colégio Pedro II e regulamentando o exame vestibular²⁰². Defendendo a tese de que as línguas mortas deveriam ceder lugar às línguas vivas nas escolas secundárias, o que justificava a diminuição do tempo do curso para cinco anos, assim se expressava o reformador:

*Entre nós cumpre restaurar o glorioso Colégio Pedro II, que ora agoniza. Inítil manter o sexto ano, de valor decorativo, sem um aluno desde 1912. Há muito que os grandes filósofos reduziram a proporções irrisórias o ensino das línguas mortas. Por causa do estudo do português e do direito romano, ainda convém aprender elementarmente o latim; porém o grego deve ceder o lugar a uma língua viva.*²⁰³

Com o novo regulamento, o aluno podia optar entre o inglês e o alemão do terceiro ao quinto ano. O estudo da literatura, ou da “evolução literária”, mais uma vez excluído dos programas de línguas vivas estrangeiras – voltados que estavam para uma metodologia “exclusivamente prática” –, restringiu-se à cadeira de português (no terceiro ano), que – assim como a de francês – era oferecida nos três primeiros anos de curso.²⁰⁴

Há, porém, uma flagrante contradição entre os programas de línguas vivas estrangeiras e os pontos das provas orais e escritas indicados para o exame vestibular. Enquanto aqueles tinham objetivos assumidamente práticos, exigindo do aluno, ao término do curso, apenas a “capacidade de falar e ler”

²⁰² Carlos Maximiliano restabeleceu também o regime de equiparação. (Cf. a sua Exposição de Motivos, apud Primitivo Moacyr, *A Instrução e a República*, 4. v., p. 83-116).

²⁰³ *Ibid.*, p. 89.

²⁰⁴ *Ibid.*, p. 115.

em francês, inglês ou alemão, estes eram ainda marcados pela inabalável tradição do ensino humanista e literário, senão vejamos:

*A prova escrita de línguas vivas constará de tradução de obras literárias, clássica e difícil, de preferência em verso, permitindo o auxílio de dicionário. A prova oral constará de leitura, e tradução sem auxílio de dicionário, de um livro de excelente prosador, bem como de palestra, na língua estrangeira, entre o examinador e o aluno.*²⁰⁵

A esse respeito, convém transcrever uma esclarecedora anedota contada por Afranio Peixoto em entrevista à revista *Noite* (2/05/1923), através da qual podemos ter uma idéia de como se estudava inglês nas escolas secundárias da época:

*Na Exposição Columbiana de Chicago (1893), concorreu à representação brasileira grande Estado do Norte, com uma forte cópia de produtos e, deles bela memória elucidativa. Esta, porém, era em português, e inútil para propaganda no estrangeiro. O comissário fez ver o caso ao governador, que prometeu remediar em uma quinzena: no outro vapor seguiram as memórias, vertidas em inglês. Foi chamado o professor da disciplina no ginásio, e ordenada a tradução, composta e impressa à medida que se ultimava. Palavra cumprida, folhetos, em inglês, enviados. A exposição foi belo sucesso e as brochuras dariam todas as informações necessárias. Visitante de marca tornou, porém; tinha procurado ler o livro, para tornar as tais aplicações necessárias à sua indústria e desígnios comerciais, mas... não entendera o inglês... Uma filha, que estudava letras na Universidade de Illinois, dissera-lhe que era de fato inglês, puro e guindado, mas do tempo da Rainha Ana... Inglês clássico arcaico, que o americano negociante não entendia... Era o inglês que se ensinava no Brasil.*²⁰⁶

O reflexo da reforma do ministro Carlos Maximiliano em Sergipe se deu com a promulgação de dois decretos, um de 24 de abril e outro de 17 de junho de 1916, ambos assinados pelo presidente e general Prisciliano de Oliveira Valadão²⁰⁷. O ensino secundário, novamente reestruturado, passava a

²⁰⁵ Ibid., p. 114.

²⁰⁶ Apud Primitivo Moacyr, *A Instrução e a República*, 5. v., p. 14.

²⁰⁷ Cf. Maria Theis Nunes, *História da Educação em Sergipe*, p. 223.

abranger os cursos “normal”, “ginasial”, “integral” e “comercial”, procurando o segundo curso²⁰⁸ seguir o currículo do Colégio do Distrito Federal, no intuito de alcançar a equiparação dos dois estabelecimentos, que se realizou somente em fevereiro de 1918, seguida de inspeção permanente por ato do Ministro da Justiça, no dia 23 do mês seguinte²⁰⁹:

*Mas os exames parcelados continuavam a prejudicar a conclusão do currículo, diminuindo sensivelmente o número de alunos à medida que os anos avançavam. Esses abandonavam o curso desde quando podiam chegar às Academias por um caminho mais rápido.*²¹⁰

3.6. A Lei Rocha Vaz

Nos anos posteriores à Primeira Guerra Mundial (1914-18), o panorama social do Brasil passou por uma série mudanças. Além do crescimento industrial, do desenvolvimento das cidades e do aumento da população, as sucessivas tentativas de levantes que marcaram a década de 20, assim como a Semana de Arte Moderna de 22, abalaram sensivelmente as estruturas políticas e culturais da chamada República Velha. Esses fatores, associados às notícias que aqui chegavam das grandes reformas educacionais que se faziam na Europa²¹¹, ainda sob o impacto da guerra e das revoluções, acabaram por criar a necessidade de uma reformulação do sistema educacional brasileiro:

²⁰⁸ Os demais – o primeiro (“normal”), com duração de quatro anos, seria destinado à formação de professores; o terceiro (“integral”), desdobramento do curso ginasial, com o acréscimo da sexta série, objetivava habilitar profissionais para o mercado de trabalho; e o quarto (“comercial”) teria duração de três anos, buscando sistematizar o estudo da “escrituração mercantil”, disciplina já existente no Atheneu –, por falta de alunos, foram extintos pelo Decreto n.º 721, de 31 de março de 1921, assinado pelo presidente José Joaquim Pereira Lobo. (Ibid., p. 225-226; 233).

²⁰⁹ Ibid., p. 227.

²¹⁰ Ibid., p. 227-228.

²¹¹ Maria Thetis Nunes, *Ensino Secundário e Sociedade Brasileira*, p. 100-101.

*Essas influências internas e externas fazem que se inicie, no Brasil, uma época de grande efervescência doutrinária, marcada pelo Congresso Brasileiro de Instrução Secundária e Superior, em 1922, pela fundação da Academia Brasileira de Educação, em 1924, e pelos amplos debates na imprensa e no Parlamento.*²¹²

Atendendo a tais solicitações surgiu a reforma conhecida como Lei Rocha Vaz, referendada pelo ministro João Luiz Alves no governo de Arthur Bernardes, através do Decreto n.º 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925. O novo regulamento, embora pretendesse adaptar o ensino à nova situação do país, não passou de uma tentativa de sistematização da desordem vigente, propugnando pela extinção definitiva dos exames de preparatórios e promovendo, através da “colaboração da União com os Estados”, o ensino primário.²¹³

A seriação dos estudos secundários, novamente disposta em seis anos, contemplava o inglês do primeiro ao terceiro ano, podendo o aluno optar pelo alemão a partir do segundo. A literatura, ganhando o destaque de antes, ficou reservada para os dois últimos estágios do curso, onde eram ensinadas as suas “noções” no quinto ano – como apêndice do português – e duas cadeiras distintas no sexto: “literatura brasileira” e “literatura das línguas latinas”.²¹⁴

O estado de Sergipe, governado pelo presidente Maurício Graccho Cardoso desde o dia 24 de outubro de 1922²¹⁵, não deixou de sentir as inquietações do país ante os problemas relativos à educação, sendo baixado um novo Regulamento da Instrução Pública, em 11 de março de 1924²¹⁶, e reformulado o currículo do Atheneu, em 12 de fevereiro de 1925:

²¹² Ibid., p. 101.

²¹³ Cf. Otaíza de Oliveira Romanelli. op. cit., p. 43.

²¹⁴ Cf. Primitivo Moacyr. *A Instrução e a República*. 5. v., p. 55.

²¹⁵ Sobre as várias medidas educacionais do presidente em questão. cf. Maria Thetis Nunes. *História da Educação em Sergipe*. p. 239-260.

²¹⁶ Este, através dos seus 471 artigos, reestruturou todos os graus de ensino então existentes no estado. (Ibid., p. 246).

*As determinações da Reforma Rocha Vaz, na equiparação ao Colégio Pedro II dos estabelecimentos oficiais de ensino secundário, condicionaram o novo Regulamento do Atheneu nos moldes daquele educandário, que se tornou seu paradigma, passando, a partir de 1927, a adotar os mesmos livros. Dessa época até a promulgação da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, seguiria todas as alterações que, na estrutura, nos currículos e nos programas adotasse aquele estabelecimento.*²¹⁷

Quatro anos depois o currículo dos estudos secundários ainda sofreria uma nova alteração, através do Decreto Federal n.º 18.564, de 15 de janeiro de 1929, proposto pela congregação do Colégio Pedro II e homologado pelo Conselho Nacional do Ensino. O inglês, com tal lei, foi suprimido do primeiro ano, restringindo-se, juntamente com o alemão, ao segundo, terceiro e quarto estágios do curso²¹⁸. O português, extinto no quinto ano, cedeu lugar à “instrução moral e cívica”, o que fez com que as cadeiras das literaturas brasileira e das línguas latinas fossem unificadas sob o rótulo individual de “literatura” – disciplina oferecida no sexto ano e cujo programa passou a abranger também as literaturas de línguas anglo-germânicas.²¹⁹

Esta teve o seu programa publicado – através de Portaria – no *Diário Oficial* de 24 de março do mesmo ano, o qual, além de delimitar o conteúdo a ser estudado nas “noções gerais”, especificava, pela primeira vez, a matéria de cada uma das literaturas, assim dispondo sobre a literatura inglesa:

*– Sua evolução e principais vultos: Chaucer; Shakespeare; Bacon; Milton; Dryden; Swift; Edmundo Burke – Os românticos: Walter Scott; Byron; Shelley; Macaulay; Tennyson; Dickens; Carlyle; George Eliot; Dante Gabriel Rossetti e o pré-rafaelismo.*²²⁰

²¹⁷ *Ibid.*, p. 248.

²¹⁸ O italiano, em caráter facultativo, passou a ser oferecido no sexto ano. (Cf. Primitivo Moacyr, *A Instrução e a República*, 5. v., p. 108).

²¹⁹ Baseamos nossa afirmação nas palavras da lei: “literatura (especialmente – grifo nosso – brasileira e as de línguas latinas)”. (*Ibid.*, p. 107-108).

²²⁰ Apud F.T.D. – *Literaturas Estrangeiras*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, s/d. p. 12-13.

Como se vê, privilegiou-se a abordagem biográfica dos principais escritores ingleses, a despeito das épocas ou escolas literárias às quais estão geralmente associados, razão pela qual eram tidos como “românticos” tanto um Lord Byron (1788-1824) quanto um Charles Dickens (1812-70) ou George Eliot (1819-80). É curioso observar que a literatura norte-americana não figurava no elenco do programa, do qual constavam, além da inglesa, as literaturas orientais, a grega, a latina, a italiana, a francesa, a provençal, a espanhola, a portuguesa e a alemã.²²¹

4. A Reforma Francisco Campos

Os vários movimentos armados que ocorreram no país durante a década de vinte acabaram por suplantar a velha ordem social oligárquica com a Revolução de outubro de 1930, que ocasionou a derrubada do presidente Washington Luiz e a implantação do Governo Provisório de Getúlio Vargas²²². A queda do preço do café, causada pela crise mundial de 1929, e o conseqüente acúmulo de estoques invendáveis, que fazia diminuir o volume de exportações e aumentar o déficit público, haviam preparado o caminho para o levante definitivo, possibilitando a vitória das forças revolucionárias num momento bastante oportuno:

*A partir de 1930, com a queda das instituições políticas tradicionais, começa nova etapa na vida brasileira. Tornam-se nítidas as classes sociais, embora a polarização só nos nossos dias [a autora fala em 1962] comece a esboçar-se, com a burguesia industrial, o proletariado e os setores produtivos da classe média, de um lado, e a burguesia latifúndio-mercantil e os setores parasitários da classe média, do outro.*²²³

²²¹ Idem, *ibid.*

²²² Cf. Otaíza de Oliveira Romanelli, *op. cit.*, p. 47-58.

²²³ Maria Thetis Nunes, *Ensino Secundário e Sociedade Brasileira*, p. 105.

Logo após a tomada do poder, o Governo Provisório criou o Ministério da Educação e Saúde Pública, pasta assumida por Francisco Campos, que tratou de reformar, através de uma série de decretos, portarias, instruções e circulares, toda a estrutura do ensino brasileiro, instituindo o Conselho Nacional de Educação, estabelecendo o regime universitário e organizando o ensino comercial, dentre outras medidas.²²⁴

O ensino secundário, reformado pelo Decreto n.º 19.890, de 18 de abril de 1931²²⁵, passou a ter como finalidade “a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional”²²⁶, compreendendo dois cursos seriados: um fundamental e outro complementar. O primeiro, obrigatório para o ingresso em qualquer escola superior, tinha duração de cinco anos, sendo o inglês estudado da segunda à quarta série²²⁷. O segundo, de dois anos, era subdividido em pré-jurídico, pré-médico e pré-politécnico, obedecendo ao grau de especialização do aluno que quisesse seguir uma das três carreiras nas faculdades do país.²²⁸

²²⁴ Cf. Otaíza de Oliveira Romanelli, op. cit., p. 131-142.

²²⁵ As disposições constantes deste regulamento foram consolidadas pelo Decreto n.º 21.241, de 4 de abril de 1932. (Idem, p. 34).

²²⁶ Apud Maria Thetis Nunes, *Ensino Secundário e Sociedade Brasileira*, p. 108.

²²⁷ As demais disciplinas eram as seguintes: português, história, geografia, matemática e desenho – da primeira à quinta série; francês – da primeira à quarta; latim – quarta e quinta; alemão – facultativo; ciências físicas e naturais – primeira e segunda: física, química e história natural – da terceira à quinta; e música e canto orfeônico – da primeira à terceira. (Cf. Otaíza de Oliveira Romanelli, op. cit., p. 135-136).

²²⁸ Para direito, as disciplinas obrigatórias eram: latim e literatura – primeira e segunda séries; história, noções de economia e estatística, biologia geral, psicologia e lógica – primeira série; geografia, higiene, sociologia e história da filosofia – segunda série. Para medicina, odontologia e farmácia: alemão e inglês, física, química e história natural – primeira e segunda séries; matemática, psicologia e lógica – primeira série; e sociologia – segunda série. Para engenharia e arquitetura: matemática, física, química e história natural – primeira e segunda séries; geofísica e cosmografia, psicologia e lógica – primeira série; sociologia e desenho – segunda série. (Idem, p. 136).



4.1. O Método Oficial de Ensino das Línguas Vivas Estrangeiras

Os programas do curso fundamental²²⁹ foram expedidos pela Portaria de 30 de junho de 1931, que especificou os objetivos, o conteúdo e a metodologia do ensino de cada disciplina. As diretrizes adotadas para as cadeiras português e de línguas vivas estrangeiras (francês, inglês e alemão) tinham finalidades semelhantes às do Decreto n.º 2.857, de 30 de março de 1898, assinado pelo ministro Amaro Cavalcanti, que havia tentado dar um caráter cultural e literário a essas matérias, com a diferença de que agora, pela primeira vez, o método de ensino era enfatizado – principalmente o das línguas vivas estrangeiras, para o qual deveria ser aplicado o “método direto intuitivo”²³⁰:

O ensino das línguas vivas estrangeiras destina-se a revelar ao aluno, através do conhecimento lingüístico, os fatos mais notáveis da civilização de outros povos.

*No manejo da língua estrangeira é preciso que o aluno consiga, com desembaraço correspondente à idade, exprimir o pensamento, oralmente ou por escrito. Cumpre, por outras palavras, que as imagens acústicas próprias da língua estrangeira sejam provocadas diretamente pelo pensamento ou a este se associem sem o auxílio do idioma nacional.*²³¹

Assim, na primeira e segunda séries, havia “exercícios para habituar o aluno ao sistema fonético estrangeiro”, “leitura de textos fonética e ortograficamente escritos”, “recitações de trechos decorados, em prosa ou em

²²⁹ Dizia o § 2.º do art. 12.º do Decreto n.º 19.890, de 18 de abril de 1931: “Os programas de ensino destes cursos [fundamental e complementar], organizados e expedidos nos termos do art. 10.º [isto é, pelo Ministério da Educação e Saúde Pública e revistos, de três em três anos, por uma comissão designada pelo ministro], serão idênticos aos do Colégio Pedro II.” (*Novíssima Reforma do Ensino Secundário e Superior: decretos de n.º 19.850, 19.851, 19.852, 19.890*. São Paulo: Saraiva, 1931, p. 117-118).

²³⁰ Segundo a definição da lei, tal método consistia em “ensinar a língua estrangeira na própria língua estrangeira.” (Cf. ABREU, Alysson de – *Leis do Ensino Secundário e seus comentários: decretos, leis, portarias, circulares, despachos, instruções de 1931 a 1935*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1935, p. 45).

²³¹ Idem, p. 44.

verso”, e o “estudo da morfologia por meio do emprego sintático”²³²; na terceira série, estudava-se “leitura e interpretação pelo método direto de autores do séc. XX”, “análise literária elementar e apreciação gramatical das leituras feitas”, podendo ser empregada excepcionalmente a língua materna “para aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos neste período e pôr em relevo as semelhanças e dessemelhanças entre as duas línguas”; na quarta série, o aluno deveria aprender “leitura e interpretação dos autores dos séculos XVIII e XIX”, “problemas de sintaxe comparada entre a língua materna e a língua estrangeira” e fazer “exercícios graduados de versão, permitindo-se o uso moderado do dicionário”.²³³

O chamado método direto foi instituído como método de ensino oficial das línguas vivas estrangeiras pelo Decreto n.º 20.833, de 21 de dezembro de 1931, que também extinguiu os cargos de professores catedráticos de francês, inglês e alemão do Colégio Pedro II, substituindo-os pelo sistema de professores “dirigentes” e “auxiliares”:

Art. 1.º – O ensino das línguas vivas estrangeiras (francês, inglês e alemão), no Colégio Pedro II e estabelecimentos de ensino secundário a que este serve de padrão, terá caráter nitidamente prático e será ministrado na própria língua que se deseja ensinar, adotando-se o método direto desde a primeira aula. Assim compreendido, tem por fim dotar os jovens brasileiros de três instrumentos práticos e eficientes, destinados não somente a estender o campo da sua cultura literária e de seus conhecimentos científicos, como também a colocá-los em situação de usar, para fins utilitários, da expressão falada e escrita dessas línguas.

*Parágrafo único – O ensino direto fica, nos primeiros anos, a cargo de professores denominados Auxiliares, e, no último, de um professor denominado Dirigente, para cada língua em cada uma das casas do Colégio, ao qual incumbirá também a função de orientar e fiscalizar o trabalho dos Auxiliares.*²³⁴

²³² A terminologia aqui adotada é a da lei. (Ibid., p. 46-47).

²³³ Dispunha ainda a Portaria: “Serão adotadas, no ensino das línguas inglesa e alemã, diretrizes análogas às indicações a propósito do francês. Os programas fundamentais abrangem, para o estudo do inglês, os temas propostos para as quatro séries de francês e, para o do alemão, apenas os das duas séries iniciais.” (Ibid., 47).

²³⁴ Ibid., p. 115.

O mesmo documento legal indicava os autores e obras cujos trechos – escolhidos pelo professor dirigente – deveriam ser lidos e interpretados na última série de inglês (art. 32): Dickens – *David Copperfield*, Emerson – *Essays*, E. Poe – *Tales*, George Eliot – *Silas Marner*, Goldsmith – *The Vicar of Wakefield*, Jerome K. Jerome – *Three men in a boat*, Kipling – *Plain tales from the hills*, Lamb – *Tales from Shakespeare*, Mark Twain – *Life on the Mississipi*, Shakespeare – *Julius Caesar*, Stevenson – *The art of writing*, e Thackeray – *The four Georges*.²³⁵

Os exames parcelados de preparatórios, tão combatidos durante toda a história do ensino secundário brasileiro, ainda perduravam nessa época, como comprovam as Instruções para a execução do Decreto n.º 22.106, de 18 de novembro de 1932, que a tais institutos faziam menção, indicando, para a prova de inglês, “versões e traduções” de trechos de *The Royal Readers n.º 6* – talvez a coletânea publicada em Londres por T. Nelson & Sons, em 1918 –, ou do *Método de Inglês n.º 2 (?)*, de Albino Ferreira.²³⁶

4.2. A Sistematização do Ensino da Literatura

Os programas do curso complementar só foram expedidos em 1936, através da Portaria de 17 de março, assinada pelo sucessor de Francisco Campos, o ministro Gustavo Capanema. A literatura, ensinada apenas no curso pré-jurídico, pela primeira vez teve objetivos, metodologia e conteúdo bem definidos e sistematizados, ocupando um lugar de primazia em relação às demais disciplinas, dada a grandeza do seu papel na “educação espiritual” do aluno, estimulando-lhe “os pendores aproveitáveis”:

²³⁵ Ibid., p. 121.

²³⁶ Ibid., p. 159; 162.

O ensino de literatura no curso complementar deve ter, como principais objetivos, os seguintes:

1 – dar conhecimento aos alunos do que há sido a atividade humana no imenso campo do pensamento, manifestada pelas obras literárias de toda natureza;

2 – preparar e educar o espírito dos alunos para a apreciação inteligente e crítica dos fatos literários;

3 – elevar o nível de cultura literária que o aluno deve trazer do curso fundamental, despertando-lhe o gosto pela boa leitura e estimulando os pendores aproveitáveis que nele porventura se revelem;

*4 – auxiliar, na medida que as circunstâncias permitirem, o ensino das outras matérias, especialmente no tocante às línguas e às ciências sociais.*²³⁷

Tais objetivos não excluíam outros que pudessem adaptar-se ao “espírito geral da cadeira”, desde que o seu estudo não se transformasse em “mera decoração de nomes, datas ou seqüência de escolas literárias”. Dessa forma, na primeira série eram ensinadas as “noções preliminares” – “conceito e significação da literatura e do fato literário”, “suas condições”, “distinção dos gêneros literários” – e “literatura geral”, enquanto na segunda estudavam-se as literaturas portuguesa, brasileira, americanas e européias contemporâneas.²³⁸

Quanto ao método de ensino, a nova lei previa que os professores não deveriam limitar-se às “preleções de caráter expositivo”, podendo ilustrar as aulas com leituras “cuidadosamente escolhidas”, “trabalhos orais ou escritos dos alunos” e até com “projeções luminosas de vultos”, “cenas da literatura”, “dramatizações” e outros meios que a “moderna aparelhagem do ensino” tornava possíveis.²³⁹

No desenvolvimento do conteúdo da matéria, a parte biográfica e histórica, “embora imprescindível”, haveria de ser reduzida, cedendo espaço à “crítica e ao estudo das obras, escolas e gêneros”, com exceção das “grandes

²³⁷ BICUDO, Joaquim de Campos – *O Ensino Secundário no Brasil e sua legislação atual* (de 1931 a 1941 inclusive). São Paulo: AIFES [Associação dos Inspectores Federais de Ensino Secundário], 1942, p. 226.

²³⁸ Idem, *ibid.*

²³⁹ *Ibid.*

figuras”, que mereceriam especial tratamento, e do “período contemporâneo”, onde haveria “certa abundância de citações”:

*A citação de nomes, no programa, não é limitativa, tanto mais quanto se preferiu, sempre que possível, a designação de períodos e grupos literários à dos escritores. Apenas no período contemporâneo se encontrará certa abundância de citações, o que se justifica não só pelo caráter individualista da produção literária nesse período, como para imprimir à cadeira a indispensável orientação.*²⁴⁰

O legislador ainda preocupou-se com a organização de pequenas bibliotecas em cada estabelecimento escolar, com seções dedicadas à cadeira de literatura, indicando a “bibliografia mínima” que nelas deveria figurar:

*Na escolha das obras indicadas, sobretudo em se tratando de traduções, deve haver o maior cuidado na escolha das edições. Edições truncadas ou viciadas, não devem fazer parte da biblioteca. Sempre que for possível, tratando de obras de leitura fora da classe, a biblioteca deve possuir mais de um exemplar. As obras inglesas, francesas e espanholas devem ser lidas no original. Afim, porém, de evitar alguma dificuldade em classe poderá existir antologia francesa de autores ingleses.*²⁴¹

Assim, para as “noções de literatura e gêneros literários”, eram indicadas: “antologias francesas e inglesas e antologias francesas de autores alemães, ingleses e italianos”; “clássicos gregos (tradução)”; “a *Divina Comédia* (tradução)”; “*Canção de Rolando* comentada”; “teatro de Shakespeare”; “teatro clássico francês”; “teatro de Ibsen (tradução)”; “romances de Dostoiewsky, Gogol e Turgueneiff (tradução)”; “obras poéticas de Schiller (tradução)”; “*Fausto* e romances de Goethe (tradução)”; “poesia, teatro e romance de Victor Hugo”; “romance de Walter Scott e Dickens”; “teatro espanhol”; e “o *D. Quixote*, de Cervantes”.²⁴²

²⁴⁰ Ibid., p. 226-227.

²⁴¹ Ibid., p. 227.

²⁴² Ibid.

O programa de literatura inglesa da primeira série abrangia o seguinte: “Período Inicial – Chaucer e Gower”; “Era Elisabetana – Spencer e Marlowe, Bacon e Burton”; “Século XVII – Milton e o *Paraíso Perdido*, Dryden”; “O Classicismo – Addison e Pope”; “O Romance Inglês no Século XVIII – Defoe, Swift e Goldsmith”; “O Romantismo Inglês – Scott, Byron, Shelley, Keats e Tennyson”; “Dickens”; e “O Pré-Rafaelismo”.²⁴³

Na segunda série, onde eram ensinadas as literaturas americanas e as européias contemporâneas, estudavam-se, na parte de literatura norte-americana, além das obras produzidas “antes do grande desenvolvimento industrial”, Longfellow; Washington Irving; Fenimore Cooper; Beecher Stowe; Emerson; Poe; Hawthorne; Thoreau; Walt Whitman; “o romance social e o romance de aventuras”; “o período do grande industrialismo”; “a poesia”; “os neo-realistas”; “o humorismo”; “o teatro”; “a poesia negra”; “o espírito e a reação da literatura”; e “grandes escritores contemporâneos”.²⁴⁴

Na parte de literatura inglesa, assim era o conteúdo: “o romance inglês na era vitoriana” – Dickens e Thackeray, as irmãs Brönte e George Eliot, Disraeli, Samuel Butler, Meredith e Hardy; “os eduardianos” – George Moore, Gissing, Henry James, Kipling e Wells; “os jorgeanos e os contemporâneos” – Galsworthy, Bennett, Lawrence, Swinnerton, Rorker e Huxley; “o romance de aventuras de Stevenson a Conrad”; “os irlandeses” – James Stephen e Joyce; “mulheres romancistas” – May Sinclair, Dorothy Richardson, Virginia Woolf e Katherine Mansfield; “o ensaio e crítica” – de Carlyle, Newman, Ruskin e Pater a Chesterton e Middleton Murray; “a poesia” – “a influência de William Blake”, “os Browning”, Swinburne, Kipling, Thompson, Masefield, Yeats, e T. S. Eliot; e finalmente “o teatro” – Wilde, Shaw e Somerset Maugham.²⁴⁵

²⁴³ Ibid., p. 229.

²⁴⁴ Ibid., p. 237.

²⁴⁵ Ibid.

5. A Lei Orgânica do Ensino Secundário

Nos últimos anos do Estado Novo, regime estabelecido pela Constituição de 1937, que havia consagrado a ditadura de Getúlio Vargas, o ministro Gustavo Capanema pôs em execução uma série de decretos-lei intitulados Leis Orgânicas do Ensino, abrangendo tais regulamentos todos os ramos da educação primária e média.²⁴⁶

O ensino secundário, reformado pelo Decreto-lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942, parecia acompanhar as tendências político-ideológicas do momento – que era o da Segunda Guerra Mundial (1939-45) –, sobretudo o fascismo italiano²⁴⁷, ao mesmo tempo em que reforçava o seu caráter elitista e seletivo, passando a destinar-se à formação de “individualidades condutoras”, a despeito da sua crescente demanda²⁴⁸. Assim o ministro se expressava, na “exposição de motivos” que acompanhou a reforma:

*O ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão animar as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo.*²⁴⁹

O artigo 22 do regulamento em tela reestruturou a seriação do currículo dos estudos secundários, reduzindo o tempo do curso do primeiro ciclo – que passou a chamar-se “ginásial”, de quatro anos – e aumentando o do segundo – subdividido em “clássico” e “científico”, ambos de três anos –, e introduziu o

²⁴⁶ Cf. Otaiza de Oliveira Romanelli, op. cit., p. 153-165.

²⁴⁷ Diz Lauro de Oliveira Lima, a respeito da reforma de Capanema: “Finalmente, 183 (cento e oitenta e três) anos depois de sua expulsão, os jesuítas encontraram ocasião, embora simbólica, para **revanche** contra Pombal: direta ou indiretamente, impuseram ao país uma ‘reforma’ no mais rigoroso estilo escolástico. (segundo dizem, cópia fiel da Reforma Gentile aplicada por Mussolini na Itália).” (op. cit., p. 125).

²⁴⁸ Cf. os dados estatísticos de Maria Thetis Nunes, *Ensino Secundário e Sociedade Brasileira*, p. 111.

²⁴⁹ *Ibid.*, p. 113.

espanhol como matéria obrigatória. O inglês, no curso ginásial, era ensinado da segunda à quarta série, sendo optativo no curso clássico e figurando na primeira e segunda séries do científico.²⁵⁰

Os programas das disciplinas de línguas e de ciências do curso ginásial foram expedidos pela Portaria ministerial n.º 170, de 11 de julho de 1942. O de inglês restringiu-se a dispor o conteúdo gramatical e os tipos de exercícios orais e escritos a serem desenvolvidos em sala de aula, nada versando sobre o método de ensino.²⁵¹

Assim, na segunda série estudava-se a “formação plural dos substantivos”; “gênero”; “caso possessivo”; “pronomes pessoais”; “artigos e adjetivos demonstrativos”; “adjetivos numerais”; “emprego de ‘any’, ‘some’, ‘much’, ‘many’, ‘little’ e ‘few’”; “graus de comparação dos adjetivos”; “advérbios, preposições e conjunções mais usuais”; e “verbos”.²⁵²

Na terceira série, os assuntos eram vistos à medida em que os casos ocorriam, “com apoio na leitura”, sendo eles os seguintes: “número, gênero e caso do substantivo”; “pronomes relativos”; “adjetivos indefinidos”; “verbos”; “advérbios de lugar, de tempo e de modo”; “preposições, conjunções e interjeições”.²⁵³

A quarta série, finalmente, dividia-se em três unidades, abrangendo a primeira: “substantivo – número, gênero e caso”; “artigo”; “adjetivo –

²⁵⁰ As demais matérias eram as seguintes: Curso Ginásial: português, latim, francês, matemática, desenho e canto orfeônico – da primeira à quarta série; trabalhos manuais, história e geografia geral – primeira e segunda séries; ciências naturais, história e geografia do Brasil – terceira e quarta séries. Curso Clássico: português, latim e matemática – primeira, segunda e terceira séries; grego e francês – disciplinas optativas; espanhol, história e geografia geral – primeira e segunda séries; física e química – segunda e terceira séries; biologia, filosofia, história e geografia do Brasil – terceira série. Curso Científico: português, matemática, física e química – primeira, segunda e terceira séries; francês, inglês, história e geografia geral – primeira e segunda séries; biologia e desenho – segunda e terceira séries; espanhol – primeira série; filosofia, história e geografia do Brasil – terceira série. (Cf. Otaíza de Oliveira Romanelli, op. cit., p. 157-158).

²⁵¹ Cf. *Ensino Secundário no Brasil: organização, legislação vigente*, p. 461.

²⁵² Ibid.

²⁵³ Ibid.

formação e classificação”; “adjetivos possessivos, demonstrativos, relativos, interrogativos, indefinidos e numerais”; “colocação e graus de comparação”; “pronome – pronomes pessoais, possessivos, demonstrativos, relativos, interrogativos e indefinidos”. Na Unidade II, estudava-se “verbo – classificação e conjugação”; “formas contratas”; “advérbio – formação e classificação”; “colocação e graus de comparação”; e na III, “preposição – classificação, colocação e uso idiomático”; “conjunção – classificação e uso”; “interjeição”; e “prefixos e sufixos”.²⁵⁴

O programa de inglês dos cursos clássico e científico – assim como o de francês – saiu só no ano seguinte, através da Portaria Ministerial n.º 148, de 15 de fevereiro de 1943, que incorporou as “noções de história da literatura inglesa” no seu conteúdo programático. Com a saída de cena da literatura universal, o estudo das literaturas estrangeiras modernas (francesa, inglesa e espanhola), pela primeira vez, passou a fazer parte das cadeiras das línguas correspondentes. As “noções gerais de literatura”, por sua vez, foram transferidas para o programa de português, onde eram vistas na primeira série.²⁵⁵

Dessa forma, ao lado da sintaxe – “do substantivo, dos artigos, do adjetivo, dos pronomes pessoais, demonstrativos e interrogativos, dos pronomes relativos, dos pronomes indefinidos, dos advérbios, das preposições e das conjunções” –, o aluno de inglês do curso clássico ou científico teria que se debruçar, já na primeira série, sobre a história da literatura inglesa, estudada através dos gêneros:

Unidade I – 1. Era medieval: Chaucer, Wyclif, Malory. 2. Humanismo e Renascimento: a idade de Elizabeth; Tomas Moore [sic], Spencer [sic], Lyly,

²⁵⁴ Ibid., p. 462.

²⁵⁵ Ibid., p. 488.

Marlowe, Shakespeare. 3. O século XVII: a poesia: Milton, Dryden; e prosa: Burton, Bunyan, Bacon.

Unidade II – O século XVIII: 1. O Neoclassicismo: Pope, Dr. Johnson. 2. O romance: Defoe, Richardson, Fielding, Goldsmith, Swift, Sterne. 3. A história: Gibbon. O ensaio: Addison. 5. A poesia pré-romântica: Burns, Young, Macpherson, Blake.

Unidade III – O Romantismo: 1. A poesia: Wordsworth, Coleridge, Byron, Shelley, Keats. 2. O romance: Walter Scott, Jane Austen. 3. O ensaio: Lamb, Hazlitt, De Quincey.²⁵⁶

Na segunda série, além da continuação do estudo da sintaxe – “de concordância, dos verbos anômalos, de regência, e de colocação” –, da história da língua – “incluindo a verificação dos traços diferenciais entre a língua inglesa européia e a língua inglesa americana (ortografia, pronúncia, vocabulário da linguagem cotidiana, sintaxe)” – e de leituras “dos melhores autores ingleses e norte-americanos”, havia, na parte de literatura, o seguinte:

Unidade I – A idade vitoriana: 1. A poesia: Tennyson, Browning, os pré-rafaelitas, Swinburne. 2. O romance: Dickens, Thackeray, George Eliot, as Brontë (grifo nosso), Stevenson, Hardy, Meredith, Butler. 3. A crítica e o ensaio: Ruskin, Walter Pater, Matthew Arnold. 4. A história: Macaulay, Carlyle.

Unidade II – A idade contemporânea. 1. A poesia. 2. O romance. 3. A história. 4. A crítica e o ensaio.

Unidade III – A literatura norte-americana: 1. A poesia: Longfellow, Poe, Whitman, Emily Dickinson. 2. O romance: Irving, Cooper, Stowe, Hawthorne, Henry James. 3. A história: Prescott, Peckman. 4. A crítica e o ensaio: Emerson, Thoreau. 5. Literatura política: Franklin, Jefferson, Lincoln, Webster. 6. Autores contemporâneos.²⁵⁷

5.1. A Supressão do Estudo da Literatura Inglesa

Criticada pela sua “inadequação ao momento nacional”, bem como pela sua “concessão à tradição livresca, ornamental”²⁵⁸, a reforma do ensino

²⁵⁶ Ibid., p. 462-463.

²⁵⁷ Ibid., p. 463.

²⁵⁸ Cf. Maria Thetis Nunes, *Ensino Secundário e Sociedade Brasileira*, p. 114.

secundário empreendida pelo ministro Capanema teve curto período de vida. Em 1951, seis anos após a queda de Vargas, era emitida a Portaria n.º 614, de 10 de maio, assinada pelo ministro Simões Filho, incumbindo a congregação do Colégio Pedro II da “simplificação dos programas das diversas disciplinas do curso secundário”²⁵⁹. Em entrevista coletiva à imprensa, o novo ministro explicou os motivos da sua medida:

*O objetivo fundamental desse trabalho consistiu, pois, em eliminar dos programas atualmente em vigor os excessos aludidos, reduzindo a totalidade dos conhecimentos alinhados na estruturação das diversas disciplinas, que tornava penosa a tarefa didática. Ao mesmo tempo, verificava-se o flagrante desajustamento desses programas com o nível de assimilação da população escolar, cujas faculdades intelectuais, ainda mal desabrochadas, não a habilitavam a abranger a enorme soma de deveres e atividades de aprendizagem oferecidas ao seu conhecimento.*²⁶⁰

As alterações do programa de inglês foram as seguintes:

- a) fixação numérica do vocabulário básico que o aluno deverá adquirir no curso ginásial: cerca de 2 mil palavras;
- b) seleção desse vocabulário, baseada na sua utilidade e frequência, de acordo com os recentes trabalhos sobre o assunto (Thorndike; Horn; Palmer; West e Francett);
- c) aquisição metódica de vocabulário passivo por meio de leitura suplementar intensiva;
- d) supressão do estudo de história da literatura inglesa (grifo nosso);
- e) inclusão no programa da 2.^a série do 2.º ciclo de assuntos científicos para aquisição de terminologia técnica.²⁶¹

A Portaria n.º 966, de 2 de outubro do mesmo ano – que também aprovava os programas de português, francês, latim e grego –, estabeleceu o novo plano de estudos de inglês, cujo programa passou a abranger, na segunda

²⁵⁹ Cf. *Ensino Secundário no Brasil*, p. 515.

²⁶⁰ *Ibid.*

²⁶¹ *Ibid.*, p. 516.

série do curso ginásial, “conversação, leitura e exercícios, orais ou escritos, para aquisição de um vocabulário (básico) fundamental de 500 a 600 palavras”, além dos “conhecimentos básicos da gramática”. Na terceira série, o “estudo da gramática”, ainda ministrada pelo “método indutivo”, era reforçado, tornando-se “sistemizado” no estágio seguinte, onde também havia “leitura de trechos graduados, apresentados sob forma de historietas, pequenas descrições e narrativas”.²⁶²

Quanto aos cursos clássico e científico, na primeira série o aluno faria leitura de trechos sobre “a história, a civilização e cultura dos países de língua inglesa, de preferência de autores modernos que versem (sobre) o assunto”, estudaria “gramática sistematizada”, “composição e derivação de palavras”, e complementar as atividades com “exercícios de tradução, versão e composição”. Na segunda série, eram ensinadas as “noções de história da formação e evolução da língua inglesa”, e as “características diferenciais da língua usada na Inglaterra e nos Estados Unidos”, sendo as preleções acompanhadas de “leitura de trechos literários, criteriosamente escolhidos dentre os de autores modernos ingleses e americanos”, e de “trechos sobre assuntos científicos”. Havia ainda a “complementação do estudo da gramática, especialmente da sintaxe”, e os clássicos “exercícios de tradução, versão e redação, especialmente epistolar”.²⁶³

²⁶² Ibid., p. 518.

²⁶³ Ibid., p. 525-526.

III. A HISTÓRIA DA LITERATURA INGLESA NO BRASIL

1. A História da Literatura Inglesa em Francês

René Wellek, no terceiro volume de sua *História da Crítica Moderna* (1955-86), associa o processo de construção e ascensão da historiografia literária inglesa a um “relativo declínio” da teoria da literatura durante as primeiras décadas do séc. XIX. Tal declínio, no entendimento do autor, teria sido causado pela não existência, na Inglaterra, de uma tradição crítica romântica:

*O credo romântico, sistematicamente proposto por Coleridge, não conseguiu deitar raízes firmes na Inglaterra, embora fosse defendido, em várias versões, por Lamb e Hazlitt e, após sua morte, por alguns poucos remanescentes, como De Quincey e Leigh Hunt.*²⁶⁴

Assim, uma certa aversão a qualquer tipo de sistema ou teoria, paulatinamente substituída pela “atitude vitoriana” em relação à arte²⁶⁵, teria dado lugar a um “vigoroso movimento antiquário” que se consolidaria com a criação dos clubes de livro e a publicação de revistas especializadas em literatura inglesa antiga: “foi precisamente o colapso dos padrões críticos, a falta de interesse teórico, que favoreceu uma tolerância que tudo abrangia e encorajou uma indiscriminada acumulação de meras informações sobre literatura”.²⁶⁶

²⁶⁴ WELLEK, René – *História da Crítica Moderna*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Herder, 1972, 3. v., p. 94.

²⁶⁵ Wellek resume tal atitude em três características básicas: “didatismo”, “utilitarismo” e “evangelismo”. (Ibid.).

²⁶⁶ Ibid., p. 95.

Para o renomado teórico tcheco, muito embora a grande quantidade de informações novas sobre a literatura do passado tivesse exigido a escrita de uma história literária, nenhuma foi produzida, de forma “coerente e original”, até 1890²⁶⁷. Com efeito, após a publicação da pioneira *History of English Poetry* (1774-81), de Thomas Warton²⁶⁸, só em 1831 apareceu a *History of English Dramatic Poetry up to the Time of Shakespeare*, de John Payne Collier, diferentemente da Alemanha ou da França, onde a historiografia literária já havia dado seus grandes expoentes, “como os Schlegels e Villemain”²⁶⁹.

Acatando tal argumento, podemos pensar na *Histoire de la Litterature Anglaise* (1863-64), do francês Hippolyte Taine, não só como o primeiro panorama completo da literatura inglesa – uma vez que as duas outras “histórias” anteriormente citadas tratavam de determinado gênero literário –, mas também como uma das obras responsáveis – juntamente com *The Lives of the English Poets* (1779-1781), de Samuel Johnson, e *English Writers* (1864), de Henry Morley – pelo estabelecimento e fixação do cânone literário inglês, senão vejamos.

Apesar das produções do naturalista John Addington Symonds, autor de *Shakespeare's Predecessors in the English Drama* (1884), e da figura mais importante da historiografia literária da Inglaterra vitoriana, George Saintsbury²⁷⁰, muito pouco foi acrescentado, no séc. XIX, ao modelo

²⁶⁷ Ibid.

²⁶⁸ Otto Maria Carpeaux considera esta a primeira obra que trata a história da literatura como história política, sendo a precursora das histórias literárias organizadas conforme o “critério cronológico”. (Op. cit., I. v., p. 20-21).

²⁶⁹ Cf. René Wellek, op. cit., p. 95.

²⁷⁰ Historiador da literatura francesa e universal, Saintsbury é também autor de uma *Short History of English Literature* (1882), de uma *History of English Prose Rhythm* (1912) e de uma *History of Criticism and Literary Taste in Europe* (1901-1904) – primeira do gênero, segundo Wellek –, sem contar as várias contribuições à

taineano²⁷¹, de modo que só na viragem do século, quando foi publicada outra *History of English Poetry* (1895-1910), escrita por William J. Courthope, a história da literatura inglesa veio se consolidar, muito embora:

*Comparada com as realizações de Taine, Hettner ou Brandes, para não falar de De Sanctis, no Continente, a história literária inglesa não logrou atingir o adequado equilíbrio entre crítica e história, que conserva estes livros vivos ainda hoje, apesar de suas falhas.*²⁷²

Em dissertação de mestrado defendida em 1995 no Departamento de Língua e Literaturas Inglesa e Norte-Americana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, José Garcez Ghirardi, comentando um “levantamento breve, mas atento” das referências à literatura inglesa por parte dos críticos brasileiros do séc. XIX – o autor se refere principalmente a Sílvio Romero, José Verissimo e Araripe Jr. –, mostra que as menções não decorriam de um exame específico dos textos ingleses, mas de simples ilustração de argumentos em que as obras e autores eram exemplares, unanimemente aceitos, de “boa literatura européia”. Tais referências, via de regra, eram emprestadas da *Histoire de la Litterature Anglaise*, de Taine: “sua *História da Literatura Inglesa*, em francês, tornou-se leitura obrigatória entre os eruditos do Brasil no final do séc. XIX, uma vez

Enciclopédia Britânica e à *Cambridge History of English Literature* (1907-1916). (Cf René Wellek, op. cit., 4. v., p. 398).

²⁷¹ Para se ter uma idéia da enorme influência exercida pela obra de Taine – que é o modelo clássico da historiografia literária naturalista – basta a menção das obras dos seus mais célebres discípulos, que introduziram seu método – segundo o qual a cronologia é um mero instrumento didático, sendo mais importantes as determinações da “race”, do “milieu” e do “moment historique” – nos respectivos países de origem: *As Correntes Principais da Literatura do Século XIX* (1872-90), do dinamarquês Georg Brandes; a *História da Literatura Alemã* (1883), de Wilhelm Scherer, e a *História da Literatura Brasileira* (1888), de Sílvio Romero. (Cf. Otto Maria Carpeaux, op. cit., p. 27-35).

²⁷² René Wellek, op. cit., 3. v., p. 138-139.

que grande parte do nosso debate literário girava em torno do seu método crítico”.²⁷³

Talvez a mais célebre das aludidas “menções” referentes à literatura inglesa por parte de nossos “primeiros críticos” seja a do *Tristram Shandy* (1759-67), de Laurence Sterne, por Sílvio Romero, no capítulo IV do tomo quinto da segunda edição de sua *História da Literatura Brasileira* (1902-3) – que é a condensação de um ensaio originalmente publicado em 1897 –, a propósito do romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), de Machado de Assis.

Movido por um indisfarçável desejo de desqualificar o autor brasileiro, já consagrado na época, Sílvio Romero foi o primeiro – e talvez o único – a discordar do “humorismo” e “pessimismo” de Machado de Assis, sendo por isso o pioneiro no trato da questão da influência não só dos humoristas britânicos, mas também dos filósofos pessimistas²⁷⁴. Segundo o ousado evolucionista sergipano, o “humour” só podia ser verdadeiro, ou “genuíno”, quando se confundia com a “índole” do escritor, que por sua vez era um produto da “psicologia”, da “raça” e do “meio” do seu povo: “o temperamento, a psicologia do notável brasileiro não eram os mais próprios

²⁷³ GHIRARDI, José Garcez – *John Donne e a Crítica Brasileira*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995, p. 16.

²⁷⁴ O narrador de *Brás Cubas*, no prólogo intitulado “Ao Leitor”, ao revelar a adoção da “forma livre de um Sterne ou de um Xavier de Maistre”, fala da possível introdução de “algumas rabugens de pessimismo” na obra. (ASSIS, Machado de – *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: F.T.D., 1991). A crítica, talvez motivada por tais pistas, não hesitou em caracterizá-la com o “humour” Sterneano ou com os seus elementos pessimistas, construindo assim, a despeito da solene discordância de Sílvio Romero, consensos que se reproduzem até na historiografia recente da literatura brasileira, como na *História Concisa da Literatura Brasileira* (1970), em que, a propósito de alguns poemas que teriam precedido a segunda fase do autor, alude-se o “pessimismo cósmico de Schopenhauer e Leopardi” (BOSI, Alfredo – *História Concisa da Literatura Brasileira*. 32. ed. São Paulo: Cultrix, 1994, p. 178.), ou em *De Anchieta a Euclides*, onde *Brás Cubas* é considerado um “romance Sterneano” (MERQUIOR, José Guilherme – *De Anchieta a Euclides*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979, p. 166).

para produzir o ‘humour’, essa particularíssima feição da índole de certos povos. Nossa raça em geral é incapaz de o produzir espontaneamente”.²⁷⁵

Para assegurar seus argumentos, Sílvio Romero contrapõe, no seu ensaio, alguns dados biográficos de Laurence Sterne, “filho de militar inglês”, ao “sensato, manso, criterioso e tímido Machado”, asseverando a profunda diferença entre o autor de *Brás Cubas* e o de *Tristram Shandy*. Quanto a uma possível relação entre as obras, não há qualquer referência, limitando-se o crítico à menção das cenas mais famosas criadas pelo romancista inglês, “no dizer dos mestres, verdadeiras obras primas”, e à afirmação da disparidade entre as personagens de Sterne, “criações cheias de realidade”, e as do escritor brasileiro, que “jamais ideou nada que lembre os dois irmãos Shandys”.²⁷⁶

Os mesmos pressupostos naturalistas – “a psicologia”, “a raça” e “o meio” – são utilizados para descartar o pessimismo de Machado de Assis. O nosso romancista, não descendendo das raças arianas, não poderia ser um desencantado à maneira dos verdadeiros pessimistas:

*Nós brasileiros somos faladores, desrespeitadores das conveniências, assaz inquietos, até onde nos deixa ir nossa ingênita apatia de meridionais, não somos pessimistas, nem nos agrada o terrível desencanto de tudo, sob as formas desesperadoras dos nirvanistas à Buda ou à Schopenhauer.*²⁷⁷

Não se trata, portanto, de uma crítica propriamente literária, pois o que está em causa não é a obra do autor brasileiro em suas relações com a do romancista inglês, mas simplesmente a sua suposta personalidade, no que tem

²⁷⁵ ROMERO, Sílvio – *História da Literatura Brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954, p. 1629.

²⁷⁶ *Idem*, p. 1630.

²⁷⁷ *Ibid.*, p. 1631.

de inferior e incompatível com a de Laurence Sterne. Ao que parece, Sílvio Romero nunca lera o autor de *Tristram Shandy*, sendo talvez esse o motivo pelo qual não desenvolve suas afirmações, podendo-se supor que suas opiniões a respeito de Sterne fossem adquiridas de segunda mão – provavelmente via Taine.

2. A Periodização da Literatura Inglesa

A periodização vigente da literatura inglesa, isto é, tal como se apresenta na maioria das obras do gênero²⁷⁸, não obstante a variada origem de seus rótulos mais usuais – “Romantismo”, “Renascimento”, “Classicismo”, “Modernismo”, etc. –, ainda mantém resquícios do tradicional critério de classificação conforme os reinados, como comprovam os termos “elizabethan” (elisabetano ou isabelino) – referente ao reinado de Elisabete I (1558-1603) –, “jacobean” (jacobiano ou jacobita) – referente ao reinado de Jaime I (1603-25) ou “victorian” (vitoriano) – referente ao reinado de Vitória (1837-1901). Claro que tais termos, com o tempo, assumiram novos significados, deixando de simbolizar o mero espaço cronológico compreendido entre a subida ao trono e a morte de um monarca:

*Usamos o termo ‘isabelino’ de forma a incluir escritores pouco anteriores ao ano de encerramento dos teatros – 1642 –, o que ocorreu quase quarenta anos após o falecimento da rainha; e por outro lado, embora a vida de Oscar Wilde caiba dentro dos limites cronológicos do reinado de Victoria, raras vezes mencionamos o seu nome como sendo um vitoriano.*²⁷⁹

²⁷⁸ Cf. as obras citadas na nota 16 (p. 13) do presente trabalho.

²⁷⁹ WELLEK, René e WARREN, Austin – *Teoria da Literatura*. Tradução de José Palla e Carmo. Lisboa: Europa-América, 1962, p. 329.

Assim, a delimitação cronológica dos períodos da literatura inglesa tem sido objeto de constantes divergências entre os historiadores. Para Franklyn Bliss Snyder e Robert Grant Martin, por exemplo, a “Elizabethan Age” é inaugurada com a publicação da Tottel’s *Miscelany*, em 1557, e acaba com a publicação de *Hamlet*, de Shakespeare, em 1603, mesmo ano da morte da rainha²⁸⁰. Já o português Jorge de Sena, apesar de concordar com os referidos autores quanto ao término do período, diz que o marco tradicional da “Época Isabelina” “é a publicação, em 1578, do romance *Euphues*, de John Lyly”.²⁸¹

Em relação aos demais rótulos, ocorre o que é característico da maioria das literaturas: apresentam uma múltipla fonte de derivação: “‘Reforma’ vem da história eclesiástica; ‘Humanismo’, sobretudo da história da cultura; ‘Renascença’, da história da arte; ‘Comunidade’ e ‘Restauração’, de eventos políticos concretos; (...)”.²⁸²

Quando se trata da “evolução da língua inglesa” – tópico obrigatório nas obras do gênero –, entretanto, os historiadores se mostram consensuais, reproduzindo não apenas a mesma cronologia e periodização, mas também as mesmas obras, autores e julgamentos críticos, sendo em muitos casos idêntico o excerto ou fragmento utilizado.

O *Beowulf*, por exemplo²⁸³ – quase sempre a mesma passagem, que narra a cena da luta entre o monstro Grendel e o herói do poema – nunca deixa de ser ilustração do inglês arcaico, ou “Old English”, apesar de a única cópia

²⁸⁰ Cf. SNYDER, Franklyn Bliss e MARTIN, Robert Grant – *A Book of English Literature*. 3. ed. New York: Macmillan, 1932, p. 179-180.

²⁸¹ Cf. SENA, Jorge de – *Literatura Inglesa: ensaio de interpretação e de história*. São Paulo: Cultrix, 1963, p. 79.

²⁸² René Wellek e Austin Warren, op. cit., p. 329.

²⁸³ Monumento máximo da literatura anglo-saxônica, *Beowulf* – poema épico pagão de autoria desconhecida – é geralmente tido como obra inaugural da literatura inglesa. (Cf. Jorge de Sena, op. cit., p. 30).

existente do poema – acredita-se que o manuscrito do Museu Britânico foi escrito por um monge obscuro por volta do ano 1000, “pouco depois de consumada a invasão normanda”²⁸⁴ –, descoberta apenas em 1705, ter sido parcialmente danificada (1731) e estar escrita no dialeto de Wessex, um dos vários que existiam na Inglaterra de então. Os *Canterbury Tales*, de Chaucer – especialmente o “Prólogo” – são os eternos representantes da língua inglesa na sua segunda fase: o inglês médio (“Middle English”), ou o “East Midland dialect” falado na Londres do séc. XIV²⁸⁵. E o inglês moderno (“Modern English”), finalmente, é sempre patenteado por tudo que seja escrito por – ou atribuído a – Shakespeare.²⁸⁶

Dessa forma, a periodização “oficial” da literatura inglesa apresenta – pelo menos na bibliografia consultada – um cânone bastante fixo, raramente ocorrendo qualquer tipo de inovação²⁸⁷, resumindo-se num passeio cronológico pela galeria dos grandes nomes sacralizados por uma tradição conservadora que ainda subsiste como resquício da velha “história do espírito inglês”²⁸⁸: depois de Shakespeare e da “personalidade controversa” de Donne, nos deparamos com as colossais estátuas de Milton, Dryden, Pope, Richardson, Blake, Wordsworth, Coleridge, Jane Austen, Byron, Shelley e assim sucessivamente, até o séc. XX, época em que a narrativa esquemática das histórias literárias – apoiada que está na autoridade dos julgamentos críticos já estabelecidos – geralmente cede lugar a um nervoso registro de

²⁸⁴ Idem, *ibid.*

²⁸⁵ Cf. VIZIOLI, Paulo – *A Literatura Inglesa Medieval*. São Paulo: Nova Alexandria, 1992, p. 21-25; 35-37.

²⁸⁶ Cf. Anthony Burgess, *op. cit.*, p. 73-82.

²⁸⁷ Uma possível exceção seria o caso John Donne, poeta que, apesar de ter algumas virtudes reconhecidas por Samuel Johnson, em “Life of Cowley”, artigo de *The Lives of the English Poets* (1779-1781), só passou a ocupar um lugar de destaque na história da poesia inglesa depois das avaliações de críticos das primeiras décadas do presente século, como Alexander Grosart, Edmund Gosse e T.S. Eliot. (Cf. José Garcez Ghirardi, *op. cit.*, p. 25-34).

²⁸⁸ Expressão usada por Henry Morley, no prefácio a *English Writers* (1864). (Cf. René Wellek e Austin Warren, *op. cit.*, p. 315).

obras e autores que se multiplicam a cada momento, não mais se enquadrando nos rígidos modelos de periodização:

*The nineteen-fifties, a period of middle-class rebellion in Britain, produced John Osborne's **Look Back in Anger** but also John Wain's **Hurry on Down**, Keith Waterhouse's **Billy Liar**, Stan Barstow's **A Kind of Loving** and Kingsley Amis's **Lucky Jim**.*²⁸⁹

3. O Período Elisabetano

“The Elizabethan Age”, a era da rainha Elisabete (1558-1603) – ou Isabel –, época de ouro do teatro inglês e do Renascimento ocidental, talvez seja a mais consistente criação da historiografia da literatura inglesa. Período de crescimento econômico e expansão imperialista, é também o cenário de elegantes bailes da corte, das apresentações populares das peças de Shakespeare e de uma efervescente produção literária, tornando-se o episódio que mais fascínio desperta entre seus historiadores mais famosos, que lhe dedicam, em suas obras, maior destaque do que aos demais períodos.

Tal fato, também observado na historiografia brasileira da literatura inglesa, nos levou a fazer uma descrição crítica do modo como o tema é abordado nas obras nacionais, na tentativa de verificar as relações teóricas ou metodológicas que porventura possam ser estabelecidas. Antes, porém, veremos como o período em questão é tratado na obra que serviu de modelo não só para os historiadores pátrios, mas também para os próprios ingleses: a *Histoire de la Litterature Anglaise* (1863-64), de Hippolyte Taine.

²⁸⁹ Anthony Burgess, op. cit., p. 231.

Desenvolvendo sua noção de literatura a partir do que denomina “as três forças primordiais” – representadas pela “raça”, “meio” e “momento histórico”²⁹⁰ –, tidas como fatores condicionantes da produção literária, Taine analisa e interpreta quase biologicamente as obras dos principais autores ingleses, desde o poema épico pagão de origem saxônica *Beowulf* até os “modern authors” do período vitoriano, sendo o poeta laureado Tennyson o último escritor abordado.

O período elisabetano, estudado no Livro II – intitulado “The Renaissance”, designação que abrange desde a reforma protestante na Inglaterra (primeira metade do séc. XVI) até Milton (1608-74) –, assim como os demais períodos literários, é dividido por gêneros, o que faz com que seja sacrificada a cronologia em favor das determinações das aludidas “forças primordiais”.

Assim, como representantes da poesia – gênero estudado no segundo tópico de “Pagan Renaissance” (p. 250-300)²⁹¹, capítulo 1 do Livro II – são abordados, com vasto material transcrito – incluindo excertos de poemas e textos críticos – o “Earl of Surrey” (p. 250-259), considerado um dos precursores da “Renaissance of the Saxon genius”²⁹²; o *Euphues* de John Lyly (p. 259-262); Sir Philip Sidney (p. 262-276), “nephew of the Earl of Leicester” e autor de *Arcadia*, *The Defence of Poesie* e *Astrophel and Stella* – este um poema com vários trechos transcritos e comentados –; e mais um “great number of poets” que produziram “pastoral poetry”, todos com excertos transcritos e analisados (p. 276-289): Shakespeare, Ben Jonson, Fletcher, Drayton, Marlowe, Warner, Breton, Lodge e Greene. O único exemplo de

²⁹⁰ Na tradução para o inglês de H. Van Laun, as “three primordial forces” são assim denominadas, no sumário da obra: “race”, “surroundings” e “epoch”. (Cf. Hippolyte Taine, op. cit. p. vii).

²⁹¹ O primeiro tópico (p. 227-249) é dedicado às “manners of the time”.

²⁹² Taine utiliza-se de uma citação de *Arte of English Poesie* (1589), do “Old Puttenham” [George Puttenham]. (Ibid., p. 250).

“ideal poetry” é Edmund Spenser (p. 289-321), cujas obras *A Hymne in Honour of Beauty*, *Shepherd’s Calendar*, *The Faerie Queene* – esta ganhando um tópico à parte, onde são estudados seus “impossible events” – são minuciosamente comentadas.

O terceiro tópico é dedicado à prosa, gênero inicialmente representado pelo grupo de poetas que chegaram ao “limite da poesia” – apelidado por Samuel Johnson de “metaphysical poets”²⁹³ –: Carew, Suckling, Herrick, Quarles, Herbert, Babington, Donne e Cowley (p. 321-330)²⁹⁴. Em seguida, são estudados Robert Burton (p. 336-342), cuja *Anatomy of Melancholy* tem um longo trecho transcrito (“vol. I, part 2, sec. 2, Mem. 4, p. 420”); Sir Thomas Browne (p. 343-347), “a naturalist, a philosopher, a scholar, a physician, and a moralist”, autor de *Hydriotaphia*, *Religio Medici* e *Pseudodoxia*; e Francis Bacon (p. 347-358), “the most comprehensive, sensible, originative of the minds of the age”, que tem quatro de suas obras comentadas: *The Essays*; *De Augmentis Scientiarum*, onde Taine verifica a “concentration and brightness of his style”; *Novum Organum*, “a collection of scientific decrees” nos quais Bacon introduz “the new method”, prenunciando o estabelecimento das ciências positivas; e *New Atlantis*.

O teatro é o tema do capítulo 2, que trata do público, do palco e das “manners of the sixteenth century” (p. 359-380), antes de abordar os poetas Nash, Dekker, Kyd, Peele, Lodge e Greene, relacionando suas personalidades com o “espírito da época” (p. 380-385). Marlowe (p. 385-397) recebe tratamento especial, sendo considerado “the true founder of the dramatic school” e tendo comentadas – com alguns trechos transcritos – quatro de suas

²⁹³ Vale a pena observar que os historiadores mais recentes incluem tais autores no que chamam de “Jacobean Period”, relativo ao reinado de Jaime I.

²⁹⁴ A essa altura, Taine tenta fazer uma relação entre as mudanças sociais e as mudanças da poesia, passando depois a explicar o modo como “poetry passed into prose”. (Ibid., p. 330-336).

peças: *Tamburlane*, *The Jew of Malta*, *Edward II* e *Faustus*. Em seguida há uma digressão sobre a “formation of this drama”, na qual o autor contrasta a arte clássica e a arte germânica (p. 397-404), passando depois a tratar dos personagens masculinos e femininos, exemplificando-os com as peças *The Duke of Milan*, de Massinger; *Annabella*, de Ford; *Duchess of Malfi* e *Vittoria Corombona*, de Webster. São ainda comentadas as figuras de Euphrasia (*Philaster*), Bianca, Arethusa (*The Fair Maid of the Inn*), Ordella (*Thierry and Theodoret*), Aspasia (*The Maid’s Tragedy*) e Amoret (*The Faithful Shepherdess*), todas personagens de Beaumont e Fletcher (p. 404-433).

O capítulo 3 é um estudo sobre Ben Jonson (p. 1-45), onde Taine gasta várias páginas (p. 1-14) discorrendo sobre sua biografia, bem como apontando as principais características do seu “mood”, da sua educação, esforços, pobreza, doença e finalmente morte, algo necessário para o entendimento da “freedom and precision of his style” e do “vigour of his will and passion”. São comentadas – com vários trechos transcritos – suas “Latinised tragedies” *Sejanus* e *Catiline*; suas comédias *Every Man in his Humour*, *Volpone* e *The Silent Woman*; e suas peças menores, onde aparecem a sua “want of higher philosophy and comic gaiety”²⁹⁵: *The Staple of News*, *Cynthia’s Revels* e *The Sad Shepherd*. O tópico final (VI) do presente capítulo constitui uma espécie de preâmbulo ao seguinte, sendo reservado para uma “general idea of Shakespeare” (p. 45-49), na qual o historiador francês trata das “conditions of human reason” e tenta apontar “Shakespeare’s master faculty”, enfatizando a importância dos “mais avançados sistemas psicológicos” para interpretar a sua obra:

²⁹⁵ Aqui Taine o compara a Molière, mostrando sua inferioridade em relação ao comediógrafo francês.

As the complicated revolutions of the heavenly bodies become intelligible only by use of a superior calculus, as the delicate transformations of vegetation and life need for their explanation the intervention of the most difficult chemical formulas, so the great works of art can be interpreted only by the most advanced psychological systems; and we need the loftiest of all these to attain to Shakespeare's level – to the level of his age and his work, of his genius and his art.
(p. 45)

Assim, o capítulo 4 é dedicado ao mais célebre dos escritores ingleses (p. 50-141), utilizando-se o autor da “Halliwell's *Life of Shakespeare*”, de “Crawley's *Etudes sur Shakespeare*” e de “Dyce's *Shakespeare*” para descrever sua biografia (p. 50-67), desde o nascimento até a morte²⁹⁶. No segundo tópico (p. 67-74) são estudados seu estilo, imagens, excessos e “incongruências”, explicando o autor, em nota de rodapé, “why, in the eyes of a writer of the seventeenth century, Shakespeare's style is the most obscure, pretentious, painful, barbarous, and absurd, that could be imagined” (p. 73). Em seguida Taine busca reconstituir os costumes da época, na tentativa de mostrar o “agreement of manners and style” (p. 74-83)²⁹⁷.

Os demais tópicos – à exceção do último – tratam de suas “dramatis personae”, a começar pelos “brutes and idiots” – Caliban (*The Tempest*), Ajax (*Troilus and Cressida*), Cloten (*Cymbeline*), Polonius (*Hamlet*), e “the nurse” (*Romeo and Juliet*). Os “men of wit” da galeria de personagens shakespearianos são Mercutio, Rosalind (*Romeo and Juliet*), Benedict, Beatrice (*Much Ado About Nothing*) e o “clown” Falstaff (*Henry IV*) – este o que ganha maior destaque. As mulheres são representadas por Desdemona (*Othello*), Virginia, Volumnia (*Coriolanus*), Juliet (*Romeo and Juliet*), Miranda (*The Tempest*), Imogen (*Cymbeline*), Cordelia (*King Lear*), e Ophelia

²⁹⁶ No decorrer da narrativa biográfica, são comentados – com alguns trechos transcritos – as seguintes obras de Shakespeare: os “Sonnets”, os poemas *The Rape of Lucrece* e *Venus and Adonis*, e as peças *Hamlet*, *Midsummer Night's Dream*, *Romeo and Juliet*, *The Two Gentlemen of Verona* e *Twelfth Night*.

²⁹⁷ Para tanto, são citadas e comentadas as peças *Hamlet*, *Winter's Tale*, *Romeo and Juliet*, *Henry VIII*, *Much Ado About Nothing*, *Henry V*, *Henry IV* e *King Lear*.

(*Hamlet*). Os vilões são apenas dois: Iago (*Othello*) e Richard III (*Richard III*), e os “principal characters” seis: Lear, Othello, Cleopatra (*Anthony and Cleopatra*), Coriolanus, Macbeth e Hamlet. No último tópico do capítulo 4, Taine fala do “agreement of imagination with observation in Shakespeare”, ilustrando seus argumentos com as peças *As You Like it* e *Midnight Summer’s Dream*.

Finalizando o capítulo, o autor tenta nos convencer de que as criações shakespearianas são uma boa pista para a compreensão de algumas facetas da personalidade do bardo inglês, bem como da exuberância da sua imaginação e estilo:

Do you not see the poet behind the crowd of his creations? They have heralded his approach. They have all show somewhat of him. Ready, impetuous, impassioned, delicate, his genius is pure imagination, touched more vividly and by slighter things than ours. Hence his style, blooming with exuberant images, loaded with exaggerated metaphors, whose strangeness is like incoherence, whose wealth is superabundant, the work of a mind, which, at the least incitement, produces too much and takes too wide leaps. (p. 141)

O capítulo 5 do Livro II leva o título de “The Christian Renaissance” (p. 142-238), fazendo o autor um verdadeiro “flashback” cronológico ao tratar da reforma protestante na Inglaterra, ainda no início do séc. XVI. São comentadas as traduções da Bíblia (a de Wyclif, a de Tyndale e a de Coverdale); o *Prayer Book*, livro anônimo e muito popular durante todo o século da rainha Elizabeth; os “preachers” Latimer e Jeremy Taylor e o período da revolução puritana – já no séc. XVII –, no qual sobressai, ao lado de Milton, a figura do também pastor John Bunyan, que tem alguns trechos do seu *Pilgrim’s Progress* transcritos e comentados.

O motivo da inclusão do período acima mencionado – que por sua vez justifica o estudo de Milton no mesmo Livro (II, cap. 6, p. 239-318) –, talvez

possa ser explicado pelo pouco caso do autor em relação à divisão cronológica das diferentes fases literárias. Deixaremos de comentar tal capítulo (6), uma vez que as obras que compõem a historiografia brasileira da literatura inglesa, da qual passaremos a tratar, já colocam o autor de *Paradise Lost* como pertencente ao período posterior: o séc. XVII.

4. A Historiografia Brasileira da Literatura Inglesa

4.1. *Resumo de História Literária* (1872)

Primeiro compêndio brasileiro de história da literatura universal, o *Resumo de História Literária*, do Cônego Fernandes Pinheiro, é a refundição do seu anterior *Curso de Literatura Nacional* (1862)²⁹⁸, feita para atender às alterações do programa de literatura do Colégio de Pedro II, modificado pelo Decreto n.º 4.468, de 1.º de fevereiro de 1870, expedido pelo então Ministro do Império, o conselheiro Paulino de Souza. Com o novo regulamento, a cadeira de retórica, antes restrita, no sétimo ano, ao estudo da “poética” e da “literatura nacional” – este um rótulo adotado com a reforma do ministro Souza Ramos, através do Decreto n. 2.883, de 1.º de fevereiro de 1862, mesmo ano da primeira publicação do *Curso de Literatura Nacional* –, passou a abranger também a “história da literatura geral”²⁹⁹, o que fez com que se

²⁹⁸ Tal informação foi colhida de uma transcrição do Livro de Assentos do Cônego, por Osvaldo Melo Braga, em ensaio bibliográfico publicado em 1958 na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Pela bibliografia listada em tal ensaio – intitulado “Cônego Dr. J.C. Fernandes Pinheiro” –, pode-se notar que o autor do *Resumo de História Literária* era um verdadeiro polígrafo de compêndios didáticos, a julgar pelos títulos de algumas de suas outras obras: *Episódios da História Pátria Contados à Infância* (1859); *Gramática da Infância dedicada aos senhores professores d’instrução primária* (1864); *Lições Elementares de Geografia* (1869) e *História do Brasil* [ambas sob o pseudônimo de Estácio de Sá e Meneses]; *Gramática Teórica e Prática da Língua Portuguesa* (1870); e as *Postilas de Retórica e Poética* (1871). (Apud Marisa Lajolo, no ensaio “O Cônego Fernandes Pinheiro, Sobrinho do Visconde, Vai à Escola”, p. 262:270).

²⁹⁹ De acordo com o Livro de Assentos do Cônego, o *Resumo de História Literária* teve inicialmente o título de *Curso de História Literária* e começou a ser escrita no dia 13 de agosto de 1870, mesmo ano do decreto de

instituiu, pela primeira vez no Brasil, o ensino das literaturas estrangeiras modernas.

Obedecendo ao programa oficial da disciplina, que mandava enfatizar, no estudo da “história da literatura geral”, a portuguesa e a nacional, o Cônego Fernandes Pinheiro dividiu sua obra em dois volumes, servindo o primeiro, dedicado às literaturas estrangeiras, de preâmbulo para o segundo, que trata das literaturas portuguesa e luso-brasileira³⁰⁰. Os objetivos didáticos do livro, assim como a consciência do autor quanto ao seu pioneirismo na elaboração de um compêndio desse gênero, são expostos na “Prefação”:

No desempenho do nosso plano é bem possível que não tenhamos atingido o aluno; que numerosos são os erros e omissões, involuntariamente cometidos; restamos porém a grata consolação de havermos sido o primeiro em trilhar semelhante vereda: assim como coube-nos a honra de ter escrito, há dez anos, o primeiro Curso Elementar de Literatura que possui a lingua portuguesa. (p. 1)

Nos “Prolegômenos”, a literatura é definida como “o conjunto das produções escritas de um país e durante uma época, ou de todos os países e em todas as épocas”³⁰¹, e a história literária como “a enumeração e rápida análise das produções literárias”, acrescentando o professor: “ao princípio, a palavra literatura aplicava-se também às ciências e artes, mais tarde porém reconheceu-se a necessidade de restringir-lhe a significação, limitando-se aos assuntos em que o útil pudesse se aliar ao agradável.” (p. 9)

Paulino de Souza. Fernandes Pinheiro concorreu à cátedra de Retórica e Poética do Imperial Colégio de Pedro II em 1857, sendo nomeado no mesmo ano. (Ibid., p. 255;262).

³⁰⁰ As literaturas estão assim distribuídas: tomo I: orientais (p. 13-20); hebraica (p. 21-25); grega (p. 26-48); latina (p. 49-89); italiana (p. 90-151); francesa (p. 152-244); inglesa e anglo-americana (p. 245-315); alemã (p. 317-370); espanhola e hispano-americana (p. 371-497); tomo II: portuguesa (p. 5-292) e luso-brasileira (p. 293-476).

³⁰¹ A idéia de que a literatura exprime as condições locais e o espírito nacional, sendo portanto dependente da raça e das tradições dos povos que a produzem – lugar-comum durante o Romantismo –, encontrou seu mais importante divulgador e sistematizador em August Wilhelm von Schlegel, especialmente em seu *Curso de Literatura Dramática* (1809-1811). (Cf. Antonio Candido, em “Raízes da Crítica Romântica”, op. cit., p. 319-327).

E qual seria a utilidade da literatura? Ou, mais precisamente, do ensino da literatura? Para Fernandes Pinheiro, a importância maior da literatura estava em registrar os grandes feitos de uma nação, despertando o sentimento de orgulho e respeito nos seus povos – em outras palavras, na afirmação da nacionalidade –, o que contribuiria para a boa formação moral e patriótica do aluno:

Feitos memoráveis, pasmosos acontecimentos, grandiosos destinos, não bastarão para prender a atenção e determinar o juízo da posteridade; preciso é que suas vitórias e façanhas sejam enobrecidas pelo imaginoso estilo de um Tito Livio, suas desgraças e decadências comemoradas por um Tácito, pois só assim ocupará em nosso ânimo mais elevada plana do que essa multidão de povos que, indiferentes vemos desfilar no cenário da história; alternativamente vencedores e vencidos. (p. 10-11)

O Cônego ainda divide a literatura em duas categorias: sagrada e profana. A primeira, ocupando-se com os assuntos religiosos, tem no Antigo e Novo Testamento, assim como nos escritos dos Santos Padres e nas legendas dos santos, o seu principal registro. A Segunda, tratando dos assuntos “não compreendidos na anterior classificação”, subdivide-se em “clássica”, “romântica” e “realista”:

***literatura clássica**, do vocábulo latino “classis”: é a que toma por modelo as monumentais obras legadas pela antigüidade greco-latina, procurando em imitações, mais ou menos felizes, aproximar-se a esses padrões;*

***literatura romântica**: é a que, abjurando a plástica imitação dos clássicos, buscou na inspiração cristã e nas tradições cavaleirescas da idade média o tema de suas composições. Chamou-se “romântica” por causa do “romance provençal” em que os trovadores e menestrelis escreveram seus poemas e canções;*

***literatura realista**: é a que pretende pintar a natureza em sua casta nudez, e fotografar em seus inúmeros acidentes os fenômenos da vida humana. Nasceu da reação operada por Goethe contra o “idealismo vaporoso” de Schiller e seus sectários. (p. 11)*

A história da literatura inglesa (Livro Sexto – p. 245-311) é contada desde suas “origens”, com “a ode sobre a vitória de Athelstan, conservada por Hickey no seu *Tesouro* e vertida por Warton em inglês moderno”, até o período vitoriano, contemporâneo do autor, sendo Thomas Carlyle o último escritor abordado.³⁰²

O estudo das diferentes épocas se faz por gêneros, divididos estes segundo o seguinte critério: “poesia lírica”; “poesia descritiva”; “poesia dramática”; “poesia herói-cômica” e “poesia didática”, o que não impede o autor de destacar também “a oratória”; “a eloquência”; “a moral e crítica literária”; “a filosofia” e “a história”. É curioso observar que no livro do Cônego a necessidade do conhecimento de tal literatura se justifica pelo “progresso do seu comércio e indústria”, bem como pela divulgação da sua língua “por todos os portos do globo habitado” – ou seja, pelos mesmos motivos que levaram o inglês a ser incluído no currículo dos estudos secundários no Império:

Pelas rápidas considerações que acabamos de fazer, intuitivo é que a língua e a literatura inglesas são de procedência germânica; seu estudo porém se torna de absoluta necessidade, ainda para os povos da raça latina, atento o maravilhoso progresso do seu comércio e indústria, pelo qual divulgou-se essa língua por todos os portos do globo habitado, e os nomes dos seus grandes escritores chegaram ao conhecimento de todos. (p. 246)

O Cônego Fernandes Pinheiro não esconde as fontes de que se serve, citando sempre ao rodapé as obras e autores em que sua narrativa se baseia. No caso da literatura inglesa, as referências indicam sua atualização a respeito da matéria, levando-se em conta o ano da primeira publicação de sua obra

³⁰² Divisão periodológica adotada pelo autor: a) primeiro período: sécs. XI-XV (p. 247-252); b) segundo período – primeira época: séc. XVI (p. 252-260), segunda época: séc. XVII (p. 260-270); c) terceiro período: séc. XVIII (p. 270-296); d) quarto período: séc. XIX (p. 296-311).

(1872): a *Histoire de la Littérature Anglaise* (1863-64), de Hippolyte Taine, e *Études de Littérature Ancienne et Étrangère* (1857), de Abel François Villemain: “com franqueza e lealdade citamos os mananciais onde fomos saciar a nossa sede de saber, e, como a abelha, sugamos de todas as flores o suco que mais nos aprouve.” (p. 1)

Dois fatos intrigantes, porém, ocorrem na sua “enumeração e rápida análise das produções literárias” inglesas. Um deles é a ausência, no capítulo dedicado às “origens”, de *Beowulf*, poema épico pagão escrito em inglês arcaico que, como já foi dito, é geralmente tido como obra inaugural da literatura anglo-saxônica. O outro, já no “primeiro período”, é o fato de Chaucer, a quem é dedicada apenas meia página (p.250), ter menos destaque do que seu contemporâneo John Gower (p. 250-251), quando a grande maioria das histórias da literatura inglesa, principalmente as nativas, denominam o séc. XIV – período em que viveram os dois escritores – de “Age of Chaucer”.

No tópico dedicado à era de Isabel (séc. XVI) – monarca que, segundo o autor, “mereceu que seu nome fosse associado ao do século” –, “primeira época” do “Segundo Período” da literatura inglesa (p. 252-260), podemos notar o vigor das noções taineanas de “raça”, “meio” e “momento histórico”, utilizando-se o Cômico da mesma expressão usada pelo historiador francês para o definir período – “renascimento do gênio saxônio”:

Transplantado para climas e raças diversas recebe o paganismo de cada uma delas o cunho característico: e torna-se inglês na Inglaterra: porque o renascimento inglês é o do gênio saxônio. Recomeça então a invenção, e a manifestação desse gênio; ora, assim como uma raça latina não pode inventar senão exprimindo idéias latinas, uma raça saxônia não pode proceder senão de um modo análogo. (p. 252)

No gênero “poesia lírica”, são abordados Spenser (p. 253-254) e Sidney (p. 253). Do primeiro, são citados o *Calendário do Pastor*, “escrito em versos de diferentes metros” e publicado quando o autor era “já mestre em artes pela universidade de Cambridge”, e *A Rainha das Fadas* – “romance em verso dedicado a Isabel, que lho remunerou com uma pensão” – obra que, segundo o Cônego, pela “sua originalidade e opulência de imaginação”, “só acha rival no *Orlando* de Ariosto”. Do segundo – Sidney –, que é colocado “a par de Spenser e Shakespeare” no seu esboço biográfico, são mencionadas duas obras: *Defesa da Poesia* e *Astrophel e Stella*.

Dois são os representantes da “poesia descritiva”: Drayton (p. 254-255), autor de *Polyalbion*, de “algumas pastorais” e de “uma crônica rimada apelidada *Mortemyriados*, ou *Guerra dos Barões*”, e Fletcher (p. 255), que “seguiu os passos do precedente na sua *Ilha Purpúrea* ou *Ilha do Homem*”.

Ao tratar da “poesia dramática” (p. 255-260), o autor conta a história do drama inglês, desde “a primeira peça de que se tenha conhecimento”, o *Milagre de Santa Catarina* – “representado em Dunstable em 1119” –, passando pelas “Moralidades” – “sátiras burlescas dos costumes da época, ou grosseiros ataques contra a religião” –, pela primeira comédia “digna desse nome”, *Ralph Royster Doyster*, escrita por Nicholas Udall ainda no reinado de Henrique VIII (1550), pela primeira tragédia, *Gorboduc* ou *Ferrex e Porrex*, “escrita em 1562 por Sackville e Morton”, até o teatro elisabetano, quando é citado Marlowe, “o mais célebre dramaturgo dessa primeira época de tentativas e ensaios”. Assim, o rigor cronológico não impede o autor brasileiro de realizar “flashbacks” temporais em favor da história do gênero em questão – o que também ocorre, como foi visto, na obra de Taine.

Mas é Shakespeare (p. 256-259) “o verdadeiro criador da cena inglesa”, de cujas “trinta e seis peças” – escritas “de 1589 a 1614” – são citadas apenas

cinco: *Macbeth*, *Ricardo II*, *O Rei Lear*, *Hamleto* e *As Comadres de Windsor*, que “goza dos foros de sua primeira comédia”. Depois de um longo parágrafo no qual é traçada uma curiosa biografia do bardo inglês, do seu casamento “aos dezoito anos com uma mulher mais velha do que ele oito anos” à direção, confiada por Jaime I, do teatro Blackfriars – posição “que conservou até que, sentido-se velho e cansado, retirou-se para seu país natal [sic], onde pouco depois sucumbiu aos ataques de graves enfermidades” –, Fernandes Pinheiro o coloca em pé de igualdade com alguns dos seus contemporâneos, desmitificando um pouco a sua figura:

Mais feliz do que Dante não precisou Shakespeare criar uma lingua para traduzir seus pensamentos; Marlowe, Ben Jonson, Spenser e alguns outros haviam mostrado que o idioma inglês podia exprimir desde as mais graciosas idéias até as mais sublimes concepções. A originalidade de Shakespeare está toda no seu sistema dramático, diverso do da antigüidade. (p. 257)

Comentando a sua veia cômica, o professor do Imperial Colégio de Pedro II o coloca abaixo do dramaturgo francês Molière, o que nos remonta às freqüentes comparações entre os dois escritores feitas por Taine na sua *Histoire de la Litterature Anglaise*: “na espécie cômica inferior é o talento de Shakespeare, e, conquanto os criticos ingleses o queiram fazer rival de Molière, grande é a distância que os separa, cabendo toda a superioridade ao cômico francês”. (p. 258)

Mesmo assim, o autor termina o tópico sobre Shakespeare reconhecendo que o escritor inglês “possuiu todos os predicados do verdadeiro gênio”, ressaltando sua condição de “um dos antepassados do romantismo” e traduzindo um longo parágrafo elogioso de Taine:

Shakespeare (diz H. Taine) imagina com superabundância; derrama metáforas com profusão; a cada instante as idéias abstratas se convertem em imagens; e uma série de pinturas que se desdobra a seus olhos. Não as procura, antes por si próprias se apresentam: se condensam nele; cobrem-lhe os raciocínios, e ofuscam com seu brilho a pura luz da lógica. Não se fadiga em explicar, ou provar: quadro sobre quadro, imagem sobre imagem, copia sem usar as estranhas e esplêndidas visões que se geram em sua esclarecida fantasia. O estilo compõe-se de expressões furibundas; e parece que jamais, em língua alguma, houve homem que submetesse os vocábulos a tão cruciantes torturas. (p. 259)

O último autor abordado do período em tela é Ben Jonson (p. 259-260), que “sob a proteção de Shakespeare começou a escrever para o teatro, e logrou honras de poeta laureado que o não preservaram de morrer à míngua”. Tem citadas suas tragédias *A Queda de Sejano* e *Catilina*, e suas comédias *Volpone* – “que tem algumas parecenças com o *Tartufo* [de Molière]” –, *A Mulher Calada* – “quadro fidelíssimo dos costumes da alta sociedade inglesa desse tempo” –, *O Alquimista* e *Cada Qual com sua Índole* – “que passam por obras primas” –, além da “mascarada” *Os Divertimentos de Cynthia*.

Quando passa a tratar da “literatura anglo-americana”, aposta como apêndice da literatura inglesa (p. 342-345), o autor muda de tom, tornando-se severo nas rápidas apreciações e implacável nos julgamentos. Na poesia, ninguém se salva, sendo todos meros imitadores dos ingleses. No teatro, o impulso criativo e “os princípios da verdadeira e legítima arte” são obstados pelo “caráter industrial que a especulação imprimiu nas representações”. Apenas o romance é elogiado, sobretudo nas figuras de Beecher Stowe, Washington Irving e Fenimore Cooper³⁰³. Diz o Cônego, logo no início do “Apêndice”:

³⁰³ Fernandes Pinheiro tinha opinião mais ou menos semelhante a respeito da literatura brasileira – rotulada pelo autor de “lusó-brasileira” –, pois para ele, até o Romantismo, nossos autores nada exprimiam de diferente dos portugueses. (Cf. Antonio Candido, op. cit., p. 342).

É um país relativamente moderno o dos Estados Unidos da América do Norte: prático e material o seu gênio, esteando sua força no bom senso, e na pasmosa atividade que favorece-lhe a industrialização. Falta-lhe a imaginação porque esta, no dizer de um filósofo, 'é o produto da memória', é a evocação do passado: falta-lhe uma gloriosa história, ou sequer poéticas legendas, que inspirassem o estro de um Byron ou de um Walter Scott. (p. 342)

4.2. Lições de Literatura (1909)

Como vimos, com a promulgação do Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário – Decreto n.º 3.890, de 1.º de janeiro de 1901, assinado pelo ministro Epitácio Pessoa –, o curso do então Ginásio Nacional foi reduzido para seis anos, incorporando-se o estudo das literaturas estrangeiras ao programa de “português”, agora dedicado, nos dois últimos anos, à “literatura”³⁰⁴. Tal redução de carga horária – e, conseqüentemente, do conteúdo da disciplina –, se acha muito bem refletida em *Lições de Literatura*, opúsculo de noventa e três páginas escrito por Leopoldo de Freitas – professor do Ateneu Literário-Científico do Chile que havia ministrado as aulas de literatura do quinto ano do Ginásio Nacional em 1908³⁰⁵ – e publicado pela primeira vez em 1909.

Justificando a elaboração do seu reduzido compêndio, na página intitulada “Aos Leitores”, o autor critica o “programa oficial” da instituição, que a seu ver destinava um tempo insuficiente ao ensino de “tão interessante matéria”:

São uma pequena contribuição para facilitar aos estudantes o conhecimento de tão interessante matéria, e se a confeccionamos resumidamente foi por motivo

³⁰⁴ Dizia o referido decreto: “o estudo da literatura será precedido de noções de história literária, particularmente das literaturas que mais influíram na formação e desenvolvimento da língua portuguesa”. (Apud Primitivo Moacyr, *A Instrução e a República*, 3. v., p. 83).

³⁰⁵ Informações contidas na folha de rosto do livro. (FREITAS, Leopoldo de – *Lições de Literatura: curso do instituto de ciências e letras de conformidade com o programa oficial do ginásio nacional*. São Paulo: Magalhães, 1909).

da exigüidade do tempo destinado ao ensino e desenvolvimento do programa oficial. (p. vii)

Apesar de não indicar as fontes objetivamente, no decorrer do texto nem em notas de rodapé, Leopoldo de Freitas expressa sua dívida para com os autores de quem “aproveitou as idéias” – embora de maneira vaga e indireta –, pedindo aos leitores, nas “Notas” que servem de prefácio à sua pequena obra, desculpas antecipadas pelas “faltas” eventualmente encontradas no livro: “elaborando estas lições de Literatura procuramos aproveitar as idéias dos mais autorizados escritores contemporâneos. Relevem-nos as faltas em que incorreremos.” (Ibid.)

Nas mesmas “Notas”, é exposto o seu conceito muito curioso de “gênero”, termo que, para o autor, além do significado tradicional, pode ter a conotação de “estilo” – de autor ou de época – ou de “período literário”:

Em Literatura e Belas Artes gênero significa o ‘estilo ou modo característico de expressão que distingue as obras de um autor ou dos autores de uma mesma época dos de outras; assim dizemos: gênero clássico; gênero romântico; gênero realista; etc. É também gênero a classe de assuntos literários ou artísticos da mesma natureza: gênero dramático; gênero épico; gênero oratório; gênero descritivo; gênero histórico; gênero didático; gênero filosófico; etc. (Ibid)

Os “principais gêneros” – na segunda acepção que lhe dá o autor – são os seguintes: “a epopéia”; “o romance”; “a comédia”, “o drama” e “a tragédia” – constituindo estes o “gênero teatral” –; “a eloqüência”; “o gênero epistolar”; “a crítica” e “o gênero lírico”. Os que ganham maior destaque são o romance e a crítica, dizendo o professor, a respeito do primeiro:

Merece especial menção o Romance, uma vez que se trata de literatura em geral, pois o romance é o mais popular de todos os gêneros: “ele reveste todas as formas para nos seduzir, comove o nosso coração com os episódios amorosos e as

aventuras heróicas, encanta a nossa inteligência com as análises da alma e as exatas pinturas da realidade". (p. vii-viii)

O romance é dividido em "tipos", também muito curiosos: "romance de cavalaria", do qual o *Dom Quixote* é "o maior exemplo"; "romance pastoral", caracterizado por "idílios amoráveis" e "cenas campestres"; "romance de aventura"; "romance cômico"; "romance psicológico"; "romance de paixões"; "romance filosófico", "cultivado por Montesquieu e Voltaire"; e finalmente "romance exótico", representado por *Paulo e Virgínia* e *Robinson Crusoe*. Logo em seguida é traçado um rápido esboço histórico do gênero em questão, do romantismo aos "últimos anos do século XIX", onde são citados George Sand, Balzac, Stendhal, Flaubert, Zola, Maupassant, Anatole France, Pierre Loti, René Bazin e Coelho Neto.

Em relação à crítica, o autor se revela mais moderno, atribuindo-lhe uma "função especial" no que chama de "profissão literária" e evitando o excesso de classificação dos gêneros anteriores. Para mostrar sua atualização no assunto, menciona os "estudos de literatura comparada" do "criticista contemporâneo" Georg Brandes:

Geralmente a crítica vem a ser a arte ou a faculdade de julgar o mérito das obras literárias e artísticas. Constitui uma função especial na profissão literária; na Alemanha, a crítica sobre as produções intelectuais, atingiu um desenvolvimento considerável que se denomina criticismo. O erudito dinamarquês George Brandes é o mais autorizado criticista contemporâneo, no estrangeiro, devido aos seus estudos de literatura comparada. (p. x)

Arriscando uma sintética história da crítica a partir do romantismo, Leopoldo de Freitas cita Saint Beauve, responsável pelo "método da biografia"; Taine e Brunetière, representantes do que chama de "crítica científica"; e mais os "contemporâneos" Hannequin, Bourget, Julio Lemaitre,

Lanson, Melchior de Vogué e Emilio Faguet, classificados como “impressionistas, psicólogos, diletantistas e moralistas”. Os brasileiros mencionados são Tobias Barreto, Sílvio Romero, Araripe Junior, José Veríssimo e João Ribeiro. (p. xi)

Na sua definição de literatura, exposta na “Lição I”³⁰⁶, verifica-se a mesma preocupação já encontrada na obra do Cônego Fernandes Pinheiro quanto aos vários sentidos que o termo abrange, com a diferença de que, aqui, o autor não toma nenhum partido, limitando-se a reproduzir os conceitos de “alguns escritores”. Assim, além de “expressão escrita do pensamento humano nas várias formas de composição” e “meio de educação para formação do estilo, como guia da imaginação”, a literatura é também a “coleção de obras intelectuais pertencentes a um povo ou a um determinado período de tempo” (p. 1):

São várias as acepções do termo ‘literatura’ para alguns escritores: a literatura é o conjunto da produção intelectual humana, escrita; conjunto de obras especialmente literárias; conjunto de obras sobre um dado assunto ou matéria; finalmente a arte de dizer e escrever bem, que constitui o que em geral chamamos Belas-Letras ou Arte Literária. (p. 2)

As obras são ainda classificadas como “científicas” – as que apelam para a inteligência do leitor –; “morais” – relacionadas à vontade – e “poéticas” – cujo objetivo é despertar o sentimento. Os elementos da arte

³⁰⁶ As “lições” são assim divididas: I Parte – Lição I: “literatura, sua definição, origens, etc.” (p. 1-5); Lição II: “literatura da Grécia, sua influência” (p. 7-11); Lição III: “literatura de Roma, seu desenvolvimento, e período áureo” (p. 13-17); Lição IV: “literatura na Idade Média até a formação das nacionalidades modernas” (p. 19-25); Lição V: “literatura da Itália na Renascença, período das grandes invenções e descobrimentos” (p. 27-31); Lição VI: “literatura da França” (p. 33-37); Lição VII: “literatura da Espanha” (p. 39-43); Lição VIII: “literatura da Inglaterra” (p. 45-49); Lição IX: “literatura da Alemanha” (p. 51-55); Lição X: “decadência do Classicismo. O Romantismo nos principais países da Europa” (p. 57-63); II Parte – Lição XI: “literatura de Portugal, suas origens; séculos XII e XIV” (p. 67-71); Lição XII: “período quinhentista, século XV” [sic] (p. 73-77); Lição XIII: “literatura de Portugal, seu desenvolvimento no século XVI” (p. 79-84); Lição XIV: “literatura de Portugal; história do idioma vernáculo; séculos XVII, XVIII, até o período romântico, século XIX; seus principais escritores e poetas” (p. 85-93).

literária, para o professor do Ateneu Científico-Literário do Chile, são quatro: “emoção”, “imaginação”, “pensamento” e “forma”, sendo a importância do seu estudo justificada pela influência por ela exercida “sobre o caráter, o espírito e a educação popular”. (p. 2-3)

À literatura inglesa são dedicadas apenas sete páginas: cinco na Lição VIII (p. 45-49), onde é traçado um breve panorama da “época da rainha Elizabeth” – “que é ao mesmo tempo a aurora de aspirações e de novas conquistas para o desenvolvimento que tiveram as instituições sociais” (p. 45) – até o “período da rainha Ana”, e duas na Lição X (p. 59-60), que trata do Romantismo na Europa.

A era elisabetana ocupa quase todo o espaço destinado à literatura inglesa (p. 45-48), uma vez que “domina pelo esplendor a história da Inglaterra e distingue-se principalmente por um grande número de personagens notáveis em todos os ramos do saber humano” (p. 47). O “espírito literário” da época se acha assim representado:

Sackville, Brooke, Sidney, Daniel Drayton; o teatro de Greene, Peele, Marlowe, Shakespeare, e seus continuadores Ben Jonson, Beaumont, Fletcher, Massinger, Shirley; a teologia por Hooker; a história por Walter Raleigh e a filosofia por Bacon, autor dos Ensaios Morais, da Sabedoria e do Novum Organum. (Ibid.)

Sobre Shakespeare, escritor celebrado por Victor Hugo “em uma obra imortal e que tem o mesmo nome do genial dramata inglês”, diz o professor:

O teatro de Shakespeare concretiza as paixões do tempo. Vemos o grande autor e poeta descrever todos os impulsos do temperamento humano: os amores exaltados, a dor, o crime, a demência, a morte, a avareza, em suma as idéias trágicas e impetuosas que perturbavam a vida e os costumes do povo inglês, nessa mesma época da rainha Elizabeth, e das aventuras dos expedicionários Drake, Cavendish, Raleigh. (p. Ibid.)

De suas obras, nenhuma recebe tratamento especial, sendo citadas as seguintes: *Romeu e Julieta*; *Macbeth*; *Hamlet*; *Rei Lear*; *O Mercador de Veneza*; *Othelo*; “etc”.

Ao falar dos “liristas e narradores” do período, Leopoldo de Freitas – a exemplo de Taine – inclui autores da época seguinte, colocando, lado a lado, “Drayton, Burton, Edmundo Waller e **Dryden** [grifo nosso]; distinguindo-se extraordinariamente Milton, o sublime poeta do ‘paraíso perdido’.” (Ibid.)

4.3. *Origens da Língua Inglesa – sua literatura* (1920)

De 1920 é *Origens da Língua Inglesa – sua literatura*, tese de concurso à cadeira de inglês do Colégio Pedro II defendida por Oscar Przewodowski. Natural da Bahia, Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e em Ciências e Letras³⁰⁷, o autor dividiu seu ambicioso trabalho em “duas partes distintas”, explicando cada qual na página intitulada “plano da tese”, aposta ao prefácio da obra – que por sua vez é precedido de nove páginas de agradecimentos e dedicatórias, onde são lembrados quase todos os seus parentes e o seu mestre Dr. M. A. de S. Sá Vianna:

Na Primeira Parte discutiremos sumariamente a “origem da linguagem e a gênese das línguas”, encerrando-a com a classificação dos idiomas da família indo-européia, onde figura a língua inglesa.

Na Segunda Parte estudaremos o “habitat”, o teatro onde nasceu, cresceu e desenvolveu-se o povo inglês, sob o aspecto geográfico, ou mais propriamente sob a influência do meio e do clima.

Examinaremos os principais fatores constitutivos da nação britânica: – Celtas, Latinos, Anglo-Saxões e Normandos, povos que representam a genealogia inglesa.

Consideraremos o idioma inglês atual, sua indole, suas diversificações ou dialetos.

³⁰⁷ Informações contidas na capa do livro. (PRZEWODOWSKI, Oscar – *Origens da Língua Inglesa – sua literatura*. Rio de Janeiro: Rodrigues & C, 1920).

*Mostraremos o melhor método de ensiná-lo.
Faremos, enfim, em breve síntese o esboço histórico da sua literatura com
ligeira e pálida crítica. (p. 5)*

Como se vê, o discípulo de Sílvio Romero³⁰⁸ esperava que seu opúsculo desse conta de quatro áreas distintas do conhecimento humanístico: lingüística, geografia, gramática e literatura, o que mostra o caráter enciclopédico e informativo da cadeira que pleiteava, bem como a formação que deveria ter um profissional da área na época. Seu “plano”, dessa forma, parecia reger-se pelo programa instituído pela reforma do ministro Rivadávia Correia, através do Decreto n.º 8.660, de 5 de abril de 1911 – que além de fazer com que o Ginásio Nacional voltasse a se chamar Colégio Pedro II (sem o “de”), introduziu no estudo das línguas vivas as suas respectivas “evoluções literárias”³⁰⁹ –, apesar das alterações efetuadas pelo seu sucessor Carlos Maximiliano.³¹⁰

Por outro lado, sua preocupação quanto à metodologia do ensino da matéria, exposta no capítulo IX, intitulado “O Estudo do Inglês – O Melhor Método de Ensiná-lo”, faz de Oscar Przewodowski uma espécie de precursor do que, anos mais tarde, seria uma das questões centrais no debate – e mesmo na legislação – sobre o ensino das línguas vivas estrangeiras no país³¹¹:

O método de ensino é realmente da maior relevância na aprendizagem das línguas. Não só do preparo, do saber do mestre se deverá inferir o bom êxito do

³⁰⁸ O autor assim se declara no “prefácio”. (Ibid., p. 3).

³⁰⁹ Dizia o decreto: “no fim do curso deverão [os alunos] estar habilitados a falar e escrever duas línguas estrangeiras e familiarizados com a evolução literária delas...” (Apud Primitivo Moacyr, *A Instrução e a República*, 4. v., p. 33).

³¹⁰ Com a reforma do ministro Carlos Maximiliano, que se deu através do Decreto n.º 11.530, de 1915, o curso do Colégio Pedro II foi reduzido para cinco anos e os programas de línguas vivas estrangeiras passaram a ter finalidade “exclusivamente prática”, deixando de fora o estudo da “evolução literária”. (Idem, p. 89).

³¹¹ Com o Decreto n.º 20.833, de 21 de dezembro de 1931, de autoria do ministro Francisco Campos, ficou instituído e regulamentado o “método direto” como sistema oficial do ensino das línguas vivas estrangeiras no Brasil. (Cf. Alysson de Abreu, op. cit., p. 114).

discípulo. Fator não menos importante é o “modus docendi” que caracteriza o verdadeiro pedagogo. (p. 78)

Para o professor baiano, além da boa técnica pedagógica, era necessário talento no exercício do magistério, uma habilidade “inata” do profissional que não podia ser criada, mas apenas desenvolvida com a experiência da sala de aula:

Neste ponto não é demasiado afirmar que o magistério exige um pendor especial e, – não tememos dizê-lo – uma predisposição inata, um “quid” puramente subjetivo, que a experiência dos anos ou o tirocinio não inventa nem cria mas só pode desenvolver. Entretanto esta faculdade subjetiva do pedagogo aperfeiçoada no exercício da aulas é passível de objetivação nos livros e compêndios. (Ibid.)

Antes de explicar seu método, o autor critica os dois sistemas então em uso, que na sua opinião pecavam por serem extremados: um pelos seus objetivos exclusivamente práticos e outro pelas suas “teorias vagas”. Entre as “tristes conseqüências” do primeiro sistema, são citados o descaso pelos bons autores, a má tradução dos seus livros e o desconhecimento da índole do idioma, algo que seria possível somente com o “estudo científico” das construções particulares da língua:

Os primeiros [defensores do ensino exclusivamente prático] sob o pretexto de um mal entendido realismo limitam o ensino à compreensão material da língua, privando a juventude do prazer intelectual oriundo do cultivo literário. O gênio do idioma lhes não fecunda a mente desviada do convívio do idealismo para o terreno demasiadamente positivo da realidade. (p. Ibid.)

Sobre a doutrina contrária, que privilegiava a leitura dos textos ingleses e a respectiva tradução no vernáculo – o que era aliás exigido, como vimos, nos exames de preparatórios –, deixando de lado as conversações e os exercícios orais, diz o autor: “que tristeza para o pensador ou filósofo ter o

cérebro a escaldar de idéias e não poder emiti-las com propriedade e segurança por não conhecer suficientemente a língua do povo que visita!”. (p. 79)

Assim, o melhor meio de ensinar o inglês, de acordo com Oscar Przewodowski, consistia num método ao mesmo tempo prático e científico, capaz de tornar o aluno familiarizado com a pronúncia e a estrutura gramatical do idioma, evitando dessa forma os exageros dos sistemas então vigentes. Para tanto, era necessário atingir o “tríplice objetivo” que, a seu ver, caracterizavam o ensino da língua inglesa: falar, traduzir e verter.

A primeira habilidade seria conseguida nas aulas, que deveriam, “na medida do possível”, ser dadas em inglês, podendo o mestre se utilizar de um “linguagem comum” a ele e aos seus discípulos – até mesmo a mímica. As traduções versariam sobre “assunto ameno”, pois assim poderiam despertar o interesse do aluno pela idéia, na medida em que lhe suavizariam as “dificuldades da forma”, acrescentando o professor:

Julgamos ainda condição 'sine qua non' para o real aproveitamento do estudante, obrigá-lo a copiar o texto inglês, traduzi-lo em português, corrigi-lo em aula, e, uma vez correto, transcrevê-lo com carinho, organizando assim verdadeira antologia de passagens célebres dos melhores escritores. (p. 80)

As versões, finalmente, seriam destinadas ao ensino da gramática, o que reduziria a teoria a “moldes mais acessíveis ao entendimento”, evitando-se a memorização de regras e particularidades da língua. O autor exemplifica seu “modo de ver” com alguns quadros, nos quais faz úteis relações de pronomes pessoais e verbos irregulares com infinitivo igual ao pretérito e particípio passado, incluindo também nove listas de verbos cujas formas no passado têm

pronúncia semelhante³¹² – além de um “dicionário etimológico” (inglês-português) – no final do livro (p. 107-114).

No “Esboço Histórico da Literatura Inglesa” (p. 87-105), são estudados quase todos os seus períodos literários, desde as origens, com *Beowulf*, até o séc. XIX, quando são estudados os filósofos e cientistas vitorianos³¹³. O esquema biobibliográfico adotado pelo autor – baseado, como ele próprio reconhece, ao final do capítulo, no “Historical Outline [?], de L. Herrig” (p. 104) –, que a princípio torna a apresentação dos períodos e escritores uniforme e quase enumerativa, não chega a afetar seu texto, pois este é salvo da monotonia pelo seu estilo rebuscado e grandiloquente, como podemos notar no parágrafo de abertura ao período do “renascimento do gênio saxônico”³¹⁴:

É o XVI século a época áurea da literatura inglesa. É a fase do renascimento do gênio saxônico após um longo período de vida latente. É o tempo dos mais brilhantes espíritos, que imortalizaram a era de Elisabeth e projetaram nos arcanos do futuro uma luz imorredoura, como estas estrelas desaparecidas cujos raios ainda continuam a refulgir no espaço. (p. 92)

No parágrafo seguinte, são mencionados – e divididos por gênero – os nomes mais importantes do período em tela: Spenser, Shakespeare, Ben Jonson, Beaumont, Fletcher, Philip Massinger (poetas); Walter Raleigh e Francis Bacon (prosadores). À exceção de Shakespeare, nada é comentado a respeito dos demais autores.

³¹² Diz Oscar Przewodowski, em nota de rodapé: “Devemos as vantagens desta classificação a Sir Cornelio John Murphy, ilustrado pedagogo de saudosa memória, nosso primeiro professor de inglês. Talvez inspirado em Mason, conseguiu, entanto, esse provector professor norte-americano uma sistematização, sem dúvida, mais lógica e mais perfeita.” (Ibid., p. 82).

³¹³ Eis a divisão periodológica adotada pelo autor: Velho Inglês (p. 88-89); Inglês Medieval (p. 89-92); Inglês Moderno – O Renascimento (p. 92-98); O Séc. XVII (p. 98-99); O Séc. XVIII (p. 100-101); O Séc. XIX (p. 102-104).

³¹⁴ Mesma expressão usada por Taine e já reproduzida pelo Cônego Fernandes Pinheiro para definir o período elisabetano.

Quanto ao mais célebre bardo inglês – a quem são dedicadas seis páginas (p. 93-98) –, Przewodowski traça um sucinto esboço biográfico, no qual é fornecido o ano do seu nascimento – “1564” –, o nome da sua cidade natal – “Straford-on-Avon” –, e são feitos alguns comentários acerca do seu passado obscuro:

Grandes dívidas existem com respeito ao gênero de vida que abraçou depois de abandonar os bancos escolares, mas supõe-se que exerceu algum tempo a profissão de advogado. Realmente todos os seus escritos demonstram a sua familiaridade com os termos jurídicos. (p. 93)

O número de peças a ele atribuídas é trinta e sete, segundo o autor, que diz terem sido publicadas entre 1584 e 1611. Em seguida, ao emitir rápidos julgamentos sobre as obras mais famosas, o professor tenta fazer uma relação entre a época em que elas foram produzidas e a fase em que o escritor se encontrava:

Os “Dois Cavalheiros de Verona” (Two Gentlemen of Verona) são uma de suas mais antigas produções. Esta peça é escrita com a timidez de um gênio juvenil, e o estilo não parece completamente formado. Em “Ricardo II” e “III” (Richard II e III) os caracteres são admiravelmente burilados; em “Romeu e Julieta” (Romeo and Juliet) e no “Mercador de Veneza” (Merchant of Venice) é óbvio que a idade trouxe benéficos efeitos ao escritor; em “Merry Wives of Windsor”, “As you Like it”, “Henry IV”, etc, transparece um grande crítico. Em “Rei Lear” (King Lear), “Hamleto” (Hamlet), “Othello”, “Macbeth”, “Tempestade” (Tempest), suas últimas e melhores composições, todos os vários talentos de seu admirável espírito acham-se combinados. (p. 94)

Przewodowski não deixa de apontar os defeitos de Shakespeare, referindo-se à “falta de originalidade” dos seus enredos e à complicada questão autoral de suas peças, mencionando ainda o fato de não haver, na Inglaterra, lei que protegesse a propriedade literária antes do ano de 1649, o que não o impede de mitificar a figura do bardo inglês, que apesar de ser “por

vezes, insípido”, “não precisava dos óculos dos livros para ler a natureza”: “tivesse ele previsto que muitas gerações iriam buscar instrução e prazer em suas páginas, talvez se lhe despertasse a ambição de exhibir maior fertilidade de invenção nas tramas de suas peças”. (p. 95)

O tópico dedicado ao período elisabetano encerra-se com a indicação das possíveis fontes das obras que compõem o cânone shakespeariano:

Love’s Labour’s Lost: supõe-se que Shakespeare, ao contrário do seu costume, tivesse ideado o próprio assunto da peça.

The Comedy of Errors: extraída de Plauto.

The Taming of the Shrew: inspirada em Ariosto e em Terêncio.

Troilus and Cressida: é tirada sobretudo de Chaucer e Chapman’s Homer.

As you Like it: do romance pastoral “Rosalynde”, de Lodge.

The Twelfth Night: tirada de uma novela de Bandello.

All’s Well that Ends Well: de Boccaccio, através do “Palácio do Prazer” de Painter – renovação de “Love’s Labour’s Lost”.

The Two Gentlemen of Verona: é tomada, em parte, pelo menos, de um romance pastoril de Montemayor.

The Merry Wives of Windsor: foi escrito, diz-se, por expresso desejo da rainha Isabel – enredo extraído, em parte, de uma história italiana referida no “News Out of Pugatoire”, de Tarlton.

Measure for Measure: tirada de “Promos e Cassandra”, de Whetstone – tradução dramatizada de um conto de Giraldo Cinthio.

Winter’s Tale: é encontrado em “Pandosto”, romance de Guene, ou no “Dorastus and Fannia”.

Timon of Athens: Plutarco e “Palace of Pleasure”, de Painter.

The Tempest: sugerida pelo naufrágio de Sir George Somers no arquipélago de Bermuda, em 1609.

Midsummer Night’s Dream: tirada do “Night’s Tale”, de Chaucer.

Romeo and Juliet: concepção do escritor italiano Bandello – inspirado no poema de Arthur Brook, de 1562.

Pericles: geralmente se presume que somente algumas passagens lhe pertençam.

Othello: tomada do italiano, de Giraldo Cinthio.

Para suas peças dramáticas latinas: valem-se da tradução de Plutarco de Sir Thomas North.

Para suas peças históricas inglesas, incluindo *Macbeth*, *King Lear*: as crônicas de Hollinshed, Hall, Fabian e algumas outras.

Hamlet: a “Crônica” de Saxo-Græmaticus.

Cymbeline: se encontra parte em Hollinshed, parte em Boccaccio. (p. 95-98)

Ao contrário do Cônego Fernandes Pinheiro, Oscar Przewodowski trata da literatura norte-americana com simpatia, apesar do pouquíssimo espaço a ela dedicado (p. 104-105), exaltando o país de Washington Irving e Benjamin Franklin como a terra “companheira da liberdade e transmissora do progresso”. Os autores mais elogiados, merecendo um parágrafo cada, são Edgar Poe e Longfellow, de quem o professor baiano diz que é a *Evangelina*, “entre nós”, a sua obra mais amplamente divulgada.

4.4. *Literaturas Estrangeiras* (1931?)

As literaturas de línguas anglo-germânicas, como vimos, depois de suprimidas do currículo dos estudos secundários pela reforma do ministro Carlos Maximiliano, em 1915, só voltaram a fazer parte do programa de literatura com o Decreto Federal n.º 18.564, de 15 de janeiro de 1929³¹⁵, que especificou pela primeira vez – através de uma portaria publicada no *Diário Oficial* de 24 de março do mesmo ano – o conteúdo a ser dado por tal disciplina. Na literatura inglesa, privilegiou-se a abordagem biográfica dos principais autores, a despeito das épocas ou escolas literárias às quais estão geralmente associados, razão pela qual eram tidos como românticos tanto um Lord Byron quanto um Charles Dickens ou George Elliot.³¹⁶

O volume *Literaturas Estrangeiras*, da Coleção de Livros Clássicos F.T.D. – iniciais do Frei Theodoro Durant, provável autor do compêndio e

³¹⁵ A Lei Rocha Vaz, referendada pelo ministro João Luiz Alves através do Decreto n.º 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, ao dispor novamente a seriação dos estudos secundários em seis anos, reservou a literatura para os dois últimos estágios do curso, onde eram ensinadas as suas “noções” no quinto ano – como apêndice do português – e duas cadeiras distintas no sexto: “literatura brasileira” e “literatura das línguas latinas”. (Cf. Primitivo Moacyr, *A Instrução e a República*, 5. v., p. 55).

³¹⁶ Assim dispunha a portaria sobre a literatura inglesa: “Sua evolução e principais vultos: Chaucer; Shakespeare; Bacon; Milton; Dryden; Swift; Edmundo Burke – Os românticos: Walter Scott; Byron; Shelley; Macaulay; Tennyson; Dickens; Carlyle; George Eliot; Dante Gabriel Rossetti e o pré-rafaelismo”. (Apud F.T.D., op. cit., p. 12-13).

fundador do que viria a ser umas das maiores editoras de livros didáticos e religiosos do país –, foi editado pela Livraria Francisco Alves e Paulo de Azevedo & C em 1931³¹⁷. Motivado pelo programa oficial de 1929 – o que o levou a reproduzir no livro a portaria publicada pelo *Diário Oficial* de 14 de março do mesmo ano – o autor, que já havia organizado – talvez apenas dirigido – a compilação de vários outros compêndios didáticos, como comprovam as notas de divulgação de suas outras obras, na contracapa do livro³¹⁸, agora se lançava no mercado com mais um volume da sua Coleção, valendo-se dos apelos publicitários do professor José de Sá Nunes, “grande amigo dos F.T.D.”:

Não desprezeis as obras de F.T.D.; elas vos ensinarão, a par da ciência necessária para vencerdes na vida, os meios mais adequados para chegardes à região da eterna felicidade! E entre essas obras, ó jovens que me ouvis, não vos esqueçais das LITERATURAS ESTRANGEIRAS. Lede-a atentamente, digeri-a, assimilai-a e vereis se vos digo ou não, a verdade, mas verdade pura e intemerata.
(p. 4)

Nas “Noções Preliminares”, a literatura universal é definida como “a manifestação verbal da alma humana pela palavra falada e escrita, no tempo e no espaço”, tendo como objeto “os vultos que mais se salientaram por suas obras escritas”. Seu estudo, portanto, baseia-se na “vida daqueles”, no “conhecimento e apreciação destas” e na “classificação de ambos no patrimônio da humanidade”, no que são aproveitadas as noções de Taine para tal explicação:

³¹⁷ O que nos leva a crer que tal livro tenha sido publicado pela primeira vez em 1931 é o fato de haver, no final, uma propaganda de inauguração do monumento do Cristo Redentor, cujo texto, assinado por Plínio Salgado, data de 11 de outubro do mesmo ano.

³¹⁸ Tais compêndios eram dirigidos aos vários níveis de ensino, desde o “curso elementar” até o “curso superior”, incluindo uma *Gramática Histórica* (?); duas *Antologias Ilustradas* (?); uma “edição escolar” dos *Lusíadas* (?) e uma *Literatura Brasileira* (?), dentre outros títulos.

*Para fazer idéia exata das produções literárias, é de todo necessário situá-las nas respectivas épocas e nos respectivos lugares. Por outra, levar em conta as condições de **raça**, de **meio** e de **momento** [grifo nosso]. Logo, é preciso ter noções da GEOGRAFIA e da HISTÓRIA de cada povo. (p. 5-6)*

O autor ainda cita a filosofia como ciência auxiliar ao estudo da literatura universal, reproduzindo em seguida as opiniões de “José Agostinho” sobre o “verdadeiro gênio” em forma de perguntas e respostas (p. 6-9). A finalidade da matéria, sendo “o incremento do culto que o espírito humano deve tributar à BELEZA e à VERDADE”, tem, a seu ver, a importância de conferir erudição ao aluno, capacitando-o ao entendimento de muitos textos em que são citados escritores ou obras de nacionalidades diversas.³¹⁹

Quanto ao método adotado no compêndio, diz F.T.D.:

*Dar-se-á quanto possível, para cada povo, **ligeiro apanhado étnico, histórico e geográfico** que facilite a compreensão dos produtos literários. E em segundo lugar, a RESENHA sucinta e APRECIÇÃO dos principais vultos e das suas obras. Alguns SUBSÍDIOS hão de ilustrar todas as lições. Um QUESTIONÁRIO virá auxiliar a assimilação completa do texto, permitindo igualmente a verificação rápida e precisa do preparo do estudante. Finalmente, EXERCÍCIOS ESCRITOS adequados serão propostos, que habilitem e traquejem no aproveitamento prático das lições adquiridas. (p. 14)*

Há também uma justificativa do “aportuguesamento” dos nomes próprios estrangeiros – algo já observado nas obras anteriormente comentadas –, onde são apresentadas as regras a serem obedecidas em tais ocasiões, bem como trechos – “subsídios” – de três escritores (João Ribeiro, Ana Amélia de Queiroz Carneiro Mendonça e Lopes Gama) sobre o tema, afirmando o autor:

Afigura-se-me que é falta de lídimo patriotismo o não se dar a forma vernácula aos nomes estrangeiros. O ser amigo da pureza da linguagem é,

³¹⁹ O autor ilustra seu argumento com excertos de alguns intelectuais – dentre eles João Leda, Thomas Ribeiro e Agrippino Grieco –, nos quais são feitas muitas referências à literatura universal, transcrevendo depois o programa da disciplina, publicado pelo *Diário Oficial* de 24 de março de 1929. (Ibid., p. 9-13).

irredagüivelmente, uma das maneiras de a gente ser patriota. O amor à língua é uma das mais sublimes formas do amor para com a terra que nos foi berço. E, com Rui Barbosa, sempre estou que “a inteireza do espírito começa por se caracterizar no escrúpulo da linguagem”; e, ainda como esse arquétipo de hiperintelectualidade da raça novilatina, penso e creio que “com a pureza exterior se identifica o sentimento da decência em todas as criações intelectuais vazadas na palavra humana”. (Ibid.)

O Capítulo X, dedicado à literatura inglesa³²⁰, segue o modelo dos demais, que consiste numa seqüência de notas biobibliográficas dos “principais vultos” de cada época, precedidas de breve esboço histórico – onde são expostos os fatores condicionantes da “raça”, do “meio social” e do “momento histórico” – e entremeadas com alguns “subsídios” – os da literatura inglesa são escritos por Agripino Grieco:

É efetivamente, curioso observar-se como, DA MAIS FRIA DAS RAÇAS E DA MAIS PRÁTICA DAS NAÇÕES haja saído tão avultado número de prosadores maniacos: um SWIFT, um DEFOE, um STERNE, e de poetas que viveram realmente uma vida de poeta, líricos nos versos e na conduta libérrima: um BLAKE, um SHELLEY e um BYRON. (p. 547)

Muitos outros críticos, teóricos e historiadores são citados – inclusive em inglês ou francês, como nos casos de “Henrique” Morley e “Renato” Lalou –, fazendo o autor uma bem cuidada colagem de julgamentos e opiniões acerca dos escritores estudados, de Beda, o Venerável, até os “escritores jorgistas, burgueses e cosmopolitas” das primeiras décadas do séc. XX.³²¹

³²⁰ Os capítulos do livro são os seguintes: I – Literatura Oriental (p. 20-32); II – Literatura Hebraica (p. 33-40); III – Literatura Grega (p. 41-86); IV – Literatura Latina (p. 87-132); V – Literatura Provençal (p. 133-144); VI – Literatura Portuguesa (p. 145-334); VII – Literatura Francesa (p. 335-464); VIII – Literatura Italiana (p. 465-506); IX – Literatura Espanhola (p. 507-546); X – Literatura Inglesa (p. 547-586); XI – Literatura Alemã (p. 587-610); XII – Literatura Russa (p. 611-624); XIII – Literatura Romena (p. 625-630); XIV – Literatura Escandinava (p. 631-643).

³²¹ Eis a periodização adotada no livro: 1.º período – **formação e brilho**, até o fim do reinado de Isabel, 1603; 2.º período – **decadência e idade áurea**, até os fins do século da rainha Ana, séculos XVII e XVIII; 3.º período – séculos XIX e XX, da rainha **Vitória**, 1837-1901, escritores **vitorianos**, e de **Jorge V**, 1910, escritores **jorgistas**. **Burguesia**. **Cosmopolitismo**.

Apenas três páginas são consagradas ao período elisabetano (p. 550-552), que tem como “principais vultos” os seguintes: Jasper Heywood (dramaturgo), Thomas Sackville (dramaturgo), Edmund Spenser (poeta), John Lyly (poeta), Francis Bacon (filósofo), Michael Drayton (poeta) e Shakespeare (dramaturgo).

De Heywood são fornecidos alguns dados biográficos, tanto seus como do seu pai, John Heywood, não sendo mencionada nenhuma obra de sua autoria. A respeito de Sackville, diz o autor: “Deixou a primeira tragédia impressa em inglês: *The Tragedy of Gorboduc*, de parceria com Thomas North” (p. 550). De Spenser são citadas *A Rainha das Fadas* e *O Calendário do Pastor*, além de “nove comédias imitadas de Ariosto” (p. 551). “João” Lyly, autor do *Euphues*, ou *The Anatomy of Wit*, assim como os escritores mencionados anteriormente, ganha somente uma breve nota com dados biográficos, o mesmo ocorrendo com Bacon – que tem *Novum Organum*, *Discursos Parlamentares* e *Cartas* citados – e Drayton, taxado como “poeta descritivo” e autor de *Espelho dos Magistrados* e *Guerra dos Barões*.

Sobre Shakespeare F.T.D. dispensa maior atenção, reproduzindo, além dos dados biográficos usuais – local e data de nascimento e morte, vida familiar, etc –, um trecho de *The Month* – revista inglesa dos padres jesuítas – datado de novembro de 1929:

Apesar de toda a fortuna alcançada, Shakespeare sofreu sempre, em toda a vida, de uma ferida íntima. Ligado na juventude, a um amigo pelo mais ardente afeto, viu-se traído no ponto mais delicado em que o pode ser um homem do mundo. O poeta não conseguiu jamais apurar com certeza toda a verdade, mas os seus sonetos mostram bem as agonias da dúvida que, em flutuação cruciante, o atormentaram. Tal estado de alma influiu poderosamente na sua obra dramática. As tragédias reverberam constantemente o leit motiv do amor traído e do desengano. Sem esse episódio, pois, que, apesar de todo o colorido e originalidade prestados à obra do grande escritor, lhe deu uma orientação exclusivista e terrena, não daria Shakespeare outro Dante aplicado em plena Renascença, a libertar o

espírito cristão dos grilhões do paganismo? Esta probabilidade frustrada é que constitui a grande tragédia do célebre autor inglês. (p. Ibid.)

Seus “principais dramas” citados são *Henrique IV, V, e VIII; Ricardo II e III* (da história da Inglaterra); *Coriolano e Júlio César* (da história romana); *Macbeth; O Rei Lear e Hamleto* (das lendas nacionais); *Othello e Romeu e Julieta* (de contos italianos). As “melhores comédias” são *O Negociante de Veneza; Midsummer Night’s Dream; All’s Well that Ends Well; Comedy of Errors; Much Ado About Nothing*; “etc”.

Em seguida o autor faz uma sinopse de quatro peças – *Macbeth; Hamleto; The Merry Wives of Windsor* e *Much Ado About Nothing* –, finalizando seu “estudo” do período elisabetano com alguns versos de Ben Jonson, “o mais ilustre dramaturgo depois de Shakespeare”, sobre o bardo inglês, precedidos de uma “apreciação”: “única lei de Shakespeare: despertar interesse. Ninguém mais do que ele soube provocar a comoção, a compaixão, o terror, a ternura e o susto. Pujança incomparável”. (p. 552)

Os “principais vultos da literatura da América do Norte”, de Benjamin Franklin a Waldo Frank – estudados como apêndice (p. 577-586) – são precedidos de três “subsídios”, assinados, respectivamente, por Humberto de Campos, Accioly Neto e Alceu Amoroso Lima. O primeiro apresenta o perfil não muito simpático de Sinclair Lewis, ganhador do prêmio Nobel de literatura de 1930, depois de discorrer sobre um episódio no qual o romancista norte-americano havia levado uma bofetada do seu conterrâneo e colega de profissão Theodor Dreiser. O segundo, iniciando com a curiosa afirmação de que, no Brasil, “o inglês é lido muito mais pelas mulheres que pelos homens”, faz um rápido esboço histórico daquela literatura, apesar de não ser ela “comparável com a inglesa”. O terceiro, finalmente, é um ataque feroz a Charles W. Ferguson, articulista de *The Bookman*, na tentativa de mostrar que,

“hoje em dia”, nos Estados Unidos, “o espírito religioso é extremamente vivo” (p. 577-581). Quanto ao “caráter geral” da literatura norte-americana, diz o autor:

É natural que apresentem [as produções artísticas e literárias] o mesmo caráter geral que as da metrópole: a seriedade e moralidade do puritano saxônio, com o realismo, o pragmatismo, o amor à ação, próprios da raça. Tão preciosas qualidades, deturpadas, desnorteadas, pelo individualismo protestante, ali como lá; dando nos Estados Unidos como na Inglaterra, frutos maravilhosos, quando recuperam a bússola perdida e enveredam no trilho da VERDADE. E as elucubrações mais extravagantes, as teorias mais abstrusas, absurdas e fatais, quando o gênio corre às tontas atrás das fantasmagorias da imaginação orgulhosa. (p. 577)

Literaturas Estrangeiras é, no mínimo, um interessante documento de época, com seu estilo todo especial de impressão, no qual letras de variados tipos se aglomeram numa mesma página, causando um vertiginoso efeito gráfico. A tendência religiosa do autor, manifesta em todo o livro, chega ao ápice no final do último capítulo, onde é dito que a “meta suprema” da literatura universal, seu “alvo soberano”, é a “GLÓRIA DE DEUS” e a “SALVAÇÃO DAS ALMAS”. (p. 644)

4.5. *Noções de História de Literatura Geral* (1932)

No ano seguinte saíram as *Noções de História de Literatura Geral*, obra de Afranio Peixoto escrita sob encomenda para ser utilizada no “curso vestibular”³²² da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro – instituição da qual era professor³²³ –, conforme explica o autor no “Prefácio”:

³²² Expressão que acreditamos ser sinônima de “curso de preparatórios”.

³²³ Informação contida na folha de rosto do livro. (PEIXOTO, Afranio – *Noções de História de Literatura Geral*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1932).

Ainda este ano, a direção de uma das minhas Faculdades, da Universidade do Rio de Janeiro, apelou para mim, quase em nome da santa obediência, para um curso vestibular, de literatura geral. Cometera o pecado de falar da nossa literatura, a estrangeiros; havia de reincidir, falando das literaturas estrangeiras, aos nossos... (p. 5)

Afranio Peixoto também relata, no mesmo “Prefácio”, que no início estava temeroso perante o cumprimento de semelhante tarefa, mas acabara por encetá-la ao verificar a desorganização e precariedade das notas de aula que lhe foram mostradas:

*Cumpri como pude. Notas de aula me foram mostradas: pasmei, de surpresa e de medo... São os leitores, bem sei, que fazem o destino dos livros: **pro capitu lectoris habent sua fata libelli**; mas também os ouvintes dão sentido às nossas palavras... Não só ouviram o que quiseram, como o que puderam; era espantoso! Antes o perigo de um livro. Juntei as minhas notas e aqui está o livro. Será arriscado, sei, mas evito mal maior. (Ibid.)*

No Capítulo I, dedicado ao conceito de literatura, assim como aos meios de expressão que lhe são próprios (alfabetos, imprensa)³²⁴, o autor expõe a sua confusa filosofia da arte, na qual reproduz as definições de dezenas de escritores de diferentes países e épocas, chegando à conclusão de que a arte literária exprime a “felicidade de viver” dos povos – em outras palavras, “o sorriso da sociedade”:

³²⁴ Os Capítulos que compõem a obra são os seguintes: I – Representação do pensamento. A arte, arte literária ou literatura. A literatura, expressão da sociedade. Alfabetos, imprensa, meios de expressão literária (p. 7-17); II – Objeto da literatura. Prosa e poesia. Estilo. Gêneros. Crítica e história literária (p. 18-31); III – Precursores. Egípcios. Caldeus. Assírios e babilônios. Hebreus (p. 32-43); IV – Literatura Grega (p. 44-87); V – Literatura Romana (p. 88-133); VI – Literatura medieval. Bizantina. Persa. Árabe. Romana (latina) e romana (novo latina) (p. 134-170); VII – Renascimento (p. 171-183); VIII – Literatura Italiana (p. 184-217); IX – Literatura Francesa (p. 218-299); X – Literatura Inglesa (p. 300-350); XI – Literatura Alemã (p. 351-381); XII – Literaturas nórdicas e outras, européias (p. 382-424); XIII – Literatura Russa, Polona (p. 425-445); XIV – Literatura Espanhola (p. 446-470); XV – Literatura portuguesa (p. 471-510); XVI – Literatura Anglo-Americana (p. 511-528); XVII – Literatura Hispano-Americana (p. 529-545); XVIII – Literatura asiática (p. 546-568); XIX – Conclusões: Literatura comparada (p. 569-580); XX – Bibliografia (p. 581-587); XXI – Índices (incluindo o geral) (p. 589-603).

As épocas de intensa produção literária foram os períodos de esperança, de tranqüilidade relativa, de abundância geral, que dava para o supérfluo da arte e da literatura. O tempo de Péricles na Grécia; o de Augusto, em Roma; o Renascimento em toda a parte subcultura da Europa – com a imprensa, as navegações, as invenções –; o de Luís XIV; o da Rainha Vitória... foram esses períodos, e a situação política e econômica do mundo os explica, literariamente. (p. 11)

Assim, a boa literatura, a “literatura pura”, não poderia resistir ao conturbado começo do séc. XX, período em que estavam em perspectiva, segundo o autor, apenas os “valores imediatos”: “marxismo, oratória eleitoral, história tendenciosa, religião, conhecimento, divulgação científica, economia, técnica...” (p. 11-12). O espírito literário, dessa forma, se encontraria em “crepúsculo” na sua época, valendo-se apenas de duas “armas desmoralizadoras”: o “reclamo”, pelo qual os “jornais literários” são pagos para louvar a mercadoria própria e difamar a concorrente, e o “prêmio literário”, que se consegue “pela intriga, ameaça ou conjuração”. (p. 12-13)

Em seguida há uma ligeira digressão sobre a origem dos alfabetos, encerrando-se o capítulo com alguns parágrafos nos quais é enfatizada a importância da invenção da imprensa no desenvolvimento da literatura, não esquecendo o professor da Universidade do Rio de Janeiro de vaticinar a permanência da expressão escrita nos tempos futuros, apesar das novas formas de arte e entretenimento trazidas pelo progresso tecnológico:

*É que o progresso nunca suprime o passado: aperfeiçoa-o. O disco, a fita, o rádio, prescindem de quem saiba ler; servirão, portanto, a imensas multidões, até de iletrados... Como impressões vivas e efêmeras elas se esquecerão brevemente. As impressões do livro serão as demoradas. A memória da humanidade serão eles, esses livros, *scripta manet*. O presente e o futuro não dispensam o passado. O futuro não conta, porque não existe ainda, e o presente, só o que vale, é apenas, na bela palavra de Bergson, a ponta extrema do passado. A literatura, pois, é arte eterna. (p. 17)*

No Capítulo II, que trata do “objeto da literatura”, esta é definida como “arte da escrita, escrita destinada a uma emoção estética”, diferenciando-se da ciência tanto pelo seu “conteúdo” – no caso da obra científica, o conteúdo seria a transmissão de conhecimento –, quanto pelo seu “continente”. Se, entretanto, além de instruir, a transmissão de conhecimento agrada ao leitor, então a obra é ao mesmo tempo científica e artística – ciência pela “idéia” e arte pela “forma” –, o que nos faz lembrar da definição dada pelo Cônego Fernandes Pinheiro, que considerava literários os escritos em que o útil pudesse aliar-se ao agradável. (p. 18)³²⁵

Ao fazer a distinção entre prosa e poesia, o autor é sucinto e conservador, afirmando que a primeira “é a expressão sem medida”, enquanto a segunda é cadenciada, “música em palavras”, diferença que não autoriza, a seu ver, qualquer tentativa de hibridismo dos dois gêneros, taxada como “deplorável”. O “estilo”, na sua opinião, é sempre algo pessoal do escritor, no que é mencionada a seguinte expressão de Buffon: “le style est l’homme même”. (p. 18-20)

Quando trata dos “gêneros literários”, suas definições parecem mais atualizadas. Criticando a “noção biológico-naturalista”, que os compara aos “gêneros animais e vegetais, da história natural”, diz Afranio Peixoto:

Não há nem perenidade, nem evolução, nem mutação; há fadiga de uso, novas modas conseqüentes. Os chamados gêneros são formas originais descobertas pelo gênio, imitados, seguidos, e abandonados, esquecidos, talvez ‘reivindicados’, tempos depois. O soneto, que veio dos Provençais, de Gerard de Bourneil, ou de Pedro das Vinhas, tem tido, desde o século XIV, seus grandes poetas: Petrarca, Ronsard, Shakespeare, Camões, Lope de Vega, Quevedo, Bocage, os Parnasianos, Heredia... morrendo e renascendo. Agora mesmo está morto, ninguém faz mais sonetos. Quando o esquecerem, um inovador o inventará. (p. 21)

³²⁵ Cf. a definição do Cônego Fernandes Pinheiro no presente trabalho, p. 100.

Por outro lado, a classificação é quilométrica. Os “gêneros poéticos” clássicos – épico, lírico e dramático – desdobram-se numa série de subgêneros, classificados da seguinte maneira: “gênero épico – poema heróico, herói-cômico, descritivo, didático, fábula, sátira, epístola, pastoral e romance popular”; “gênero lírico – hino, ode, canção, elegia e soneto”; “gêneros líricos menores: ditirambo, epitalâmio, epigrama, madrigal, glosa, acróstico, anfiguri, nênia, epitáfio e epicédio”; “gênero dramático – tragédia, comédia, drama e peça”; “gêneros dramáticos menores: mistérios, autos sacramentais, mimos, entremezes, sainetes e burletas”. (p. 22-25)

Entre os gêneros da prosa, são arrolados o “epistolar”; o “didático”; o “narrativo”; o “oratório”; “a história”; “as memórias”; “a crítica”; “os ensaios”; “os contos”; “novelas”; “romances”; “discursos e tratados científicos ou morais”, desde que “escritos com arte”. O professor também subdivide o gênero romance, mencionando ainda a “paródia”, o “pasticho”, a “mistificação” – exemplificada pelos *Poemas de Ossian* – e o “folclore”. (p. 25-27)

A crítica é um gênero considerado decadente, já sem a “primitiva função” que lhe conferiram “Horácio ou Boileau”, restringindo-se a passar “informações interesseiras, tendenciosas, parciais”:

*Ao crítico conferia Goethe a função honrosa de prolongar o artista criador, ressaltando as belezas da obra-prima. Se era incapaz, logo se desprestigiava, por isso, a crítica; se capaz, quisera ser mais que colaborador e comparar-se a esses mesmos criadores. Tal Saint-Beuve, o romancista peço de *Volupté*, o poeta mediocre de *Joseph Delorme*, que, por isso, detratou invejosamente, ou omitiu despeitado, a todos os grandes contemporâneos, de Hugo a Vigny, de Baudelaire a Flaubert. (p. 28-29)*

Mesmo assim, o autor não deixa de subdividir o gênero, para isso servindo-se da classificação adotada por Gustave Rudler: “crítica geral”;

“crítica de restituição”; “crítica das fontes”; “crítica da gênese”; “crítica da influência”; “crítica sociológica” e “crítica psicológica coletiva”. (p. 30)

A história literária é tida como uma obra de ciência natural, já que estuda os fatos literários “com determinações sociológicas que não fogem à sua ambiência, de lugar, tempo e humanidade” – ou seja, ainda vigoravam, no autor, os pressupostos taineanos de “race”, “milieu” e “moment historique”, apesar de sua crítica ao que chama de “noção biológico-naturalista”. (p. 31)

O estudo da literatura inglesa (Capítulo X³²⁶), assim como o das outras literaturas, é precedido por um quadro cronológico intitulado “Sincronismo Social” e encerrado com uma “Nomenclatura”, onde estão os esboços biobibliográficos dos escritores. A parte narrativa, de dez páginas (p. 315-325), é uma apressada enumeração dos mais importantes autores britânicos, do “monge franciscano, inovador, físico, óptico, longínquo precursor do método experimental” “Rogério” Bacon ao “poeta, dramaturgo, ensaísta, esteta” Oscar Wilde (p. 315-325), limitando-se o professor a qualificar cada obra ou figura literária com uma série de epítetos elogiosos, na maior parte lugares-comuns:

O gênero de ensaios históricos, sociológicos, econômicos, filosóficos, artísticos, é representados por escritores de primeira ordem: o solene e justo Macaulay, oracular como Tácito ou Taine; Carlyle, bárbaro e profundo, original e imprevisto; Buckle, tratando da História da Civilização na Inglaterra com determinismo e experimentação; Herbert Spencer, cuja síntese filosófica pareceu, a muitos, digna de um Aristóteles no Século XIX; John Ruskin, cuja ‘Religião da Beleza’ acendeu fogueiras de entusiasmo estético... Oscar Wilde teve o gênio aureolado pela desgraça; poeta, dramaturgo, ensaísta, esteta. (p. 325)

O período elisabetano (p. 317-319) é assim resumido pelo autor:

³²⁶ A coincidência na numeração dos capítulos entre as obras de Afranio Peixoto e F.T.D. pode ser explicada pela obediência de ambos os autores ao programa oficial de literatura geral, expedido pela já referida Portaria de 24 de março de 1929.

O século XVI é o fastígio literário da Inglaterra, chamado período “elisabethano”, por coincidir com o reinado de Elisabeth que, entretanto, nada concorreu, diretamente, para esse surto literário: ao contrário, ela deixou Spenser morrer de miséria, em Londres. A prosperidade da Inglaterra fazia sua literatura. (p. 317)

Antes de falar de Shakespeare – que, como de costume, é o autor que ganha mais destaque entre os elisabetanos (p. 318-319) –, Afranio Peixoto tece brevíssimos comentários a respeito de Spenser, “poeta que imitou Teócrito e Virgílio, em seu *Calendário do Pastor*, e na *Rainha das Fadas*, de encantadora fantasia”; John Lyly, “precioso autor de *Euphues*”; Philip Sidney, que “funda a crítica literária com a *Defesa da Poesia* e o romance pastoral com a *Arcádia*, derivada da de Sannazaro”; Christopher Marlowe, “morto jovem, vagabundo, libertino, rixoso, entretanto lírico poderoso, escreve um *Eduardo II* e o *Doutor Fausto*, lenda medieval, aproveitada, depois, por Goethe”; e Francis Bacon, cujo *Novum Organum* “é o prefácio da ciência moderna, pelo estudo da indução e do método experimental”. O professor ainda acrescenta, a respeito do filósofo inglês: “capaz de obra literária, atribuem-lhe certos críticos, até hoje, a obra colossal de seu contemporâneo, o maior poeta dramático do mundo”. (p. 318)

Sobre Shakespeare, “grande poeta lírico e autor de sonetos incontestáveis”, cuja glória se iguala à “dos três clássicos gregos, juntos” ou “dos dois trágicos franceses reunidos”, diz Afranio Peixoto:

Sua obra é uma coleção de obras primas, tomados os temas, um pouco por toda a parte, gregos, latinos, italianos, ingleses, dinamarqueses: Hamleto, Othello, Romeu e Julieta, Macbeth, O Rei Lear, A Megera Domesticada, A Tempestade, Timon de Atenas, Júlio César, Ricardo III, etc. (Ibid.)

Em seguida, o autor – a exemplo de “certos críticos” – passa a levantar suspeitas quanto à existência de Shakespeare, alegando que os seus “estudos

deficientes” não lhe conferiam dignidade para tamanha obra (“em 24 anos, 30 peças”):

Portanto, não é de estranhar quem diga que é o pseudônimo de Francis Bacon, o chanceler, que se não dignava de subscrever literatura, então menosprezada. A grande dama que foi Mme. De Lafayette não fez aparecer obras suas sob o nome de Segrais, hoje apenas conhecido por isso? (p. 319)

Ainda na mesma página é reservado um diminuto espaço para o também elisabetano Ben Jonson, que “teve êxito na comédia *Cada Qual com Seu Caráter, A Mulher Calada*”, passando o autor a falar – no mesmo parágrafo – de John Dryden, escritor pertencente ao período posterior.

A “literatura anglo-americana” é vista com olhos bastante simpáticos. Sua história, contada em breves seis páginas (p. 517-523) – desde a chegada dos “Peregrinos” à “terra prometida” até a era do cinema, sendo Edgar Allan Poe considerado o seu “maior artista” – é marcada pelo mesmo tom laudatório já observado no estudo da literatura inglesa:

A jovem literatura americana é pródiga e pujante; dominam romancistas: Edith Wharton, Sinclair Lewis, Theodor Dreiser. Grande dramaturgo é Eugene O’Neil. Poetas numerosos. Ensaístas pródigos e paradoxais. A fita cinematográfica é uma literatura muda; agora sonora mas sem letras. Há que considerar seu efeito estético e ético sobre a multidão, pouco exigente e impressionável. (p. 523)

O livro termina com o Capítulo XIX, intitulado “Conclusões: Literatura Comparada”, que nada mais é do que uma tentativa de corroboração da sua tese inicial, de que “a literatura é o sorriso da sociedade” (p. 570), o que faz com que o autor procure encontrar analogias entre as literaturas estudadas, no intuito de comprová-la, retomando assim todas as citações do Capítulo I.

4.6. *História Universal da Literatura* (1936)

É bem possível que obras como as de Afranio Peixoto e F.T.D., ainda regidas pelo programa publicado em 1929, tenham sido utilizadas no ensino de literatura geral – dado nas duas séries do curso complementar pré-jurídico das instituições de estudos secundários do país a partir da reforma de 1931 – até 1936, ano em que o novo programa da disciplina foi expedido, quando o reformador Francisco Campos já havia cedido lugar a Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde Pública³²⁷, pois a partir de então uma série de compêndios do gênero começaram a ser produzidos, aparecendo dois ainda no mesmo ano: a *História Universal da Literatura*, de Estevão Cruz, e *Literaturas Estrangeiras*, de A. Velloso Rebello.

O primeiro, destinado a cobrir as duas séries do curso complementar, divide-se em dois volumes³²⁸. O autor, mais um polígrafo de livros didáticos que já tivera sete obras editadas pela Livraria do Globo³²⁹, assim oferece o seu “presente humilde”, na “Epístola aos Leitores”, datada de 28 de novembro de 1935:

³²⁷ Como foi visto, com o novo programa, expedido pela Portaria de 17 de março de 1936, a literatura teve pela primeira vez objetivos, metodologia e conteúdo bem definidos e sistematizados, ocupando um lugar de primazia em relação às demais disciplinas. A literatura inglesa, na primeira série, era estudada do “período inicial” – Chaucer – até o “pré-rafaelismo”. Na segunda série, onde eram ensinadas as literaturas americanas e as européias contemporâneas, estudava-se da “era vitoriana” até “os jorgeanos e contemporâneos”. (Cf. Joaquim de Campos Bicudo, op. cit., p. 226; 229; 237).

³²⁸ 1.º vol: Literatura – Noções Gerais (p. 13-36), Literatura Chinesa (p. 37-50), Literatura Indiana (p. 51-86), Literatura Egípcia (p. 87-115), Literatura Babilônico-Assíria (p. 116-130), Literatura Hebraica (p. 141-188); Literatura Grega (p. 189-316); Literatura Latina (p. 317-405); 2.º vol: Literatura Francesa (p. 5-18), Literatura Provençal (p. 19-138), Literatura Italiana (p. 139-247), Literatura Espanhola (p. 248-333), Literatura Portuguesa (p. 334-444), Literatura Brasileira (p. 445-533), Literatura Inglesa (p. 534-611), Literatura Alemã (p. 612-710). (CRUZ, Estevão – *História Universal da Literatura*: para uso das escolas, e de acordo com os programas oficiais vigentes. Porto Alegre: Globo, 1936, 2.v.).

³²⁹ As obras não têm indicação de data: *Do Grito, à Palavra, Antologia da Língua Portuguesa* (4. ed.); *Vocabulário Ortográfico* (2. ed.); *Compêndio de Filosofia* (2. ed.); *Programa de Latim*; *Programa de Vernáculo – 1.ª e 2.ª séries*; *Teoria da Literatura*. (Informação contida na contracapa do 1.º volume do livro).

Espero, pois que o recebais. Adotado ou não na vossa classe, havereis de ler a obra sem vos desencorajardes diante da sua extensão: o vosso apetite não é mais o de crianças, senão o de robustos e bem orientados devoradores de boa leitura, donde cada dia e a cada passo ides tirando o material para construção de uma sólida cultura. (p. 8-9)

Ainda na mesma “epístola”, Estevão Cruz considera “as fontes onde foram bebidos os conhecimentos”, afirmando que todas as referências estão citadas em notas de rodapé, no decorrer do livro, com o máximo de cuidado para não “entretecer uma colcha de retalhos” (p. 9). Quanto ao método, diz o autor ter tratado todas as literaturas da mesma maneira, ao elaborar “quadros que, com pouca diferença, puderam amoldar-se a qualquer uma delas” (p. 10), encerrando sua carta com explicações acerca da “linguagem em que a obra está vazada” – em nada se afastando do “vocabulário mais comum”:

(...) Em cada trecho de exposição há uma seqüência lógica de idéias e de fatos, o que permite ao discípulo fácil memorização do conteúdo, oferecendo à sua reminiscência os elementos para, com um pouco de reflexão, reconstituir o assunto, quando isso se fizer mister. (Ibid.)

Na “Introdução” (Literatura – Noções Gerais – p. 13-21), a literatura é definida como “o conjunto das produções do intelecto humano, faladas ou escritas, que despertam o sentimento do belo pela perfeição da forma e pela excelência das idéias”, sendo as suas “acepções mais usuais” as seguintes: “filosofia literária” – estudo de suas leis permanentes; “história literária” – estudo das obras, faladas ou escritas, de um país ou de vários países; “filosofia da história literária” – aplicação do estudo das leis ao estudo dos fatos; e “arte literária” – a obra literária concebida com seu elemento estético (p. 14-15), acrescentando o autor, em relação ao “objeto da literatura”:

Na verdade, a idéia e a forma são uma só coisa; não se podem separar, como se não separa o músculo da carne. É impossível exprimir uma idéia que não tenha uma forma, como se não pode conceber que uma criatura humana não tenha alma e corpo. Quando se muda a forma, muda-se a idéia, e, assim, a modificação da idéia arrasta a da forma. (p. 15-16)

Ao tratar da “origem da literatura”, Estevão Cruz explica o seu “fundamento biológico” e os seus “fatores étnicos e sociais”, justificando sua “evolução” pelos elementos “estáticos” e “dinâmicos” a ela inerentes. Para tanto, são citados Letourneau (*L'Evolution Littéraire*), M. dos Remédios (*História da Literatura Portuguesa*) e Teófilo Braga (*Curso de História da Literatura Portuguesa*), além de Schlegel, a propósito da “relação indispensável entre a escrita e o povo”. (p. 18-21)

É dedicado um capítulo à “arte literária em sua unidade” (Capítulo Segundo – p. 22-28), onde são estudados os “momentos da obra literária”, desde sua “concepção” – invenção e disposição –, passando pela sua “composição” – estilo e linguagem –, até a sua “publicação” – o público e a crítica, esta definida como “um análise das produções do talento literário: um ato lógico que supõe o gosto (juízo estético) e ilustração (conjunto de princípios)”. (p. 28)

Os gêneros literários são conceituados no Capítulo Terceiro (p. 29-36), intitulado “a arte literária em sua variedade”. A poesia, tida como “expressão da beleza, mediante uma forma artística de linguagem”, é dividida em “poesia épica” – epopéia, poema didático, poema histórico, poema herói-cômico e sátira; “poesia lírica” – ode, elegia, canção, soneto, madrigal e poesia bucólica; e “poesia dramática” – tragédia, comédia (“de caráter, de enredo ou de costumes”) e drama (subdividido em “drama trágico”, “tragicomédia”, “alta comédia”, “drama psicológico”, de “ação” e “filosófico”). São ainda classificadas a “didática” – que abrange a “narração” e a “descrição” e é

dividida em “filosofia” e “história” – e a “oratória” – dividida em sagrada, forense, política e acadêmica –, ficando de fora os gêneros modernos.

O estudo da literatura inglesa, como o das demais literaturas, é precedido de uma análise dos seus “elementos estáticos” – a raça e a língua –, sendo traçado em seguida um panorama histórico que vai das “primeiras manifestações literárias” até o período “contemporâneo”³³⁰. A narrativa de Estevão Cruz, seguindo o modelo biobibliográfico, divide em três tópicos os textos dedicados aos principais escritores: a) biografia, b) bibliografia e c) crítica. Os “menores”, quando não ganham uma breve nota, são apenas mencionados. Quanto às “fontes” indicadas, o autor cita William Savage (*Manuel de Langue Anglaise*), M.M. Arnold Schröer (*História da Literatura Inglesa*) e L. Cazamian (*História da Literatura Inglesa*).

O “período da rainha Elisabeth”, situado no Capítulo Nonagésimo-Primeiro, estuda os “precursores de Shakespeare” – Edmund Spenser (p. 551-553) e Philip Sidney (p. 553) –, e os “contemporâneos de Shakespeare” – John Lyly (p. 554), Christopher Marlowe (p. 554) e Francis Bacon (p. 554-555) – antes de abordar o célebre bardo inglês, a quem são dedicadas as páginas restantes do capítulo (p. 555-564).

Utilizando-se dos dados e comentários da *História da Literatura Inglesa* [?] de M.M. Arnold Schröer, autor citado em nota de rodapé, Estevão Cruz escreve uma biografia de Spenser, descrevendo sucintamente as seguintes obras: *Shepherd's Calendar*; *The Faerie Queene*; *Epithalamion*, “canto de

³³⁰ A divisão periodológica adotada pelo autor é a seguinte: a poesia anglo-saxônica primitiva (p. 539-545); os primórdios do Renascimento (p. 546-549); o período da Rainha Elizabeth (p. 550-564); o período dos Stuart (p. 565-572); o período da Rainha Ana (p. 573-585); o período romântico (p. 586-603); literatura contemporânea (p. 604-611).

júbilo para as suas próprias bodas”; e a coletânea de sonetos *Amoretti*. Quanto à sua “crítica”, diz o professor gaúcho:

(...), *Spenser foi um verdadeiro poeta. Reina a mais perfeita harmonia entre a sua maestria artística de expressar-se, o seu poder de estruturação e o magnífico vôo das idéias. Além disso, ele é um inglês genuíno, que sabe não só aliar, a ideologia e as formas da poesia artística cortesã, erudita, como as nacionais, herdadas, mas também imprimir-lhes o espírito nacional.* (p. 554)

A nota biográfica dedicada a Sidney é bem menor, limitando-se o autor a dizer que o diplomata inglês tinha sido “amigo íntimo de Edmund Spenser”. As obras citadas são: *Defesa da Poesia*, “obra que criou na Inglaterra a crítica literária”; *Arcádia*, romance de cavalaria “inspirado na *Arcádia*, de Sannazaro, na *Menina e Moça*, de Bernardim Ribeiro, e ainda, segundo alguns, na *Diana* de Jorge Montemor”; *Apologia da Pátria* e *Astrophel e Stela*. No curto parágrafo de sua “crítica”, é destacado o fato de Shakespeare ter aproveitado “largamente os seus romances e as suas produções”.

Os “contemporâneos de Shakespeare” ganham apenas um parágrafo cada, no qual são citados alguns dados biográficos, suas principais obras e é feito um rápido comentário crítico. Assim, de John Lyly são mencionadas as peças *Campapse*; *A Mulher da Lua*; *A Mãe Bombie*; *Safo e Faon* e *Midas*, além de seus romances *História de Euphues* e – sua continuação – *Euphues e a sua Inglaterra*. De Marlowe, considerado o “fundador do drama nacional inglês”, o autor menciona o seu *Fausto*; *Dido*; *Judeu de Malta*; *Eduardo II* e *Tamerlão o Grande*. De Bacon, que “pode até certo ponto ser considerado como o criador da prosa contemplativa” com os seus *Ensaio*s, são enumeradas as seguintes obras: *Tratado do valor e do progresso da ciência divina e*

humana; De dignitate et augmentis scientiarum; Sobre a ciência dos antigos; Pensamentos e vistas sobre a interpretação da natureza; História de Henrique VIII e “muitas outras mais”.

Ao tratar de Shakespeare, Estevão Cruz escreve uma farta biografia, fornecendo inclusive a data de casamento de suas duas filhas Susana e Judite, pouco antes de sua morte. Após fixar em trinta o número de suas peças – compostas, segundo o autor, entre 1590 e 1614 –, há uma tentativa de esclarecimento quanto à tão debatida questão da autoria de suas obras:

Nos inúmeros estudos e incontáveis pesquisas feitas sobre Shakespeare por espíritos eruditos, não deixaram de aparecer as coisas mais absurdas. Entre estas, surgiu a idéia de que o Shakespeare histórico não podia ter sido o autor das obras transmitidas sob o seu nome, por ser incompreensível a estes espíritos irrefletidos e tendenciosos que o grande gênio pudesse ter produzido tais obras, quando nem sequer tinha feito um curso humanístico, quanto mais estudos superiores, e nem viajara pelos diversos centros de cultura da Europa. Tudo isso, porém, foi suficientemente rebatido, inclusive a hipótese de Bacon. (p. 556)

Sua bibliografia é dividida em quatro períodos: o dos “seus primeiros poemas juvenis” (1588-1593) – *Penas de Amor Perdidas; Venus e Adonis; A Violação de Lucrecia; Comédia dos Erros; Os Dois Gentilhomens de Verona; O Sonho de Uma Noite de Verão e Ricardo III* –; o “de equilíbrio e de serenidade” (1593-1601) – *Romeu e Julieta; João-Sem-Terra; Henrique IV; Henrique V; O Mercador de Veneza; Muito Barulho por Nada; As You Like it; Tudo é Bom que Termina Bem; A Megera Domada e As Alegres Comadres de Windsor* –; o dos “dramas lúgubres” (1601-1608) – *Júlio César; Hamleto; Otelo; Macbeth; O Rei Lear; Antônio e Cleópatra; Coriolano e Péricles* – e o “da profundidade resultante da experiência adquirida” (1608-1613) – *Cymbeline; Conto de Inverno; A Tempestade e Henrique VIII.*

Em seguida são resumidas as seguintes peças: *Muito Barulho por Nada*; *As Alegres Comadres de Windsor*; *Hamleto*; *Otelo* e *Romeu e Julieta*. Na sua crítica, que nada mais é do que uma série de sentenças laudatórias sobre o “maior dramaturgo da literatura universal”, Estevão Cruz mais uma vez se vale de Arnold Schröer, citando um parágrafo inteiro da sua *História da Literatura Inglesa*. No final, diz o autor:

Shakespeare criou perto de setecentas personagens; e todas, mesmo as menos importantes, possuem uma individualidade própria, característica. Segundo a feliz comparação de Goethe, eram todas relógios transparentes, que, além de indicarem as horas, deixavam ver o seu maquinismo interior. Muitos dos seus “tipos” característicos granjearam celebridade como: Otelo, o trágico ciumento; Hamleto, de elevado espírito e coração bondoso, mas inconstante e débil de caráter; Romeu e Julieta, os jovens amantes; o judeu Shylock e muitos outros mais que nos dão prova da sua eloquência e da sua comoção na pintura das paixões trágicas, no que ninguém o sobrepujou. (p. 564)

Apesar de conservadora nos conceitos e julgamentos, e de excluir a literatura norte-americana do elenco das literaturas estudadas, a obra de Estevão Cruz deve ter sido de muita utilidade didática, tanto pela excelente qualidade de sua impressão, que reproduz os retratos dos principais escritores de cada país, quanto pela sua grande quantidade de informações – biográficas como bibliográficas.

4.7. *Literatura Estrangeiras* (1936)

Tal não é o caso de *Literaturas Estrangeiras*, de A. Velloso Rebello, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro³³¹. Sem qualquer tipo

³³¹ Informação da folha de rosto do livro. (REBELLO, A. Velloso – *Literaturas Estrangeiras*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1936).

de preocupação metodológica ou didática, o autor limita-se a “narrar o que outros fizeram”, destinando seu livro, no prefácio, “aos que, completamente leigos nas letras, procurem uma indicação metódica dos maiores vultos e dos mais altos monumentos das principais literaturas, antigas e modernas”.³³²

Velloso Rebello se mostra bastante humilde em relação ao seu compêndio, afirmando que “este não aspira senão lugar muito modesto entre os que já foram publicados”, no que passa a citar os “mestres estrangeiros” que produziram trabalhos importantes do gênero: La Harpe, Vapereau, Taine, Loliée, Lanson e Chuquet. (p. 5-6)

Em seguida há uma digressão a respeito da ortografia adotada: a antiga, o que não o impede de reconhecer “a necessidade de uma reforma” e acusar os puristas de “despotismo lingüístico” – expressão emprestada de Latino Coelho. Justificando a exclusão da literatura portuguesa do seu livro, diz o autor: “excluí a literatura portuguesa por considerá-la um pouco nossa, pelo menos quanto à língua em que é escrita e, se me perguntassem quais os escritores genuinamente brasileiros, responderia que apenas quatro ou cinco”. (p. 7)

A utilidade do estudo da literatura geral, a seu ver, reside na “largueza do pensamento” por ela propiciada, assim como na aquisição da “cultura clássica e européia”, algo legitimado pela “formação heterogênea da nossa raça”, bem como pela atração dos nossos escritores por modelos estrangeiros:

Penso não errar afirmando que temos romancistas e cronistas parisienses, novelistas que pelo 'humour' seriam compreendidos pelos ingleses, cientistas

³³² Estas são assim divididas: literaturas asiáticas (p. 9-23); literatura hebraica (p. 25-26); literatura grega (p. 27-74); literatura latina (p. 75-135); literatura francesa (p. 136-267); literatura italiana (p. 268-298); literatura espanhola (p. 299-323); literatura inglesa (p. 324-362); literatura alemã (p. 363-395); literatura austríaca (p. 396-402); literatura russa (p. 403-417); literatura polona (p. 418-420); literatura nórdica (p. 421-435); literatura tchecoslovaca (p. 436-437); literatura romena (p. 438-440); literatura belga (p. 441-458); literatura holandesa (p. 459-463); literatura suíça (p. 464-467); literatura anglo-americana (p. 480-536).

alemães e até professores que nas suas cátedras professavam doutrinas 'soviéticas'.
(p. 7-8)

A história da literatura inglesa é contada desde os seus primórdios até a época vitoriana³³³, num esquema cronológico em que são privilegiadas as biografias dos principais autores abordados, em detrimento do contexto histórico ou do grupo ou escola literária à qual estão associados. O séc. XVI, época do “império soberano das letras”, é visto em oito páginas (p. 327-333), sendo Edmund Spenser, “o maior escritor desses tempos”, o primeiro escritor estudado (p. 327-329):

Já se escreveu que Elizabeth, protetora das letras, foi por esse lado a verdadeira rainha inglesa, apesar de ter sido mulher, atrozmente pessoal, com todas as suas qualidades e defeitos, expressão de grandeza em tudo, menos na do coração.

O seu nome ficou ligado ao do esplendor da literatura inglesa e o século inteiro pertenceu a ela, que assim ofuscou o reinado do seu sucessor. (p. 327)

Citando Taine, Velloso Rebello faz um ligeiro esboço biográfico de Spenser e descreve sucintamente o *Calendário do Pastor* e “sua obra principal”, *A Rainha das Fadas*, cuja “forma de versificação, que é a oitava italiana, modificada, foi imitada por Byron”.

A respeito de Francis Bacon (p. 329-331), “o maior prosador de então”, diz o autor que sua principal obra é o *Novum Organum* (1620-1623), “assim como” *De Augmentis Scientiarum*, “em que ele propôs a renovação da ciência”. É ainda comentado seu ponto de vista filosófico – com o auxílio de Taine –, e mencionado, de passagem, o fato de ter sido ele o introdutor do ensaio na Inglaterra.

³³³ Os períodos da literatura inglesa estão assim divididos: das origens a William Dunbar (p. 324-327); o séc. XVI (p. 327-333); o séc. XVII (p. 333-337); o séc. XVIII (p. 337-342); o séc. XIX (p. 342-462).

A “Cristóvão” Marlowe é dedicado apenas um parágrafo, no qual são citadas as peças *Tamerlão*, *A Vida e a Morte do Dr. Fausto* e *O Judeu de Malta*, afirmando o autor que o jovem dramaturgo “pertenceu à família dos escritores boêmios de vida licenciosa como Baudelaire, Edgar Poe, Verlaine ou Mallarmé”. (p. 331)

William Shakespeare ocupa o restante do capítulo (p. 331-333). Assim como Estevão Cruz, autor do compêndio anteriormente comentado, Velloso Rebello descarta a idéia de Francis Bacon ter escrito as obras do criador de *Hamleto*, alegando que “Frank Harris, com um conhecimento exato e refletido do texto shakespeariano e de trabalhos anteriores, reconstruiu toda a trajetória da sua existência”.

Além do *Hamleto*, são mencionadas as seguintes peças: *Macbeth*, “o rude Macbeth, como diz George Brandes”; *Adriana*; *Venus e Adonis* e *Othello*. Sobre suas personagens, diz o autor: “os seus personagens saíram da sua roda íntima e quando ele os põe em cena sente-se que são os seus parentes ou ele mesmo que figuram vindo mais da sua memória do que da sua imaginação”. (p. 333)

O capítulo dedicado à literatura “anglo-americana” (p. 468-479) tem uma estrutura diferente: depois de uma breve consideração sobre os seus aspectos gerais, seguem-se alguns esboços biográficos onde são estudados Edgar Poe – o que ganha mais destaque –; Mark Twain; Benjamin Franklin; Fenimore Cooper; Beecher Stowe; Emerson; Walt Whitman e William James (?). Sua opinião pessoal a respeito das letras norte-americanas não é das mais simpáticas:

A literatura norte-americana não é rica e pode se dizer que o espírito do povo é mais prático e dado aos cálculos comerciais do que aos trabalhos da inteligência.

Sem embargo, pelo seu espírito inventivo, a América do Norte muito tem contribuído para o progresso da humanidade. (p. 468)

4.8. *English Literature* (1937)

Duas exceções em relação à maioria dos compêndios publicados durante a vigência da Reforma Francisco Campos são *English Literature*, de Melissa Stodart Hull e Machado da Silva, e *An Outline of English Literature* (1938), de Neif Antonio Alem, uma vez que se trata de livros específicos de história da literatura inglesa, ambos escritos em inglês.

O primeiro, de 1937 – pioneiro do gênero no Brasil e também o mais completo – divide-se em três partes – indicadas como subtítulo –, nas quais estão: 1) um “historical outline” das literaturas inglesa e norte-americana (p. 9-64); 2) “biographies, representative extracts and commentaries” dos principais autores ingleses – de Chaucer a H.G. Wells (p. 69-365) – e norte-americanos – de Washington Irving a Sinclair Lewis (p. 369-409) –; 3) algumas “chronological tables” dispostas: 3.1) os “sovereigns of England” (p. 413-415), 3.2) uma “historical chronology” (p. 417-432), 3.3) uma “list of English writers” (p. 433-440), 3.4) outra de “American authors” (p. 441-443), 3.5) um quadro sobre “contemporary literature” (p. 445-447) e finalmente uma série cronológica de trechos de vários autores intitulada “what some of his countrymen and others thought of Shakespeare” (p. 449-475). No final do

livro, há um “literary map of England”, incluindo escritores escoceses e irlandeses.³³⁴

M.S. Hull e Machado da Silva nada dizem a respeito dos objetivos e do método do seu compêndio no “Foreword” que precede a sua primeira parte, limitando-se a justificar o uso recorrente de “representative extracts”, que na visão dos autores são muito mais proveitosos do que a simples memorização de nomes, obras e datas:

It is more useful to the student to read representative extracts from great writers, to learn to know them at first hand, and understand their relation to the age of which they were a product and their influence upon it, than merely to memorise lists of writers, works and dates. (p. 5)

Muito embora não sejam indicadas as fontes teóricas ou historiográficas do livro, sua definição de literatura – situada no mesmo “foreword” – deixa transparecer as suas bases ao mesmo tempo românticas e naturalistas:

*Literature grows out of life. In its turn it reveals life. It has been called “a criticism of life” and “the interpretation of life”. It interprets to the reader not only the individuality of the writer, **but the spirit of the age, the characteristics of the race, the forms of nationality** [grifo nosso]; and if it is great literature, it is a wider revelation of our common and fundamental humanity, transcending all limits of nation, race, epoch or personality. (p. Ibid.)*

A história da literatura inglesa é contada a partir de “The Age of Chaucer”³³⁵, ficando excluídos o período anglo-saxônico, também chamado “Old English Period”, e os séculos de ocupação normanda, ou “The Middle English Period”. A narrativa, como se percebe pelos nomes dos capítulos, se

³³⁴ Os dados acima foram verificados na quinta edição do livro. (HULL, M.S. e SILVA, Machado da – *English Literature*. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1946).

³³⁵ A divisão periodológica adotada pelos autores é a seguinte: The Age of Chaucer (p. 9-12); The Age of Malory (p. 12-15); The Age of More (p. 15-18); The Age of Shakespeare (p. 18-23); The Age of Milton (p. 23-28); The Age of Dryden (p. 28-31); The Age of Pope (p. 31-36); The Age of Johnson (p. 36-40); The Age of Wordsworth (p. 40-44); The Age of Tennyson (p. 45-49); The Age of Kipling (p. 49-55).

desenvolve em função dos autores mais representativos de cada período, sendo os “menores” apenas citados – algo compensado pelos esboços biográficos e pelos excertos compilados na segunda parte do livro.

“The Age of Shakespeare: expansion and enthusiasm” (1550-1610), capítulo representado pelos “sixty seven years between the accession of Queen Elizabeth and the death of James I”, ocupa seis páginas do esboço histórico da literatura inglesa (p. 18-23), sendo iniciado com dois parágrafo sobre o Renascimento na Europa.

Em seguida, os autores passam a situar historicamente cada gênero literário, mencionando os nomes dos seus maiores representantes. Comentam primeiro os “tales of adventure and discovery”, representados por Hawkins, Raleigh, Frobisher e Drake. Depois o drama, citando os “University Wits” Lyly, Kyd, Peele, Lodge – “from Oxford” –; Greene, Nash, and Christopher Marlowe – “from Cambridge” – e o “sound classical scholar” Ben Jonson, “originator of the Comedy of Manners”. Entre o “crowd of Shakespeare’s contemporary dramatists”, são mencionados Webster, Ford, Beaumont, Fletcher, Massinger, “and somewhat later”, Shirley.

Os “non-dramatic poets” são representados por Spenser, “Sir Walter Raleigh’s friend” e autor de *Faerie Queene* e dos sonetos de *Amoretti*; pelos poetas anônimos das “miscellanies” *The Paradyse of Dainty Devises*, *A Handfull of Pleasant Delites*, *An Arbor of Amorous Devices* e *England’s Helicon*; pelos sonetos de Shakespeare; por *Astrophel and Stella*, de Sidney; “Daniel’s *Delia*” e “Drayton’s *Idea*”. Há também os “patriotic poets”, exemplificados por Warner, Daniel e Drayton, além da “metaphysical school”, “initiated by Donne” e “termed by Dr. Johnson”.

A prosa acha-se representada por Raleigh, Hollinshed e Foxe – “historians” –; Sidney, Webbe e Puttenham – “the critics, with their *Apologie for Poetry, Discourse of English Poetry, and Art of English Poesie* respectively” –; “Hakluyt’s *Voyages, Traffiques and Discoveries of the English Nation*”, “the best of many books of travel”; a *Ecclesiastical Polity* de Hooker e a *Authorised Version of the Bible*. São ainda destacadas as seguintes obras: *Euphues*, de Lyly; *Arcadia*, de Sidney; *Rosalynde*, de Lodge; *Pandosto*, de Greene; e *Unfortunate Traveller*, de Nash, todas elas “prose fiction that took the form of long romances”. O “greatest prose-writer” do período é Francis Bacon, “one of the great original thinkers of all time”, autor de *Advancement of Learning* e de *Novum Organum*, além dos *Essays*, “his chief contribution to general literature”.

Oito páginas são dedicadas à “American Literature” (p. 56-64), nas quais os autores apenas enumeram, dentro de um esquema cronológico preestabelecido³³⁶, as obras dos principais escritores norte-americanos³³⁷. Sua visão quanto ao aspecto geral dessa literatura, assim como a de Velloso Rebello, autor do compêndio anteriormente comentado, não é das melhores, sendo considerados os seus escritores mais antigos meros tributários das idéias, dicção e estilo dos britânicos – ingleses, escoceses e irlandeses:

If literature is the expression of nationality, it is only in the last seventy years that authors have arisen who are peculiarly American. For although their country figures largely enough in their writings, the ideas, diction and style of Irving and even Hawthorne are still as English as Lamb’s and Thackeray’s. England was their spiritual home, as it was of Emerson and Longfellow, whose works figure naturally in most anthologies of English Literature. Their roots were in the past, and their

³³⁶ Dizem os autores: “Following the course of history, the literature of America may be divided into: The Colonial Period (1600-1770); The Revolutionary Period (1770-1800); The Post-Revolutionary Period (1800-1860); The Civil War Period (1861-18665); The National and Industrial Period (1865-1935).” (Ibid., p. 56).

³³⁷ Nos “representative extracts, biographies and commentaries”, o mais representado é Edgar Allan Poe (p. 377-384).

past was identified with some English village, Scottish moor, or the green hill of Ireland. (p. 56)

Apesar de não explicitar as suas finalidades didáticas, como as obras até aqui comentadas, nem de estar escrito em linguagem facilitada, *English Literature* parece ter sido muito adotado – ou pelo menos vendido –, dada a facilidade com que é encontrado nos sebos do país, bem como o número de suas reedições – em 1962, estava na sétima.

4.9. *An Outline of English Literature* (1938)

Esta não foi a mesma sorte de *An Outline of English Literature*, de Neif Antonio Alem, livro da série *English Easily Spoken*, elaborado para “completar as exigências do programa em vigor”³³⁸. Na tentativa de adaptar o estudo da literatura inglesa ao “método direto”, o autor buscava superar o “desequilíbrio” causado pelas antologias e histórias literárias:

Em geral, as seletas e os compêndios de história da literatura costumam causar um desequilíbrio no ritmo do ensino da língua, e colocar o estudante em estado de completa desorientação, quando se ensina pelo método direto. Esse desequilíbrio é consequência lógica do entrelaçamento de dois sistemas completamente opostos. (p. 3)

Conforme Neif Antonio Alem, as noções de literatura inglesa exigidas pelo programa de inglês faziam com que se interrompessem os exercícios de conversação a que o aluno era gradativamente submetido, iniciando “a tradução fastidiosa de compêndios maçudos”. Seu livro, portanto, propunha-se a solucionar tal impasse da seguinte maneira:

³³⁸ Informação contida no prefácio do livro, datado de março de 1938. (ALEM, Neif Antonio – *An Outline of English Literature: método direto*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1940).

O livro todo foi escrito com 1250 palavras apenas, e nesse número estão incluídas todas as palavras usadas por mim no texto, e as usadas pelos trinta e um autores de primeira grandeza cujos trechos transcrevi. Essas palavras, juntadas às 2800 ensinadas no método aludido, perfazem um total de 4050 palavras. Número insignificante para ser aprendido em 3 anos. (p. 4)

Assim, *An Outline of English Literature* divide-se em quatro partes. A primeira é dedicada à história da língua (p. 5-14), havendo também um resumo dos períodos da literatura inglesa e um questionário em inglês no final do capítulo. A segunda é uma coleção de pequenos textos sobre os “leading features and authors of the various periods”, precedidos todos de rápido esboço histórico, com excertos facilitados – pela numeração e controle do vocabulário – dos principais escritores ingleses, além de questionários, no final³³⁹. A terceira parte trata da literatura norte-americana (p. 126-143), fazendo o autor um “general outline of its development” acompanhado de biografias e trechos dos norte-americanos mais célebres. A quarta, finalmente (p. 145-204), traz as expressões e observações das passagens mais difíceis, um “vocabulário geral” – com pronúncia e significação – e um “índice especial” para mostrar a “pronúncia exata” dos autores e dos livros.

“The Renaissance” (1558-1603), quarto capítulo do livro, de apenas três páginas (p. 28-30), cobre resumidamente todo o período elisabetano, começando com o Earl of Surrey, “introducer of the sonnet”; passando pelos poetas Edmund Spenser e Philip Sidney; os prosadores Francis Bacon, Sir Walter Raleigh e “again” Philip Sidney; os tragediógrafos Christopher Marlowe, George Peele e Thomas Kyd; até os dramaturgos contemporâneos

³³⁹ A divisão periodológica da literatura inglesa é a seguinte: The Anglo-Saxon Period (p. 15-17); The Norman Period (p. 18-21); The Age of Chaucer (p. 21-24); From 1400 to 1558 (p. 25-27); The Renaissance (p. 28-42); The XVIIth Century (p. 43-51); The First Half of the XVIIIth Century – Classicism (p. 52-60); The Second Half of the XVIII Century (p. 61-69); Romanticism (p. 70-92); The Victorian Age (p. 92-116); Contemporary Authors – The Twentieth Century (p. 116-126).

de Shakespeare: Ben Jonson, Francis Beaumont, John Fletcher, John Webster, Thomas Dekker, “etc”.

William Shakespeare, “the world’s greatest dramatic poet”, constitui um tópico à parte (p. 31-33), ganhando uma biografia de duas páginas e um breve comentário a respeito de suas mais famosas personagens. De suas peças – classificadas em “three classes: *tragedies, historical dramas and comedies* –, são citadas *Hamlet, Macbeth, Othello, Romeo and Juliet* (tragédias); *Julius Caesar, King John e Henry VIII* (dramas históricos); e *The Midsummer Night’s Dream, The Merchant of Venice, As You Like it, The Winter’s Tale* (comédias). São ainda resumidas *Hamlet, Macbeth, Midsummer Night’s Dream e The Winter’s Tale*, e transcrito um trecho – ato I, cena II – de *Julius Caesar*.

4.10. *História da Literatura Universal* (1939)

Em 1939 foi publicada a *História da Literatura Universal*, de autoria de Walter Fontenelle Ribeiro, que já havia produzido *Iniciação à Literatura* (?) e esperava produzir uma *História Completa da Literatura Brasileira*³⁴⁰. Sem indicar as fontes ou a metodologia adotada, o autor assim expõe, em nota que serve de prefácio ao livro, a utilidade do seu trabalho:

Não fiz obra de doutrina. É o que me cumpre dizê-lo. Não segui escolas. Não adotei métodos. Apenas, e alcançá-lo para mim é o bastante, uma história da literatura universal que esteja ao alcance de todos. O leitor compreenderá, logo, que este livro não é de todo inútil. (Ibid.)

³⁴⁰ Informações da folha de rosto e da nota introdutória do livro. (RIBEIRO, Walter Fontenelle – *História da Literatura Universal*. São Paulo: Boa Imprensa, 1939).

Com efeito, pela própria disposição da matéria, apresentada no “Índice Geral”, percebe-se que a sua história não obedece a nenhuma divisão periodológica estabelecida, sendo os curtos capítulos dedicados a temas e gêneros bem variados³⁴¹. A literatura inglesa é estudada muito rapidamente, desde as “invasões saxônicas e dinamarquesas”, passando pela transcrição de um trecho de *Macbeth*, até Dickens.

Sobre o período elisabetano quase nada é dito, restringindo-se o autor a afirmar que “a verdadeira poesia inglesa data de Spenser e Shakespeare no reinado de Isabel” (p. 76). Do primeiro é citada a *Rainha das Fadas*, que apesar de ser a “sua obra principal”, a seu ver, “é uma alegoria insípida”. Já Shakespeare ocupa um espaço bem maior (p. 76-79), ganhando uma biografia relativamente longa e tendo mencionadas, além de *Macbeth* – cujo trecho do assassinato do rei Duncan se encontra transcrito –, cinco peças: *Richard III*; *Romeo and Juliet*; *Othello*; *Julius Caesar* e *Hamlet*. No final, diz o autor:

Shakespeare, como Dante na Itália, tinha sobrepujado seu século. Nenhum nome grande eleva-se ao lado do seu, senão nas ciências positivas. A própria língua não tinha recebido essas formas flexíveis e graciosas que a poesia exige. Ben Jonson, Fletcher, Cowley e outros trabalharam utilmente para isso; e com Milton começa o período áureo da literatura inglesa. (p. 79)

No “índice da literatura moderna” (p. 113-116), outros ingleses são citados: D.H. Lawrence, “o Zola inglês”; Huxley, “que Érico Verissimo tão bem traduziu para o português”; Chesterton e “Bernardo” Shaw (p. 114-115). Da literatura norte-americana, “tumultuosa, inquieta, como os dias que

³⁴¹ Os capítulos são assim divididos: Literatura Latina (p. 11-20); Literatura Cristã (p. 21-36); Padres Gregos (p. 36-38); Padres Latinos (p. 38-40); Poesia Cristã (p. 40-45); Literatura Popular (p. 45-50); Idioma Italiano (p. 51-53); Literatura Francesa (p. 54-63); A Volta à Antigüidade (p. 65-66); Literatura Italiana (p. 67-70);

passam”, são destacados Sinclair Lewis; George Santayana; John dos Passos; Upton Sinclair; Pearl S. Buck; Eugene O’Neil e Edna St. “Vicente” Millay (p. 115-116). No final, o autor caracteriza a literatura da época “pela confusão e pelo excesso de doutrinas inaplicáveis”, acrescentando, como se estivesse a falar para os jovens que iriam seguir a carreira jurídica:

A literatura dos Homens sem Deus – a literatura dos nossos dias – tende a desaparecer para dar lugar à literatura da compreensão dos problemas sociais. Mas, para que haja isso, apenas se faz necessária a aplicação da justiça. E a justiça há de imperar! (p. 116)

4.11. História da Literatura (1940)

Do ano seguinte é a *História da Literatura* de José Mesquita de Carvalho, “ex-lente de latim e atualmente de literatura no Colégio Universitário de Porto Alegre, lente da língua nacional no Ginásio Estadual, membro da Academia de Letras do Rio Grande do Sul”³⁴². Assim como Estevão Cruz, que teve suas obras lançadas pela mesma editora, o autor em questão já havia escrito alguns volumes didáticos: *Gramática e Antologia Latina para a IV e V séries* (?) (2. ed.); *Gramática e Antologia Nacional para a I, II, III, IV e V séries* (?); *Os Quatro Obstáculos da Língua* (?); *Ortografia e Acentos* (?); *Método de Análise* (?) e *Pontos de Português* (?).³⁴³

No curto prefácio que serve de apresentação da obra, datado de março de 1940, José Mesquita de Carvalho diz ter sido levado a produzi-la para “cobrir duas necessidades”: resumir, num único compêndio, a “matéria

Características da Literatura Espanhola (p. 71-74); Literatura Inglesa (p. 75-83); Literatura Alemã (p. 84-90); Literatura Portuguesa (p. 91-111); Índice da Literatura Moderna (p. 113-116).

³⁴² Dados inseridos na folha de rosto do livro. (CARVALHO, José Mesquita de – *História da Literatura*: particularizada ao colégio universitário e aos cursos da escola normal. Porto Alegre: Globo, 1940).

³⁴³ Os títulos acima se encontram na contracapa do livro.

essencial do programa” e colocá-lo ao alcance dos “alunos mais pobres”. Quanto às fontes utilizadas e método adotado, o professor se mostra bastante modesto, afirmando inclusive que entre o seu “frasear” “vai muito do alheio”:

Assim é que não haverá aqui a preocupação de abranger todas as particularidades, um todo, mas a de aproveitar o de que mais se necessita para a unidade da matéria oficial. Não é um livro de deleite, mas até áspero – um trabalho de transcrições, de recortes, de arranjo de críticas, porém, dos melhores mestres que me têm orientado a ministrar a disciplina nesses últimos anos, no Colégio Universitário de Porto Alegre. E isso é mais preferível na didática a encher-se toda a obra de opiniões alheias. (p. 5)

Assim, quando conceitua a literatura, no primeiro capítulo³⁴⁴, como “a manifestação do pensamento por meio da palavra falada ou escrita”, o autor reproduz as definições de vários autores: Bonald, Adolfo Coelho, Latino Coelho, Sotero dos Reis e Lamartine. Ao tratar das “outras acepções do termo literatura”, bem como dos elementos da obra literária, são utilizadas – com poucas diferenças terminológicas – as mesmas classificações do “Pe. Cruz” (Estevão Cruz), que tem alguns trechos da sua obra citados³⁴⁵, acrescentando o autor uma nota sobre o “pasticho” – tido como “imitação servil do estilo” e exemplificado por duas estrofes da *Prosopopéia* de Bento Teixeira, que, segundo diz, imita o estilo de Luiz de Camões – e os “adornos de estilo” – prosopopéia, apóstrofe, eufemismo, hipérbole, perífrase, antítese, acumulação, alusão e graduação. (p. 13-15)

³⁴⁴ Os capítulos do livro são assim divididos: Literatura (p. 7-35); Literatura Chinesa (p. 36-44); Aspecto Literário do Japão (p. 45-46); Literatura Indiana (p. 47-63); Literatura Mesopotâmica (p. 64-72); Literatura Egípcia (p. 73-82); Aspectos Gerais das Letras Persas (p. 82-88); Árabes e Fenícios (p. 89-93); Os Hebreus e a Bíblia (p. 94-109); Literatura Grega (p. 110-169); Literatura Latina (p. 170-199); Literatura Provençal (p. 200-204); Literatura Italiana (p. 205-265); Literatura Francesa (p. 266-339); Literatura Espanhola (p. 340-381); Literatura Inglesa (p. 382-427); Escritores Norte-Americanos (p. 428-433); Literatura Alemã (p. 434-482); Literatura Russa (p. 483-492); Literatura Nórdica (p. 493-499); Literatura Portuguesa (p. 500-564); Literatura Brasileira (p. 565-648).

³⁴⁵ É curioso observar que José Mesquita de Carvalho faz a mesma observação – já verificada na obra de Estevão Cruz – sobre a indissociabilidade entre forma e conteúdo, citando, entretanto, A. Albalat, o que nos faz ver que o “frasear” do “Pe. Cruz” também tinha “muito do alheio”. (Ibid., p. 9).

Os “gêneros de composição em prosa” são divididos em cinco: o “epistolar” – cartas familiares e doutrinárias; o “didático” – trabalhos literários instrutivos: ensino, crítica, explicações científicas, “etc”; o “narrativo” – história, conto, novela, romances (de aventuras, históricos, de costumes, científicos, filosóficos, sociais, fantasiosos, “etc”), monografias, décadas, efemérides, crônicas, biografias, “etc”; o “oratório” – a eloquência sagrada e parlamentar; e o “dramático” – drama, tragédia (“geralmente em verso”), comédia, farsa, pantomima, “etc”. São também definidas a narração, a descrição e a dissertação. (p. 15-18)

Os gêneros da poesia obedecem à divisão clássica, servindo-se o autor de farto material ilustrativo, no qual são exemplificados e explicados os seguintes tipos: a ode (“anacreônica, sagrada, sacra ou filosófica”), o hino, a canção, o madrigal, a balada, a elegia, a nênia, o epicédio, a écloga, o epitáfio, o acróstico, a glosa e o soneto – representantes da “poesia lírica”; a epopéia, o poema didático, o poema histórico e a sátira – “poesia épica”; a tragédia, a comédia e o drama – “poesia dramática”. (p. 19-24)

O autor também faz uma “síntese geral sobre os gêneros literários”, na qual expõe uma classificação muito peculiar da literatura, ainda sob a influência do Pe. Cruz: a “literatura do belo” – representada pela poesia; a do “útil” – as narrações, composições descritivas, biografias, efemérides, décadas, a filosofia, a história, romances, novelas, lendas, tradições escritas, “etc”; e a do “belo-útil” – a oratória (dividida em “eloquência deliberativa” – a do útil; “eloquência demonstrativa” – a do verdadeiro; e “eloquência judiciosa” – a da justiça, “segundo Simões Dias”). (p. 25)

Há em seguida um glossário das “escolas, correntes literárias e influências menores”³⁴⁶, além de uma parte dedicada à definição do “folclore”, da “sátira” e da “crítica” – esta tida como “a arte de estabelecer diferença entre o belo e o falso, entre o belo e o vicioso, entre o bom e o mau gosto, em obras de engenho literário, obras de pintura, escultura, música, etc” e dividida em “crítica disciplinar literária” (“a que se faz tendo por base as exigências da arte literária”) e “crítica geral literária” (a que desenvolve a apreciação da obra sob sua relação com “outras obras similares ou afins”; com “a orientação da escola ou fase em que ela teve realidade”; com os “fatos da vida privada do autor” e com “as novas criações científicas, orientações políticas, civis, religiosas ou militares, o seu valor no patrimônio nacional, na literatura universal, etc”). (p. 32)

Mas é quando trata da “análise literária” que José Mesquita de Carvalho se mostra um tanto original. Afirmando que analisar uma obra é “apreciá-la em todos os seus aspectos, para formar-se um juízo sobre seu valor”, aponta o professor uma série de “preceitos de orientação” a serem observados pelos “principiantes”, indicando inclusive o modo como deve ser descrita uma personagem, “física ou moralmente”. (p. 33-35)

Por outro lado, a sua história da literatura inglesa (p. 382-427) é uma versão simplificada e menos esquemática da que havia sido contada por Estevão Cruz, quatro anos antes, com a diferença de que o professor do Colégio Universitário de Porto Alegre, além de aporuguesar os nomes dos autores e das obras, utiliza-se de trechos de vários críticos e historiadores, dentre eles Arnold Schörer, J. Macy – na tradução de Monteiro Lobato –, Anatole France, A. de A. Machado, Agripino Grieco, Gosse, Faguet, e até

³⁴⁶ São elas o humanismo; o gongorismo; o conceptismo; o arcadismo; o romantismo; o enciclopedismo; o ultra-romantismo; realismo e naturalismo; o pré-rafaelismo; o puritanismo; o jansenismo; o exotismo; o misticismo; o dadaísmo; o parnasianismo; o simbolismo; o futurismo; e o unanimismo. (Ibid., p. 26-30).

F.T.D³⁴⁷. Os excertos transcritos são alternados com rápidos esboços biográficos dos escritores abordados, todos precedidos de um parágrafo no qual o autor tenta resumir o contexto histórico de cada período.

A “Era Elisabetana” (p. 386-391), “que vai de 1558 a 1625”, se inicia com Spenser, “entusiasmado do movimento literário italiano” e, ainda segundo José Mesquita de Carvalho, imitador de Teócrito, Virgílio e Ariosto. De suas obras, três ganham destaque: *A Rainha das Fadas*, *O Calendário do Pastor* e *Amoretti*, todas devidamente descritas e comentadas – ainda que por Arnold Schröer.

Em seguida o autor fala de “Felipe” Sidney, “criador da crítica literária” com *Defesa da Poesia* e autor do romance de cavalaria *Arcadia* e do poema *Coxa Ferida*. Os sonetos de *Astrofel e Stela* são comentados por J. Macy. A “João” Lyly é dedicado apenas um parágrafo, no qual é dito que *Euphues* “foi a novela que o celebrizou”, dando origem ao que se convencionou chamar de “eufuismo”, “um preciosismo espiritual que se comparou ao Preciosismo francês, ao Gongorismo espanhol”. (p. 388)

De Cristóvão Marlowe são citadas as seguintes peças: *Doutor Fausto*, *Eduardo II*, *Dido*, *Judeu de Malta* e *Tamerlão, o Grande*, sendo transcrito um outro parágrafo de J. Macy – via Monteiro Lobato –; e de Francis Bacon os *Ensaio*, *Novum Organum*, os *Discursos Parlamentares*, as *Cartas*, o *Tratado do Valor da Ciência Divina e Humana*, *Sobre as Ciências dos Antigos*, “etc”. No final, é reproduzida uma célebre frase do filósofo inglês: “uma filosofia

³⁴⁷ A divisão periodológica adotada pelo autor é a seguinte: primeiras manifestações literárias (p. 382-384); o séc. XIV (p. 384-385); a era elisabetana – séc. XVI (p. 385-391); a época dos Stuart (p. 391-395); o classicismo – o período de Maria Ana (p. 396-401); romantismo / vitorianismo (p. 401-411); o pré-rafaelismo (p. 411-413); os escritores vitorianos (p. 413-417); os eduardianos (p. 417-418); jorgeanos e contemporâneos (p. 419-427).

superficial pode levar ao ateísmo; mais profunda, a filosofia se aproxima de Deus”. (p. 389)

Quando trata de William Shakespeare – é curioso observar que o autor não aportuguesou o nome do bardo inglês –, José Mesquita de Carvalho volta a pôr em questão a velha polêmica a respeito da autoria de suas obras:

Terá alguma afinidade o nome de Shakespeare com Charles Pierre? Francis Bacon não será o mesmo Shakespeare? A mor parte dos historiadores tem Shakespeare como um pseudônimo de Bacon. E enquanto uns afirmam que William não poderia ter criado peças que trazem seu nome, outros demonstram que os trabalhos em prosa de Bacon ensinam não ser ele autor das peças e poemas Shakespeareanos. Deixando à parte sua individualidade consideramo-lo a mais brilhante figura da época da rainha Isabel. (Ibid.)

Em seguida, são compiladas algumas opiniões – de críticos e outros escritores, contemporâneos e pósteros (Schröer, J. Macy, Ben Jonson, “principal epígono da era”, Goethe e Voltaire) – a respeito do legendário dramaturgo elisabetano, dividindo sua obra em quatro fases distintas: a “das revisões e fundições das obras antigas” – *Penas de amor perdidas, Venus e Adonis, Comédia dos Erros, Dois gentis-homens e Ricardo III*; a de “equilíbrio” – *Romeu e Julieta, João-Sem-Terra, Enrique IV, Enrique V, O mercador de Veneza, Muito barulho por nada, Tudo é bom que termina bem, A Megera Domada e As Alegres comadres de Windsor*; a dos dramas “lúgubres” – *Júlio César, Hamlet, Otelo, O Rei Lear, Antônio e Cleópatra, Coriolano, Péricles*, “etc”; e a de “serenidade e experiência” – *Cymbeline, Conto de Inverno, A Tempestade*, “etc”.

No capítulo intitulado “escritores norte-americanos” (p. 428-433) não há qualquer opinião a respeito do “caráter geral” da literatura dos Estados

Unidos, dedicando o professor breves notas aos seus principais representantes: Longfellow, Washington Irving, Fenimore Cooper, Emerson, Beecher Stowe, Poe, Hawthorne, Thoreau e Walt Whitman.

4.12. *Noções de História das Literaturas* (1940)

No mesmo ano saiu a primeira edição das *Noções de História das Literaturas*, de Manuel Bandeira – “catedrático interino de Literatura no Externato Pedro II” na época de sua publicação –, obra escrita “para atender às necessidades” do curso que lecionava³⁴⁸. Assim como os demais autores de compêndios do gênero, o professor e poeta coloca-se, de maneira humilde, na modesta posição de compilador, dizendo, no “Prefácio”:

Em obras do gênero desta que apresentamos ao público, o elemento compilação não pode deixar de ser avultado; a história das literaturas é matéria demasiado vasta para ser tratada de primeira mão. Procuramos por isso apoiar-nos sempre nos mestres especialistas da história literária, empregando todo o esforço em resumir-lhes as lições com a possível simplicidade e clareza. (Ibid.)

Manuel Bandeira serve-se da mesma retórica de José Mesquita de Carvalho, ao afirmar que a sua “intenção única”, na composição “desta obrinha”, “foi pôr ao alcance da inteligência e da bolsa dos estudantes um conjunto de noções que só esparsas se encontram em numerosos livros grossos e caros de outras línguas”, como se não houvesse nenhuma obra do gênero publicada no país. Quanto às fontes utilizadas, diz o autor: “não citamos no correr dos textos os autores de que nos aproveitamos, mas acrescentamos

³⁴⁸ Informações contidas na folha de rosto e no prefácio do livro. (BANDEIRA, Manuel – *Noções de História das Literaturas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940).

sempre à matéria estudada uma lista das fontes a que recorreremos e onde ela poderá ser melhor aprofundada”. (Ibid.)

Já nas “Noções Preliminares” (p. xv-xviii) que antecedem a “história das literaturas”³⁴⁹, a literatura é definida como “a arte que se exprime por meio da palavra falada ou escrita”, revelando-se o nosso poeta modernista, ao menos como professor, uma espécie de naturalista tardio, defensor atrasado – como os demais professores de literatura do período – das idéias e conceitos de Taine, cuja *Histoire de la Littérature Anglaise* (1863-64) é a principal fonte do capítulo dedicado à literatura inglesa:

A literatura de um povo depende da situação geográfica do país, do seu clima, da formação étnica da sua população, das vicissitudes da sua evolução histórica, do caráter nacional, dos usos e costumes. Taine resumiu as influências que operam sobre as literaturas na sua famosa teoria da raça, do meio e do momento. (p. xv)

Manuel Bandeira também reproduz e comenta a definição de outros autores:

Bonald pretendia que a literatura fosse a expressão da sociedade. Baldesperger adverte, porém, que para ser verdadeira essa fórmula, deve a relação nela contida ser alargada a toda a literatura e a toda a sociedade. Muitas vezes a literatura é complementar, compensadora da sociedade, e o esforço dos artistas visa dotar um dado grupo daquilo que a realidade lhe recusa. (Ibid.)

Há também uma diferenciação entre poesia – “linguagem dividida em unidades rítmicas” – e prosa – “linguagem continuada” –, reproduzindo o

³⁴⁹ Estas estão assim classificadas: Literaturas Européias – literatura grega (p. 3-20), literatura latina (p. 21-37), a invasão dos bárbaros e suas conseqüências (p. 38-40), literatura provençal (p. 41-42), literatura francesa (p. 43-116), literatura italiana (p. 117-137), literatura espanhola (p. 138-155), literatura inglesa (p. 156-181), literatura alemã (p. 182-199), literatura russa (p. 200-205); Literaturas Nórdicas (p. 206-208); Literatura Portuguesa (p. 209-247); Literaturas Americanas – literaturas hispano-americanas (p. 251-255), literatura dos Estados Unidos (p. 256-263) e literatura brasileira (p. 264-338); Literaturas Asiáticas – literatura hindu (p.

autor uma classificação dos recursos formais do verso, emprestada de Pedro Henriquez-Ureña – “acentos de intensidade”; “valores de sílabas” (quantidade); “rimas” (consoantes ou toantes); “aliteração” (exemplificada com alguns versos da “Antífona”, de Cruz e Souza), “encadeamento”; “paralelismo”, “acróstico” e número fixo de sílabas. (p. xvi)

Os “gêneros literários” – conceitos válidos apenas como “recursos de classificação”, uma vez que, “na rigidez com que outrora limitavam o artista”, são “uma idéia caduca” – são assim classificados: “gênero épico” – “narrativas de feitos heróicos, reais ou lendários”; “gênero lírico” – no qual “o artista fala dos seus sentimentos pessoais”; “o romance, a novela e o conto” – “transposição artística da vida em narrativa dos atos e sentimentos de personagens imaginários – longo o romance, curto o conto e a novela um meio termo entre os dois”; “gênero dramático” – “transposição da vida, não em narrativa mas em personificação por meio de personagens que falam e gesticulam” – a tragédia (“caracterizada pela elevação do assunto e da linguagem e pelo desfecho catastrófico”), a comédia (“em que predomina a graça e a sátira”) e o drama (“que alia o cômico ao trágico”); “a história” – “narrativa dos fatos importantes da vida dos povos”; “a eloquência” – “gênero falado, no qual se procura convencer, deleitar ou comover um auditório”; “a crítica” – “visa historiar, explicar e avaliar as obras literárias”; e “o folclore” – “estudo da cultura material e intelectual nas classes populares dos povos civilizados”. (p. xvii)

As “escolas literárias”, definidas como “um conjunto de escritores que obedecem a determinada concepção estética ou técnica”, são divididas da seguinte maneira: “escola trovadoresca” – dos poetas influenciados pela

341-345), literatura assírio-babilônica (p. 346-347), literatura persa (p. 348-350), literatura chinesa (p. 351-352), literatura japonesa (p. 353-355), literatura hebraica (p. 356-359) e literatura árabe (p. 360-362).

poesia provençal, nos séculos XII, XIII e XIV; “as escolas clássicas italianas” – gongórica (dos imitadores de Gôngora, no séc. XVII) e arcádica (dos poetas reunidos em torno de Diniz e Galvão, “fundadores da Arcádia Literária do séc. XVIII”) e “as escolas romântica, parnasiana, simbolista” – “a primeira reagindo contra os clássicos, a segunda contra os românticos, a terceira contra os parnasianos”. (Ibid.)

Sobre o “estilo”, diz o autor: “João Ribeiro, nas “Páginas de Estética”, salienta a diferença que vai do **estilo** à **forma literária**. O estilo não é o enfeite. O estilo nasce do caráter mesmo do escritor e é a marca da sua personalidade”. (p. xviii)

As vinte e seis páginas que historiam a literatura inglesa (p. 156-181) podem ser lidas como um bem escrito resumo biobibliográfico dos principais autores ingleses, “das origens” até Virginia Woolf³⁵⁰. Os escritores não estão classificados por gênero ou escola literária, mas pelo critério cronológico, o que faz com que, no decorrer dos séculos, maior seja a quantidade de nomes citados e menor o espaço para o comentário crítico. Assim, quando o leitor adentra na “Idade Contemporânea”, enfrenta parágrafos inteiros de enumeração de autores e obras.

Os comentários críticos, como o próprio autor adverte no prefácio, nada mais são do que reproduções simplificadas dos julgamentos dos “mestres da história literária”, indicados no final do capítulo: J. Drinkwater, Prampolini, Needleman & Otis, Andrew Lang, Paul Dottin e Taine.

Em “O Renascimento e a Idade de Elizabeth” (p. 155-158), Manuel Bandeira inicia sua narrativa falando de Thomas More, “juiz, embaixador,

³⁵⁰ A divisão periodológica adotada pelo autor é a seguinte: das origens até o Renascimento (p. 156-157); o Renascimento e a idade de Elizabeth (p. 157-160); o séc. XVII (p. 161-163); o séc. XVIII (p. 163-165); o Romantismo (p. 166-169); o séc. XIX (p. 170-171); a idade vitoriana (p. 171-178); a idade contemporânea (p. 178-181).

político e estadista” que, juntamente com alguns universitários recém-chegados de Florença – Linacre, Grocyn, Colet e o holandês Erasmo –, “inicia a literatura do Renascimento”, sendo *Utopia*, “espécie de ensaio-romance político em que o autor descreve uma república imaginária”, “a sua obra capital”. (p. 158)

Em seguida o autor fala da “nova poesia”, introduzida por Wyatt e o Duque de Surrey e continuada por Edmund Spenser, poeta que inaugura o “momento de maior esplendor da literatura inglesa, não obstante a preocupação geral de exaltar e adular a pessoa soberana da rainha, protetora das artes” (Ibid.). Das obras de Spenser, são mencionadas *Amoretti* – “89 sonetos de amor notáveis pela beleza da linguagem e musicalidade da forma” – e *The Faerie Queene*.

De Philip Sidney são citados o romance pastoral *The Countesse of Pembroke’s Arcadia* e *The Defence of Poesie*, “apologia da arte do verso e discussão crítica da poesia inglesa”; e de John Lyly o *Euphues, or the Anatomy of Wit*, “menos famoso por suas qualidades de iniciador da novela psicológica do que pelos seus vícios de estilo compendiados no termo ‘eufuismo’, modalidade inglesa do cultismo”. (p. 589)

Ao tratar do gênero dramático, “aquele em que mais alto se revelou a força criadora dos ingleses na Idade de Elizabeth”, Manuel Bandeira cita Marlowe – “pai da tragédia e do verso solto ingleses e grande predecessor de Shakespeare” – e autor de *The Tragical History of Doctor Faustus*, *The Jew of Malta* e *Edward II*, passando depois a resumir a biografia da “maior figura da literatura inglesa”, William Shakespeare. (Ibid.)

Em rápida bibliografia, de apenas um parágrafo, o catedrático interino do Externato Pedro II enumera as seguintes obras: *Venus and Adonis* e os *Sonnets* (poemas); *The Comedy of Errors*, *Love's Labour's Lost*, *The Taming of the Shrew*, *The Merry Wives of Windsor*, *Much Ado About Nothing*, *As You Like it*, *Twelfth Night* e *Measure for Measure* (comédias); *Richard III*, *Richard II*, *King John*, *Henry IV*, *Henry V* e *Henry VIII* (peças históricas de assunto inglês); *Julius Caesar*, *Hamlet*, *King Lear*, *Macbeth*, *Anthony and Cleopatra*, *Coriolanus*, *Troilus and Cressida* e *Timon of Athens* (tragédias históricas de assunto estrangeiro); *Romeo and Juliet*, *Othello* e *The Merchant of Venice* (tragédias inspiradas em crônicas italianas); *A Midsummer Night's Dream* e *The Tempest* – que “parece concentrar a suma das suas reflexões sobre a vida” – (“peças de difícil classificação”). (Ibid.)

O autor ainda lembra que o teatro de Shakespeare – “como o de seus contemporâneos” Ben Jonson, Thomas Dekker, Francis Beaumont e John Fletcher – “não tem o equilíbrio de estrutura nem o gosto impecável de estilo da tragédia clássica francesa”, aparentando-se ao espanhol por ser “inteiramente autônomo da tradição clássica”:

O valor de Shakespeare está na sua incomparável força de imaginação poética, unida a fantasia mais alta a uma extraordinária acuidade de penetração na verdade mais funda das almas, na capacidade de insuflar vida a toda sorte de caracteres do presente e do passado, de pintar as grandes paixões em tipos que se tornaram como que os símbolos delas – o ciúme em Otelo, o amor em Romeu e Julieta, a avareza em Shylock, a maldade em Iago, a ambição em Macbeth, o orgulho em Lear, o amor filial em Cordélia, a dívida em Hamlet, etc. (p. 160)

O estudo da “literatura dos Estados Unidos” (p. 256-263) segue a mesma estrutura adotada pelos compêndios regidos pelo programa oficial de 1936: uma seqüência de notas biográficas dos autores mais representativos –

com a diferença de que, no presente capítulo, há uma divisão por gênero: primeiro são abordados os poetas, depois os prosadores, os dramaturgos, os ensaístas e finalmente os historiadores, ganhando maior destaque, como de costume, Poe. Mesmo assim, o nosso poeta não mostra muito entusiasmo ao tratar dessa literatura:

Durante a idade colonial a literatura dos Estados Unidos não passava de um prolongamento imitativo da literatura inglesa e consistia principalmente em escritos de natureza utilitária – história, relações de viagem, controvérsias, sermões, salmos, etc. Depois de consolidada a independência nacional é que surge, no primeiro quartel do século XIX, uma literatura de valor permanente, embora ainda tributária do romantismo europeu. (p. 256)

IV. CONSIDERAÇÕES GERAIS

1. O Ensino de Inglês no Brasil (1809-1951)

Como foi visto na primeira parte do presente trabalho (capítulo II, p. 19-84), embora a criação das primeiras cadeiras de francês e inglês – pelo Decreto de 22 de junho de 1809, assinado por D. João VI – tenha atendido a um único propósito, que nas palavras da lei era o de “incrementar e dar prosperidade à instrução pública”, bem como “adestrar” os estudantes a “bem falar e escrever” ambas as línguas, “servindo-se dos melhores modelos do século de Luís XIV”, as intenções culturais do decreto – e também das cartas de nomeação dos primeiros professores de francês e inglês, datadas, respectivamente, de 26 de agosto e 9 de setembro do mesmo ano de 1809 e assinadas diretamente por D. João VI – atingiram somente o ensino do francês, uma vez que esta língua era então considerada “universal” e portanto “parte integrante da Educação”.

O ensino de inglês, restrito aos seus objetivos mais imediatos, justificava-se apenas pelo aumento do tráfico e das relações comerciais da nação portuguesa com a inglesa – consequência da abertura dos portos ao comércio “estrangeiro” (inglês), em 28 de janeiro de 1808 –, constituindo, nas primeiras décadas do séc. XIX, uma disciplina complementar aos estudos primários, ou de “primeiras letras”, já que seu conhecimento, ao contrário do francês, ainda não era exigido para o ingresso nas academias do Império, sendo utilizado como uma nova opção no incipiente mercado de trabalho da época.

Só a partir de 1831, quando os novos Estatutos das Academias de Ciências Jurídicas do Império incorporaram a estas instituições seis cadeiras para ministrarem os conhecimentos então exigidos – latim; francês; inglês; retórica; filosofia racional e moral e geometria –, a língua inglesa começou a ser exigida nos exames de admissão às faculdades de direito. Estas, ao alcançarem supremacia na formação dos quadros superiores do Império, passaram a desempenhar o papel de fornecedoras do pessoal qualificado para preencher seus quadros administrativos e políticos, dando início – ao mesmo tempo em que condicionavam sua estrutura curricular – ao processo de organização do ensino de nível secundário.

A inclusão do inglês no currículo oficial das escolas consagradas a esse tipo de instrução se deu em 2 de dezembro de 1837, quando o regente interino Bernardo Pereira de Vasconcelos decretou a conversão do Seminário de São Joaquim em Imperial Colégio de Pedro II, primeira instituição de estudos secundários criada na Corte e mantida pelo estado para servir de modelo às demais. A partir de então, seu programa e carga horária foram instituídos, sendo reestruturados e redistribuídos pelos sucessivos decretos que reformaram o Colégio de Pedro II durante o período correspondente ao Segundo Império (1840-89).³⁵¹

Seu ensino, de acordo com os programas expedidos pelos referidos decretos, se manteve voltado para finalidades exclusivamente práticas, exigindo do aluno apenas os conhecimentos gramaticais necessários à leitura, versão e tradução de textos escritos em língua inglesa – habilidades que eram cobradas nos exames de preparatórios das academias –, apesar da tentativa do

³⁵¹ Cf. os quadros referentes às reformas educacionais, no “Apêndice I” do presente trabalho.

Conselheiro Paulino de Souza, que como Ministro do Império incorporou, pelo Decreto n.º 4.468, de 1.º de fevereiro de 1870, alguns ingredientes culturais ao programa de inglês.³⁵²

Assim, durante todo o séc. XIX, o ensino da língua inglesa, no Brasil, esteve dissociado da sua literatura, ou pelo menos de sua história literária, uma vez que esta se encontrava incluída nos programas de disciplinas alheias – retórica, literatura geral e depois história da literatura. Não é de surpreender, portanto, que o primeiro registro da historiografia brasileira da literatura inglesa tenha sido feito num compêndio didático de história da literatura universal – o *Resumo de História Literária* (1872), do Cônego Fernandes Pinheiro –, o que não deixa de ser uma conseqüência do caráter ao mesmo tempo enciclopédico, utilitário e informativo do currículo dos estudos secundários, cada vez mais destinados à preparação de candidatos para os cursos superiores – principalmente os jurídicos, cujos programas humanistas e universalistas condicionavam as estruturas dos colégios.

As reformas da 1.ª República não conseguiram alterar o quadro do ensino de inglês já desenhado nos tempos do Império, chegando até a retardar um possível desenvolvimento da matéria, que durante a curta vigência do Decreto n.º 1.075, de 22 de novembro de 1890, assinado pelo ministro Benjamim Constant, foi transformada – juntamente com o alemão – em disciplina optativa. A literatura universal, desaparecendo aos poucos do currículo destinado aos estudos secundários, ressurgiu apenas no final do período, quando da expedição do Decreto Federal n.º 18.564, de 15 de janeiro

³⁵² Convém mencionar também a tentativa do escritor paraense Herculano Inglês de Souza, que durante o curto período em que presidiu a província de Sergipe reformulou, através do Regulamento de 4 de julho de 1881, o plano de estudos do Ateneu Sergipense – que se passou a chamar, com a reforma, Liceu Sergipense –, associando ao programa de inglês – assim como o das demais línguas –, ao lado do estudo da gramática, tradução e versão, os “elementos de literatura”.

de 1929, proposto pela congregação do Colégio Pedro II e homologado pelo Conselho Nacional do Ensino.

Mesmo quando se propôs a inserção da “evolução literária” no programa de inglês – Decreto n.º 8.660, de 5 de abril de 1911, assinado pelo ministro Rivadávia Correia –, a literatura inglesa continuou sendo estudada como uma matéria isolada do ensino da língua, a exemplo da tese – transformada no livro *Origens da Língua Inglesa – sua literatura* (1920) – do baiano Oscar Przewodowski – que iria depois ocupar a cadeira de inglês do Colégio Pedro II –, cujo “esboço histórico” da literatura inglesa encontra-se fora dos propósitos do “melhor método” de ensinar a língua.

A situação do ensino de inglês no país só iria se modificar com a reforma do ministro Francisco Campos – mais precisamente com a Portaria de 30 de junho de 1931, que especificou os objetivos, conteúdo e, pela primeira vez, a metodologia do ensino de cada disciplina do “curso fundamental”. Com tal regulamento, começou a ser enfatizado o “sistema fonético estrangeiro” e a “leitura de textos fonética e ortograficamente escritos”, o que fez com que o ensino das línguas vivas estrangeiras logo passasse a ter um método oficial: o “método direto intuitivo”, segundo o qual a língua estrangeira deveria ser ensinada na própria língua estrangeira.

A literatura inglesa, por outro lado, apesar de ter objetivos, metodologia e conteúdo pela primeira vez sistematizados, através da Portaria de 17 de março de 1936, assinada pelo ministro Gustavo Capanema, ainda durante a vigência da reforma de Francisco Campos, era estudada isoladamente, no programa de literatura geral da primeira série do “curso complementar” – válido apenas para o curso pré-jurídico –, que abrangia também, além das

literaturas de vários outros países, “os irlandeses” e a literatura norte-americana. Tal regulamento justifica o grande número de compêndios escolares de história da literatura universal que passaram a ser produzidos e publicados a partir de então.

Apenas em 1943, com a Portaria Ministerial n.º 148, de 15 de fevereiro, assinada pelo ministro do Estado Novo Gustavo Capanema – que pôs em execução, durante o seu mandato, uma série de regulamentos intitulados Leis Orgânicas do Ensino –, quando foi expedido o programa de inglês dos cursos “clássico” e “científico”, o estudo das literaturas estrangeiras passou a fazer parte das cadeiras das línguas correspondentes, sendo as “noções gerais de literatura” transferidas para o programa de português da primeira série. A nova lei, entretanto, só vigorou até 1951, quando foi emitida a Portaria n.º 614, de 10 de maio, assinada pelo ministro Simões Filho, que, simplificando os programas de várias disciplinas do curso secundário, suprimiu do programa de inglês o estudo da literatura inglesa.

É curioso observar que, muito embora a reforma de Gustavo Capanema tivesse autorizado a produção de novos compêndios brasileiros de história da literatura inglesa, não encontramos registro de nenhuma publicação desse gênero depois de 1940, o que nos permite pensar que tenham sido utilizadas, pelo menos até 1951 – ano em que a literatura inglesa deixou de fazer parte do currículo dos estudos secundários – as obras publicadas durante a vigência da lei anterior, principalmente as mais reeditadas: *English Literature* (1937), de M.S. Hull e Machado da Silva, que em 1962 estava na sétima edição, e

Noções de História das Literaturas (1940), de Manuel Bandeira, cuja sexta edição saiu em 1969.³⁵³

2. A História da Literatura Inglesa no Brasil (1872-1940)

A seleção das obras que compuseram a nossa “historiografia brasileira da literatura inglesa” se deu durante um difícil processo de busca de fontes, muito concorrendo para sua realização as “descobertas” de alguns livros em sebos de São Paulo, já que, como foi dito na “Introdução” do presente trabalho (capítulo I, p. 9-18), muitos títulos não se encontravam listados nos catálogos ou fichas das bibliotecas brasileiras – pelo menos nas entradas mais convencionais, como “história da literatura inglesa” ou “história literária”. No intuito de melhor delimitar o *cópus* a ser utilizado, estabelecemos quatro critérios – também expostos na “Introdução” (p. 16-18) –, aos quais as obras deveriam obedecer, excluindo assim alguns livros que, apesar de terem sido publicados no período coberto pela dissertação, não se enquadravam nos referidos pré-requisitos.³⁵⁴

Com tal levantamento, pudemos notar que a *Histoire de la Literature Anglaise* (1863-64), de Hippolyte Taine, se manteve, durante todo o período em que as obras aqui analisadas foram publicadas (1872-1940), como modelo principal para a historiografia brasileira da literatura inglesa, seja do ponto de vista teórico ou formal, sendo seu método de abordagem das obras e escritores ingleses incorporado mesmo inconscientemente por alguns autores nacionais.

³⁵³ As edições posteriores a 1951 podem ser justificadas pela sua utilização nos cursos universitários de letras.

³⁵⁴ Os livros podem ser conferidos na “Bibliografia Temática” referente à historiografia brasileira da literatura inglesa.

A caracterização do período elisabetano como época do “renascimento do gênio anglo-saxônico”, utilizada por Taine – através de uma citação de *Arte of English Poesie* (1589), de George Puttenham – na sua *Histoire*, por exemplo, é reproduzida pelo Cônego Fernandes Pinheiro, no *Resumo de História Literária* (1872) e por Oscar Przewodowski, em *Origens da Língua Inglesa – sua literatura* (1920).

Já os tão famosos fatores condicionantes da obra literária – a raça, o meio e o momento histórico –, mais ou menos implícitos em todas as obras analisadas, ganham relevo e assumem função esquemática em *Literaturas Estrangeiras* (1931?), de F.T.D., e em *Noções de História das Literaturas* (1940), de Manuel Bandeira. O fator “raça” é tratado como “elemento estático” da literatura inglesa por Estevão Cruz, na sua *História Universal da Literatura* (1936), e por M.S. Hull e Machado da Silva, em *English Literature* (1937), apesar de Taine não figurar entre as fontes citadas pelos autores de ambas as obras.³⁵⁵

A periodização adotada pelas obras nacionais, por outro lado, apresenta divisões e terminologias bastante variadas, sendo às vezes puramente cronológicas – *Resumo de História Literária* (1872), *Literaturas Estrangeiras* (1936), de A. Velloso Rebello, e *Noções de História de Literatura Geral* (1932) –; baseadas em escolas literárias – *Lições de Literatura* (1909), de Leopoldo de Freitas, e *An Outline of English Literature* (1938) –; nos reinados dos monarcas ingleses – *Literaturas Estrangeiras* (1931?), *História Universal da Literatura* (1936) e *História da Literatura* (1940), de José mesquita de Carvalho –; ou nos escritores mais importantes de cada época – *English*

³⁵⁵ Cf., no “Apêndice 2” do presente trabalho, referente à historiografia brasileira da literatura inglesa, os dados gerais de cada obra.

Literature (1937) e *História da Literatura Universal* (1939), de Walter Fontenelle Ribeiro. Merece menção especial a divisão periodológica adotada em *Origens da Língua Inglesa* (1920), que tem como referência as três grandes fases do desenvolvimento da língua inglesa: Velho Inglês (“Old English”), Inglês Medieval (“Middle English”) e Inglês Moderno (“Modern English”).³⁵⁶

Entre os historiadores pátrios, o que dedica mais espaço ao período elisabetano é Estevão Cruz, que na sua *História Universal da Literatura* (1936) despende quatorze páginas para falar do “período da Rainha Elizabeth”. Quem cita o maior número de escritores elisabetanos são os autores de *English Literature* (1937), M.S. Hull e Machado da Silva, que mencionam um total de vinte e nove nomes. Quando se trata de Shakespeare, o que dedica mais espaço é o mesmo Estevão Cruz – dez páginas –, que também apresenta a maior quantidade de obras citadas – trinta e nove. Quem fornece o maior número de peças atribuídas ao autor de *Hamlet* é Oscar Przewodowski (37), em *Origens da Língua Inglesa* (1920), que afirma terem sido elas produzidas entre 1584 e 1611.

Na caracterização do célebre bardo inglês, assim como na abordagem de sua obra – ou, mais precisamente, na relação entre sua biografia e sua obra, ou entre sua personalidade e a de seus personagens mais famosos –, a dívida para com o modelo taineano mais uma vez se manifesta, transparecendo até mesmo nos epítetos quase sempre elogiosos utilizados pelos autores brasileiros, que em alguns casos transcrevem parágrafos inteiros do historiador francês – *Resumo de História Literária* (1872) e *Literaturas Estrangeiras* (1936).

³⁵⁶ Tal modelo seria sete décadas mais tarde adotado por Paulo Vizioli, em *A Literatura Inglesa Medieval* (1992).

A biografia de Shakespeare, tão minuciosamente descrita – ou inferida, uma vez que muito pouco se sabe sobre a vida do maior dramaturgo elisabetano – por Taine – que por sua vez se utiliza das informações de três biógrafos ingleses: Halliwell, Crawley e Dyce – no capítulo 4 de sua obra, ganha destaque especial no *Resumo de História Literária* (1872), em *Origens da Língua Inglesa – sua literatura* (1920) – que tenta fazer uma relação entre as fases da biografia do autor e a época em que suas peças foram produzidas –, e na *História Universal da Literatura* (1936) – que fornece inclusive a data de casamento de suas duas filhas.

Quanto à questão da autoria de suas peças – não levantada por Taine –, o primeiro historiador pátrio a se manifestar é Afranio Peixoto, em 1932, no livro *Noções de História de Literatura Geral*, que põe em dúvida a sua existência e atribui suas obras a Bacon. Estevão Cruz, em 1936, na *História Universal da Literatura*, também se pronuncia a respeito do tema, referindo-se aos “inúmeros estudos e incontáveis pesquisas feitas sobre Shakespeare por espíritos eruditos” para descartar o que chama de “hipótese de Bacon”. Argumento semelhante é o de A. Velloso Rebello, em *Literaturas Estrangeiras*, obra publicada no mesmo ano de 1936, com a diferença de que, aqui, é citado o biógrafo Frank Harris. O último a dedicar algumas linhas sobre tal polêmica é José Mesquita de Carvalho, já em 1940, na sua *História da Literatura*, que não toma partido algum, limitando-se a reproduzir as duas posições contrárias.

A literatura norte-americana, estudada sempre como “apêndice” da literatura inglesa, é vista com maus olhos pelo Cônego Fernandes Pinheiro – que no seu pioneiro *Resumo de História Literária* (1872) atribui a falta de imaginação dos norte-americanos ao seu “gênio prático e material” –; por A.

Velloso Rebello, em *Literaturas Estrangeiras* (1936) – que diz ser o “espírito do povo” norte-americano mais dado aos cálculos comerciais dos que aos “trabalhos da inteligência” –; por M.S. Hull e Machado da Silva, em *English Literature* (1937) – que consideram seus escritores mais antigos meros tributários dos ingleses, escoceses e irlandeses – e por Manuel Bandeira, em *Noções de História das Literaturas* (1940) – que afirma que mesmo depois de consolidada a independência nacional, a literatura norte-americana continuou sendo tributária do “romantismo europeu” –, e tratada com simpatia por Oscar Przewodowski – que exalta o país de Washington Irving e Benjamin Franklin como a terra “companheira da liberdade e transmissora do progresso” em *Origens da Língua Inglesa – sua literatura* (1920) –; por F.T.D., em *Literaturas Estrangeiras* (1931?) – que faz alusão aos “frutos maravilhosos” dos Estados Unidos, “quando recuperam a bússola perdida e enveredam no trilho da Verdade” – e por Afranio Peixoto, em *Noções de História de Literatura Geral* (1932) – que considera “a jovem literatura americana pródiga e pujante”.

3. Conclusão

Além da complicada questão epistemológica advinda do caráter fragmentário e instável dos dados colhidos durante a pesquisa – dispersos, como foi dito na “Introdução”, nos vários livros de história da educação brasileira consultados –, bem como da carência de estudos e publicações sobre o tema da dissertação, o presente trabalho possibilitou a constatação de um processo que vem se desenvolvendo nas últimas décadas: o de extinção das grandes empreitadas narrativas de história literária. Jauss aponta o problema já

no final da década de sessenta, no segundo parágrafo da sua “provocação à história literária”:

*Nos cursos oferecidos nas universidades, a história da literatura está visivelmente desaparecendo. (...) Já a pesquisa levada a sério, por sua vez, encontra registro em monografias de revistas especializadas, pautando-se pelo critério mais rigoroso dos métodos científico-literários da estilística, da retórica, da filosofia textual, da semântica, da poética e da história das palavras, dos motivos e dos gêneros.*³⁵⁷

Mesmo assim, apesar da grande variedade de modelos historiográficos propostos pelos teóricos alemães na década de oitenta – concepções epistemológicas construtivistas (Sigfried J. Schmidt, Gebhard Rusch, Claus-Michael Ort), história das mentalidades (Jörg Schönert, Friederike Meyer, Hans Ulrich Gumbrecht), teoria da história (Harro Müller), teoria da comunicação (Hans-Georg Werner)³⁵⁸ –, as recentes tentativas muitas vezes não passam de jogos metafóricos que, ao invés de indicarem possíveis caminhos para “uma escrita da história da literatura”, aumentam ainda mais o labirinto “epistemológico” e “metateórico” da historiografia literária: “o historiador da literatura devia articular teorias e não brincar com metáforas, ainda que sejam belas e fascinantes, nômades e rizomáticas”.³⁵⁹

Na mesma década de oitenta, num artigo intitulado “Os Horizontes do Ler”, publicado em 1987 no jornal alemão *Frankfurter Allgemeine*, Jauss volta a falar da sua *História da Literatura como Provocação à Teoria Literária* (1967), mantendo a esperança de que: “das histórias até agora particulares da

³⁵⁷ JAUSS, Hans Robert – *A História da Literatura como Provocação à História Literária*. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994, p. 6.

³⁵⁸ Cf. OLINTO, Heidrun Krieger – *Histórias de Literatura: as novas teorias alemãs*. São Paulo: Ática, 1996.

³⁵⁹ *Idem*, p. 43.

recepção resulte a ainda inexistente forma sintética, necessariamente narrativa, de uma história das artes que alcance novamente o nível perdido do historicismo clássico”.³⁶⁰

Depois de *A Literatura Inglesa: ensaio de interpretação e história* (1963), grosso volume de mais de quatrocentas páginas de autoria do professor e poeta português Jorge de Sena, nenhum outro panorama completo – e de tantas páginas – da literatura inglesa foi produzido ou publicado no Brasil, muito embora seja considerável a quantidade de “introduções” espalhadas pelas antologias e demais edições nacionais de autores ingleses. No entanto, o ensino da literatura inglesa – e das demais literaturas – nas universidades brasileiras continua sendo pautado pela periodização ou pela cronologia, sendo portanto muito mais histórico – ou “panorâmico” – do que monográfico.

Torna-se, pois, necessário o desafio da reescrita, no Brasil, da história da literatura inglesa. O historiador deverá estar atento não só aos avanços da teoria literária ou dos outros ramos das ciências humanas e sociais, mas também às restrições e implicações estabelecidas pela realidade nacional do ensino superior de letras, já que “uma das funções primordiais de uma história literária é atender ao público estudantil em suas necessidades didáticas, na condição de fonte informativa e consultiva de generalidades”.³⁶¹

³⁶⁰ Op. cit., p. 78.

³⁶¹ MALLARD, Leticia. Nelson Werneck Sodré: a ruptura e o Reflexo. In: *História da Literatura: ensaios*. (Op. cit., p. 66).

V. APÊNDICES

1. Apêndice 1: quadros referentes às reformas educacionais

1.1. Categorias indicadas nos quadros abaixo:

- a) ano de cada reforma
- b) disposição das aulas de inglês e retórica/literatura em cada ano ou série
- c) número aproximado de aulas semanais de cada disciplina em cada reforma¹

Quadro 1: As Reformas do Império

	a) 1838	1841 ²	1855	1857	1862	1870	1876	1878	1881
b) 1.º ano									
2.º ano		Inglês (1)	Inglês	Inglês					
3.º ano		Inglês (2)	Inglês	Inglês	Inglês (1)			Inglês	
4.º ano	Inglês c) (2)	Inglês (2)	Inglês	Inglês	Inglês (1)	Inglês (2)		Inglês	Inglês (3)
5.º ano	Inglês (2)	Inglês (1)		Inglês	Inglês (1)	Inglês (2)	Inglês (6)		Inglês (6)
6.º ano	Inglês (2)	Inglês (1) / Retórica (5)	Retórica	Retórica	Retórica (1)	Inglês (2) / Retórica (2)	Retórica (3)	Retórica	Retórica (3)
7.º ano	Retórica (10)	Inglês (1) / Retórica (5)	Retórica	Retórica	Retórica (1)	Inglês (1) / Retórica (2)	Lit. Nacional (3)	Lit. Geral	Hist. da Literatura (3)
8.º ano	Retórica (10)								

¹ Os dados referentes a carga horária foram tirados de Márcia Razzini, na sua tese de doutorado ainda inédita. (Op. cit.)

² A partir de então, o curso do Colégio de Pedro II foi fixado em sete anos.

Quadro 2: As Reformas da 1.^a República

	1890	1898	1901 ³	1911	1915 ⁴	1925 ⁵	1929
1.º ano		Inglês (5)				Inglês (3)	
2.º ano		Inglês (5)	Inglês (3)	Inglês (3)		Inglês (3)	Inglês (3)
3.º ano	Inglês (1)		Inglês (3)	Inglês (3)	Inglês (3) / Português – literatura (3)	Inglês (3)	Inglês (3)
4.º ano	Inglês (3)	Inglês (5)	Inglês (2)	Inglês (4) / Português – literatura (3)	Inglês (3)		
5.º ano	Inglês (6)	Inglês (3)	Inglês (1) / Português – literatura (2)		Inglês (3)	Noções de Literatura (3)	
6.º ano		Inglês (2)	Inglês (1) / Português – literatura (2)			Lit. Brasileira e das Linguas Latinas (3)	Literatura (3)
7.º ano	Hist. da Lit. Nacional (3)	Inglês (2) / Hist. da Lit. Geral e Nacional (3)					

Quadro 3: A Reforma Francisco Campos

1.3.1. curso fundamental:

1. ^a série	
2. ^a série	Inglês (3)
3. ^a série	Inglês (2)
4. ^a série	Inglês (1)

³ Com o decreto deste ano, o curso foi reduzido para seis anos.

⁴ Com o decreto deste ano, o curso foi reduzido para cinco anos.

⁵ A partir de então o curso voltou a ter seis anos.

1.3.2. curso complementar pré-jurídico

1. ^a série	Literatura Geral (4)
2. ^a série	Literaturas Portuguesa e Nacional (6)

1.3.4. curso complementar pré-médico

1. ^a série	Inglês
2. ^a série	Inglês

Quadro 4: A Lei Orgânica do Ensino Secundário

1.4.1. 1.^o ciclo (ginásial)

1. ^a série	
2. ^a série	Inglês
3. ^a série	Inglês
4. ^a série	Inglês

1.4.2. 2.^o ciclo (clássico e científico)⁶

1. ^a série	Inglês
2. ^a série	Inglês
3. ^a série	

⁶ Com tal reforma, o inglês passou a ser optativo para o curso clássico.

2. Apêndice 2: quadros referentes à historiografia brasileira da literatura inglesa

2.1. Categorias indicada no quadro 1:

- a) título de cada obra / número total de páginas
- b) autor
- c) ano da primeira publicação
- d) editora
- e) número de edições
- f) número de páginas dedicadas à literatura inglesa
- g) períodos estudados
- h) número de páginas dedicadas ao período elisabetano
- i) número de escritores elisabetanos citados e/ou abordados
- j) fontes utilizadas, isto é, os teóricos, críticos ou historiadores indicados, referidos ou simplesmente mencionados

2.2. Categorias indicadas no quadro 2:

- a) título de cada obra / ano da primeira publicação
- b) número de páginas dedicadas a Shakespeare
- c) número de peças atribuídas ao autor / período cronológico de sua produção
- d) número de obras citadas
- e) número de obras transcritas ou resumidas
- f) fases cronológicas em que sua obra se divide
- g) textos (ou autores) críticos transcritos ou referidos

Quadro 1: dados gerais de cada obra

a) título	b) autor	c) ano	d) editora	e) edições	f) lit. inglesa	g) períodos	h) era elisabetana	i) escritores	j) fontes
Resumo de História Literária (983 p.)	Fernandes Pinheiro	1872	Garnier	2 (a 2. ^a em 1873)	67 (p. 245-311)	Das origens à era vitoriana	9 (pp. 252-260)	9 ¹	Taine e Villemain
Lições de Literatura (93 p.)	Leopoldo de Freitas	1909	Tip. Magalhães	1	7 (p. 45-49;59-60)	Da era elisabetana ao período da rainha Ana	1 (p. 47)	6 ²	Não indicadas
Origens da Língua Inglesa: sua literatura (114 p.)	Oscar Przewodowski	1920	Jornal do Comércio	1	19 (p. 87-105)	Das origens ao séc. XIX	7 (pp. 92-98)	8 ³	L. Herrig
Literaturas Estrangeiras (660 p.)	F.T.D.	1931	Francisco Alves	1	40 (p. 547-586)	Das origens à era vitoriana	3 (pp. 550-552)	7 ⁴	A. Grieco
Noções de História de Literatura Geral (603 p.)	Afranio Peixoto	1932	Francisco Alves	1	51 (p. 300-350)	Das origens à era vitoriana	3 (pp. 317-319)	5 ⁵	Não indicadas
História Universal da Literatura (1.140 p.)	Estevão Cruz	1936	Globo	1	78 (p. 534-611)	Das origens à era vitoriana	14 (pp. 551-564)	6 ⁶	A. Schröder; W. Savage e L. Cazamian
Literaturas Estrangeiras (536 p.)	A. Velloso Rebello	1936	Irmãos Pongetti	1	139 (p. 324-462)	Das origens ao séc. XIX	7 (pp. 327-333)	4 ⁷	Taine; Loliée

¹ Spenser; Sidney; Drayton; Fletcher; Nicholas Udall; Sackville; Morton; Shakespeare e Ben Jonson.

² Spenser; Bacon; Shakespeare; Drake; Cavendish e Raleigh.

³ Spenser; Shakespeare; Ben Jonson; Beaumont; Fletcher; Massinger; Raleigh e Bacon.

⁴ Jasper Heywood; Sackville; Spenser; Lyly; Bacon; Drayton e Shakespeare.

⁵ Spenser; Lyly; Sidney; Marlowe; Bacon e Shakespeare.

⁶ Spenser; Sidney; Lyly; Marlowe; Bacon e Shakespeare.

⁷ Spenser; Bacon; Marlowe e Shakespeare.

a) título	b) autor	c) ano	d) editora	e) edições	f) lit. inglesa	g) períodos	h) era elisabetana	i) escritores	j) fontes
English Literature (483 p.)	M.S. Hull e Machado da Silva	1937	Francisco Alves	7 (a 7.ª em 1962)	56 (p. 9-64)	Da era de Chaucer à era de Kipling	6 (pp. 18-23)	29 ⁸	Não indicadas
Na Outline of English Literature (207 p.)	Neif Antonio Alem	1938	Melhoramentos	2 (a 2.ª em 1940)	112 (p. 15-126)	Das origens ao séc. XX	3 (pp. 28-30)	15 ⁹	Não indicadas
História da Literatura Universal (116 p.)	W. Fontenelle Ribeiro	1939	Casa da Boa Imprensa	1	11 (p. 75-83; 114-115)	Das origens ao vitorianismo	4 (pp. 76-79)	2 ¹⁰	Não indicadas
História da Literatura (660 p.)	J. Mesquita de Carvalho	1940	Globo	1	46 (p. 382-427)	Das origens ao séc. XX	6 (pp. 386-391)	7 ¹¹	Schröder; Macy; Estevão Cruz; F.T.D.; Grieco; Gosse; Faguet
Noções de História das Literaturas (398 p.)	Manuel Bandeira	1940	O Cruzeiro	6 (a 6.ª em 1969)	24 (p. 154-177)	Das origens ao séc. XX	4 (pp. 155-158)	20 ¹²	Taine; Drinkwater; Gosse, dentre outros

⁸ Hawkins; Raleigh; Frobisher; Drake; Lyly; Kyd; Peele; Lodge; Greene; Nash; Marlowe; Shakespeare; Webster; Ford; Beaumont; Fletcher; Massinger; Shirley; Spenser; Sidney; Drayton; Warner; Daniel; Donne; Webbe; Puttenham; Hakluyt; Hooker e Bacon.

⁹ Earl of Surrey; Spenser; Sidney; Bacon; Raleigh; Marlowe; Peele; Kyd; Ben Jonson; Beaumont; Fletcher; Webster; Dekker e Shakespeare.

¹⁰ Spenser e Shakespeare.

¹¹ Spenser; Sidney; Lyly; Marlowe; Bacon; Shakespeare e Ben Jonson.

¹² Thomas More; Linacre; Grocyn; Colet; Erasmo; Wyatt; Surrey; Spenser; Campion; Sidney; Lyly; Marlowe; Shakespeare; Webster; Ford; Tourneur; Massinger; Ben Jonson; Dekker; Beaumont e Fletcher.

Quadro 2: dados de cada obra referentes a Shakespeare

a) título	b) páginas	c) n.º de peças	d) obras citadas	e) resumos	f) fases	g) crítica
<i>Resumo de História Literária (1872)</i>	4 (p. 256-259)	36 (de 1589 a 1614)	5 ¹	_____	_____	Hist. de la Lit. Angl. (Taine)
<i>Lições de Literatura (1909)</i>	1 (p. 47)	_____	19 ²	_____	_____	_____
<i>Origens da Língua Inglesa: sua literatura (1920)</i>	6 (p. 93-98)	37 (de 1584 a 1611)	23 ³	_____	_____	Historical Outline (L. Herrig)
<i>Literaturas Estrangeiras (1931)</i>	2 (p. 551-552)	_____	17 ⁴	4 ⁵	_____	Texto de The Month; poema de Ben Jonson
<i>Noções de História de Literatura Geral (1932)</i>	2 (p. 18-19)	“em 24 anos, trinta peças”	10 ⁶	_____	_____	_____
<i>História Universal da Literatura (1936)</i>	10 (p. 555-564)	30 (de 1590 a 1614)	29 ⁷	5 ⁸	4 ⁹	Hist. da Lit. Ingl. (A. Schröder)
<i>Literaturas Estrangeiras (1936)</i>	3 (p. 331-333)	_____	5 ¹⁰	_____	_____	Frank Harris; George Brandes

¹ *Macbeth, Ricardo II, O Rei Lear, Hamleto e As Comadres de Windsor.*

² *Romeu e Julieta, Vênus e Adonis, Lucrecia, os sonetos, Henrique V, Ricardo III, King John, King Lear, Macbeth, Hamlet, A Tempestade, Júlio César, Antonio e Cleópatra, Coriolano, Otelo, Cymbeline, O Mercador de Veneza, Sonho de Uma Noite de Verão e A Tempestade.*

³ *Richard II, Richard III, Love's Labour's Lost, The Comedy of Errors, The Taming of the Shrew, Troilus and Cressida, As You Like it, The Twelfth Night, All's Well that Ends Well, The Two Gentlemen of Verona, The Merry Wives of Windsor, Measure for Measure, Winter's Tale, Timon of Athens, The Tempest, Midsummer Night's Dream, Romeo and Juliet, Pericles, Othello, Macbeth, King Lear, Hamlet e Cymbeline.*

⁴ *Henrique IV, V, VIII; Ricardo II, III; Coriolano, Júlio César, Macbeth, O Rei Lear, Hamleto, Othello, Romeu e Julieta, O Negociante de Veneza, Midsummer Night's Dream, All's Well that Ends Well, Comedy of Errors e Much Ado About Nothing.*

⁵ *Macbeth, Hamleto, The Merry Wives of Windsor e Much Ado About Nothing.*

⁶ *Hamleto, Othello, Romeu e Julieta, Macbeth, O Rei Lear, A Megera Domesticação, A Tempestade, Timon de Atenas, Júlio César e Ricardo III.*

⁷ *Penas de Amor Perdidas, Vênus e Adonis, A Violação de Lucrecia, Comédia dos Erros, Os Dois Gentilhomens de Verona, O Sonho de uma Noite de Verão, Ricardo III, Romeu e Julieta, João-Sem-Terra, Henrique IV, Henrique V, O Mercador de Veneza, Muito Barulho por Nada, As You Like it, Tudo é Bom que Termina Bem, A Megera Domada, As Alegres Comadres de Windsor, Júlio César, Hamleto, Otelo, Macbeth, O Rei Lear, Antonio e Cleópatra, Coriolano, Pericles, Cymbeline, Conto de Inverno, A Tempestade e Henrique VIII.*

⁸ *Muito Barulho por Nada, As Alegres Comadres de Windsor, Hamleto, Otelo e Romeu e Julieta.*

⁹ 1.ª fase (1588-1593): “dos seus primeiros poemas juvenis”; 2.ª (1593-1601): “de equilíbrio e serenidade”; 3.ª (1601-1608): dos “dramas lúgubres”; 4.ª (1608-1613): “da profundidade resultante da experiência adquirida”.

¹⁰ *Hamleto, Macbeth, Adriana, Vênus e Adonis e Othello.*

a) título	b) páginas	c) n.º de peças	d) obras citadas	e) resumos	f) fases	g) crítica
<i>English Literature (1937)</i>	8 (p. 89-96)	32	21 ¹¹	6 ¹²	3 ¹³	_____
<i>Na Outline of English Literature (1938)</i>	3 (p. 31-33)	_____	11 ¹⁴	5 ¹⁵	_____	_____
<i>História da Literatura Universal (1939)</i>	4 (p. 76-79)	_____	6 ¹⁶	1 (<i>Macbeth</i>)	_____	_____
<i>História da Literatura (1940)</i>	3 (p. 389-391)	_____	24 ¹⁷	_____	4 ¹⁸	Schröder; Macy; Ben Jonson; Goethe; Voltaire
<i>Noções de História das Literaturas (1940)</i>	(p. 157-158)	_____	30 ¹⁹	_____	_____	_____

¹¹ *Sonnets, Macbeth, King Lear, Romeo and Juliet, Hamlet, Othello, A Midsummer Night's Dream, As You Like it, The Merchant of Venice, Much Ado About Nothing, Twelfth Night, Richard III, Coriolanus, Julius Caesar, The Comedy of Errors, The Taming of the Shrew, Two Gentlemen of Verona, The Merry Wives of Windsor, All's Well that Ends Well, Measure for Measure e The Tempest.*

¹² *Julius Caesar, The Tempest, Hamlet, Measure for Measure e The Merchant of Venice.*

¹³ 1.^a (1590-1600): "the historical plays"; 2.^a (1601-1608): "the tragedies"; 3.^a (1608-1613): "the comedies".

¹⁴ *Hamlet, Macbeth, Othello, Romeo and Juliet, Julius Caesar, King John, Henry VIII, The Midsummer Night's dream, The Merchant of Venice, As You Like it e The Winter's Tale.*

¹⁵ *Hamlet, Macbeth, Midsummer Night's Dream, The Winter's Tale e Julius Caesar.*

¹⁶ *Macbeth, Richard III, Romeo and Juliet, Othello, Julius Caesar e Hamlet.*

¹⁷ *Penas de Amor Perdidas, Vênus e Adonis, Comédia de Erros, Dois Gentis-Homens, Ricardo III, Romeu e Julieta, João-Sem-Terra, Enrique IV, V, O Mercador de Veneza, Muito Barulho por Nada, Tudo é bom que Termina Bem, A Megera Domada, As Alegres Comadres de Windsor, Júlio César, Hamleto, Otelo, Orei Lear, Antonio e Cleópatra, Coriolano, Péricles, Cymbeline, Conto de Inverno e A Tempestade.*

¹⁸ 1.^a: "das revisões e fundições das obras antigas"; 2.^a: "de equilíbrio"; 3.^a: "dos dramas lúgubres"; 4.^a: "de serenidade e experiência".

¹⁹ *Venus and Adonis, Sonnets, The Comedy of Errors, Love's Labour's Lost, The Taming of the Shrew, The Merry Wives of Windsor, Much Ado About Nothing, As You Like it, Twelfth Night, Measure for Measure, Richard II, III, Henry IV, V, VIII, Romeo and Juliet, Julius Caesar, Hamlet, Othello, King Lear, Macbeth, Anthony and Cleopatra, Coriolanus, Troilus and Cressida, Timon of Athens, Cymbeline, Winter's Tale, A Midsummer Night's Dream e The Tempest.*

VI. BIBLIOGRAFIA TEMÁTICA

1. História Literária

BOSI, Alfredo – *História Concisa da Literatura Brasileira*. 32. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

BROWN, Marshal – *The Uses of Literary History*. London: Duke University Press, 1995.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida e MORAES, Rubens Barbosa de – *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro (1808-1822)*. São Paulo: Edusp / Kosmos, 1993, 2. v.

CANDIDO, Antonio – *Formação da Literatura Brasileira*. 5. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, 2 v.

CARPEAUX, Otto Maria – *História da Literatura Ocidental*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1959-1966, 8 v.

COELHO, Jacinto do Prado – *Problemática da História Literária*. 12. ed. Lisboa: Ática, 1961.

EAGLETON, Terry – *Teoria da Literatura: uma introdução*. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, s/d.

GRAFF, Gerald – *Professing Literature: an institutional history*. 10. ed., Chicago and London: The University of Chicago Press, 1996.

GRAFF, Gerald et alii – *Left Politics and the Literary Profession*. New York: Columbia University Press, 1990.

JAUSS, Hans Robert – *A História da Literatura como Provocação à Teoria Literária*. Tradução de Sérgio Tellarolli. São Paulo: Ática, 1994.

LAJOLO, Marisa et alii – *História da Literatura: ensaios*. Campinas: Unicamp, 1994.

- LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina – *A Formação da Leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.
- MERQUIOR, José Guilherme – *De Anchieta a Euclides*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- OLINTO, Heidrun Krieger – *Histórias de Literatura: as novas teorias alemãs*. São Paulo: Ática, 1996.
- ROMERO, Sílvio – *História da Literatura Brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954, 5. v.
- TYNIA NOV, J. et alii – *Teoria da Literatura: os formalistas russos*. 4. ed. Tradução de Ana Maria Filipovsky, Maria Aparecida Pereira, Regina Zilberman e Antonio Carlos Hohlfeldt. Porto Alegre: Globo, 1978.
- WELLEK, René – *The Rise of English Literary History*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1941.
- _____. *História da Crítica Moderna*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Herder, 1972, 5 v.
- WELLEK, René e WARREN, Austin – *Teoria da Literatura*. Tradução de José Palla e Carmo. Lisboa: Europa-América, 1962.
- ZILBERMAN, Regina. *Estética da Recepção e História da Literatura*. São Paulo: Ática, 1989.

2. Literatura Inglesa

- ABERNETHY, Julian W. – *English Literature*. New York: Charles E. Merrill Company, 1916.
- ABRAMS, M.H. – *The Norton Anthology of English Literature*. New York: Norton, 1975.
- BAUGH, Albert Croll – *A Literary History of England*. London: Routledge K.

- Paul, 1950.
- BLAMIRE, Harry – *A Short History of English Literature*. Methuen: Harper Row, 1974.
- BURGESS, Anthony – *English Literature*. 18. ed. London: Longman, 1991.
- COWARDIN, Samuel P., Jr. and MORE, Paul Elmer – *The Study of English Literature*. New York: Henry Holt, 1939.
- DAICHES, David – *A Critical History of English Literature*. London: Secker & Warburg, 1960.
- EVANS, Ifor B. – *A Short History of English Literature*. Harmondsworth: Penguin Books, 1940.
- FORD, Boris – *The Pelican Guide to English Literature*. Baltimore: Penguin Books, 1954, 6 v.
- GHIRARDI, José Garcez – *John Donne e a Crítica Brasileira: três momentos, três olhares*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995.
- HARRISON, G.B. – *Introducing Shakespeare*. 3. ed. Harmondsworth: Penguin Books, 1954.
- PAINTER, F.V.N. – *English Literature*. Boston: Leach, Shewell & Sanborn, 1894.
- PRIESTLEY, J.B. – *Adventures in English Literature*. 8. ed. New York: Mary Rives Bowman, 1963.
- SAMPSON, George – *The Concise Cambridge History of English Literature*. London: Cambridge University Press, 1940.
- TAINÉ, H. – *History of English Literature*. Tradução de H. Van Laun. New York: Grosset & Dunlap, 1908, 2 v.
- THORNLEY, G.C. – *An Outline of English Literature*. London: Longman, 1968.

WARD, A.W. and WALLER, A.R. – *The Cambridge History of English Literature*. Cambridge: The University Press, 1933, 15 v.

3. História da Educação Brasileira

ABREU, Alysso de – *Leis do Ensino Secundário e seus comentários*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1935.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de – *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*. Brasília: INEP / PUC SP, 1989, trad. Antonio Chizzotti.

AZEVEDO, Fernando – *A Cultura Brasileira*. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos / Edusp, 1971.

BICUDO, Joaquim de Campos – *O Ensino Secundário no Brasil e sua legislação atual*. São Paulo: AIFES [Associação de Inspectores Federais de Ensino Secundário], 1942.

CHAGAS, Valnir – *Educação Brasileira: o ensino de 1.º e 2.º graus (antes; agora; e depois?)*. São Paulo: Saraiva, 1980.

DORIA, Escragnole – *Memória Histórica Comemorativa do 1.º Centenário do Colégio de Pedro Segundo (2 de Dezembro de 1837 – 2 de Dezembro de 1937)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1937.

Ensino Secundário no Brasil: organização, legislação vigente, programas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1952

FIALHO, Branca et alii – *Um Grande Problema Nacional: estudos sobre o ensino secundário*. São Paulo: Irmãos Pongetti, 1937.

FONTOURA, Amaral – *Leis da Educação*. Rio de Janeiro: Aurora, 1969.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto – *O Ensino Secundário no Império Brasileiro*. São Paulo: Edusp, 1972.

- LIMA, Lauro de Oliveira – *Estórias da educação no Brasil: de Pombal a Passarinho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Brasília, s/d.
- MOACYR, Primitivo – *A Instrução e o Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, 3 v.
- _____. *A Instrução Pública no Estado de São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, 2 v.
- _____. *A Instrução e a República*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1941, 8 v.
- NAGLE, Jorge – *Educação e Sociedade na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: E.P.U., 1976.
- Novíssima Reforma do Ensino Secundário e Superior*. São Paulo: Saraiva, 1931.
- NUNES, Maria Thetis – *Ensino Secundário e Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB [Instituto Superior de Estudos Brasileiros], 1962.
- _____. *História da Educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- Resoluções e Portarias do Conselho Federal de Educação*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1979.
- RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio – *Antologia Nacional (1895-1969): o panteão literário do Brasil escolar*. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1999, inédito.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira – *História da Educação no Brasil*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- SOUZA, Roberto Acízelo de – *O Império da Eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 1999.
- ZILBERMAN, Regina – *Práticas de Ensino de Inglês - Língua e Literatura*

no Brasil: questões históricas e atualidade. Comunicação apresentada no XXIX SENAPULLI (Seminário Nacional de Professores Universitários de Literaturas de Língua Inglesa), Atibaia, 27 a 31 de janeiro de 1997, inédito.

4. Historiografia Brasileira da Literatura Inglesa

ALEM, Neif Antonio – *An Outline of English Literature*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1940.

BANDEIRA, Manuel – *Noções de História das Literaturas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

CAMARA, J.M. e RAMOS, Carlos – *Páginas Inglesas*. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1935.

CARPEAUX, Otto Maria – *História da Literatura Ocidental*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1959-1966, 8 v.

CARVALHO, José Mesquita de – *História da Literatura*. Porto Alegre: Globo, 1940.

CEVASCO, Maria Elisa e SIQUEIRA, Valter Lellis – *Rumos da Literatura Inglesa*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1985.

CRUZ, Estevão – *História Universal da Literatura*. Porto Alegre: Globo, 1936, 2 v.

CRUZ, José Marques da – *História da Literatura Oriental, Grega, Latina, Francesa...* São Paulo: Melhoramentos, s/d.

DURANT, Frei Theodoro (F.T.D.) – *Literaturas Estrangeiras*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, s/d.

FREITAS, Leopoldo – *Lições de Literatura*. São Paulo: Tip. Magalhães, 1909.

- GOMES, Eugênio – *D.H. Lawrence e Outros*. Porto Alegre: Globo, 1937.
- _____. *O Romantismo Inglês*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1956.
- HULL, M.S. e Silva, Machado da – *English Literature*. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1946.
- MENDES, Oscar – *Estética Literária Inglesa*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983.
- NEVES, Sylvio – *Postais Ingleses*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1953.
- Panorama da Literatura Estrangeira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1943.
- PEIXOTO, Afranio – *Noções de História de Literatura Geral*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1932.
- PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes – *Resumo de História Literária*. Rio de Janeiro: Garnier, 1872, 2 v.
- PRZEWODOWSKI, Oscar – *Origens da Língua Inglesa - sua literatura*. Rio de Janeiro: Rodrigues & C, 1920.
- REBELLO, A. Velloso – *Literaturas Estrangeiras*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1936.
- RIBEIRO, Walter Fontenelle – *História da Literatura Universal*. São Paulo: Casa da Boa Imprensa, 1939.
- SENA, Jorge de – *A Literatura Inglesa*. São Paulo: Cultrix, 1963.
- STEVENS, Kera e MUTRAN, Munira H. – *O Teatro Inglês da Idade Média até Shakespeare*. São Paulo: Global, 1988.
- VIZIOLI, Paulo – *A Literatura Inglesa Medieval*. São Paulo: Nova Alexandria, 1992.